

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GRAZIELLA APARECIDA GARCIA DE LIMA CHINALI

**TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E O LAZER:
uma análise dos tempos de lazer cultural**

FRANCA

2013

GRAZIELLA APARECIDA GARCIA DE LIMA CHINALI

**TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E O LAZER:
uma análise dos tempos de lazer cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA

2013

Chinali, Graziella Aparecida Garcia de Lima

Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer: uma análise dos tempos de lazer cultural / Graziella Aparecida Garcia de Lima Chinali. –Franca : [s.n.], 2013

160 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Acessibilidade cultural. 2. Política cultural. 3. Políticas públicas. 4. Trabalhadores rurais. 5. Cana-de-açúcar. I. Título.

CDD – 362.85

GRAZIELLA APARECIDA GARCIA DE LIMA CHINALI

**TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E O LAZER:
uma análise dos tempos de lazer cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

1° Examinador: _____

2° Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2013.

Dedico à
Todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam bravamente para
manter o único e mais caro bem:
sua dignidade humana

AGRADECIMENTOS

Para evitar que um lapso de memória limite meus agradecimentos

A todos os amigos que acreditam no meu trabalho,

A todos os inimigos que desafiam meu trabalho,

A minha família que, mesmo distante, sempre estiveram presente em pensamento,

A Prof.^a Dr. Raquel Santos Sant'Ana que, com ternura e carinho orientou não apenas este trabalho, mas que para mim serve de referencial tanto profissional como pessoal,

A FAPESP por ter custeado a pesquisa

Por último e de forma muito especial...

Ao meu companheiro, amigo e amado Chinali,

Que de tão especial que não tenho palavras para descrever...

Posso apenas agradecer o fato de existir e de me fazer uma pessoa melhor!

CHINALI, Graziela Aparecida Garcia de Lima. **Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer**: uma análise dos tempos de lazer cultural. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisa a condição de acessibilidade dos trabalhadores envolvidos no corte manual da cana de açúcar no que diz respeito aos tempos/espços de lazer cultural e trata da verificação de quais são as implicações desse acesso para o desenvolvimento intelectual, crítico e sensitivo desses sujeitos. Como o assistente social se depara com o desafio de desvendar em seu cotidiano um intrincado jogo de objetividades/subjetividades que se dá na sociedade, torna-se imprescindível ressaltar em sua prática a compreensão do ser humano como um todo, como um ser social, com a percepção de todas as variáveis desta sociabilidade. Destaca-se ainda o papel do Serviço Social em contribuir com o debate sobre o sentido político de sua ação, não na acepção político-partidária, e sim no de posicionar-se criticamente diante da reproduzibilidade de preconceitos e da exploração do trabalho, das desigualdades encontradas nos âmbitos objetivos e subjetivos, quer dizer, tanto na esfera econômica como cultural. Os sujeitos participantes da pesquisa foram os trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar nos municípios de Ituverava, Batatais e Patrocínio Paulista e procurou-se compreender, através de entrevistas com estes, a relação entre a promoção de políticas públicas de cultura e lazer no Brasil contemporâneo, bem como a acessibilidade destes trabalhadores a tais políticas públicas e as consequências do ponto de vista de uma evolução político ideológica destes.

Palavras-chave: cana de açúcar. política pública. lazer. rural.

CHINALI, Graziela Aparecida Garcia de Lima. **Trabalho no corte da cana-de-açúcar e o lazer**: uma análise dos tempos de lazer cultural. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMEN

Este trabajo analiza el estado de la accesibilidad de los trabajadores involucrados en la cosecha manual de la caña de azúcar en relación con los espacios de tiempo / tiempo libre y ofertas culturales con la verificación de las implicaciones del acceso al desarrollo intelectual, crítico y sensible estos sujetos. A medida que el trabajador social se enfrenta al reto de desentrañar un intrincado en su juego diario de objetividad / subjetividad que se produce en la sociedad, es fundamental tener en cuenta en su práctica la comprensión del ser humano como un todo, como un ser social, con la realización de que todos sociabilidad variables. También hacemos hincapié en el papel de la Obra Social para contribuir al debate sobre el significado político de su acción, no en fines partidistas, pero el posicionamiento es crítico antes de la reproducibilidad de los prejuicios y la desigualdad laboral explotación, encontrado en las esferas objetivas y subjetivas, es decir, en tanto económica y cultural. Los participantes del estudio fueron los empleados de la corte manual de la caña de azúcar en los municipios de Ituverava, Batatais y Paulista Patrocinador y trató de comprender, a través de entrevistas con ellos, la relación entre la promoción de políticas públicas para la cultura y el ocio en el Brasil contemporáneo, así como la accesibilidad de estos trabajadores a esas políticas y sus consecuencias desde el punto de vista de una evolución política ideológica de los mismos.

Palabras clave: política de la caña de azúcar. público. ocio. rural.

LISTA DE SIGLAS

ABARGRP	Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRA	Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária
AM	Amplitude Moderada
Ancinav	Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual
Ancine	Agência Nacional do Cinema
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEP	Comitê de Ética Profissional
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das leis do Trabalho
CO ₂	Dióxido de Carbono
CONCRAB	Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEAC	Fundação Esporte, Arte e Cultura
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas

FHC	Governo Fernando Henrique Cardoso
FM	Frequência Moderada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUSSESP	Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
GATT	Acordo Geral de Comércio e Tarifas
IAA	Indústria Agroalimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MINC	Ministério da Cultura
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NATRA	Núcleo Agrário Terra e Raiz
NR 31	Norma Reguladora 31
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCULTURA	Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

RTV	Retransmissão de Televisão
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNC	Sistema Nacional de Cultura
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UHF	<i>Ultra High Frequency</i> (Frequência Ultra Alta)
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA	União da Indústria de Cana-de-açúcar
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VHF	<i>Very High Frequency</i> (Frequência Muito Alta)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção Agrícola do Brasil - 1990/2011.....	58
Gráfico 2 - Produção Brasileira de Etanol.....	61
Gráfico 3 - Quantidade de Projetos Via Mecenato - ano/Estado	113
Gráfico 4 - Pontos de Cultura Aprovados – 2012	121
Gráfico 5 - Frequentadores do Cinema	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa.....	90
Quadro 2 - Projetos incentivados via mecenato Batatais – 2010/2011	114
Quadro 3 - Recursos captados por meio de renúncia fiscal – 2008/2012	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO/METODOLÓGICO E SUA APROPRIAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL ...	19
1.1 O Serviço Social: diálogo com Hegel e Marx	20
1.2 Análises acerca da produção do conhecimento no Serviço Social	26
<i>1.2.1 Delimitação teórico/metodológica da pesquisa</i>	<i>29</i>
1.3 O Serviço Social no século XX e a perspectiva de liberdade como ideal ético	33
CAPÍTULO 2	
O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E OS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR	39
2.1 Breve análise da realidade agrária brasileira e o processo de modernização no campo	40
2.2 A organização dos trabalhadores e a emergência dos movimentos de luta pela Reforma Agrária	48
2.3 O agronegócio e a superexploração do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar	56
CAPÍTULO 3	
O LAZER E A CULTURA NO MUNDO DO TRABALHO	63
3.1 Conceituações acerca do lazer cultural	64
3.2 Análises acerca da política pública de Lazer Cultural no Brasil	77
CAPÍTULO 4	
SEM PRAZER NÃO HÁ LAZER	84
4.1 Política cultural e demandas subjetivas: a negação do desenvolvimento dos sujeitos em sua plenitude	85
4.2 Caracterização dos sujeitos e o lazer na ótica dos trabalhadores	89

4.2.1 Atividades cotidianas: períodos do “não-trabalho” e os meios de comunicação.....	100
4.2.2 Atividades praticadas no final de semana	112
4.2.3 Cinema e teatro	122
4.2.4 Saudades do meu lugar: a família, as festas e as comidas.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

A intenção desta pesquisa é a de contribuir com análises acerca das políticas públicas de cultura e lazer do ponto de vista de sua universalidade e desempenho, no caso específico, em relação ao cortador manual da cana de açúcar na região de Franca/SP. A premissa aqui assumida é a de que são distintos os conflitos instaurados no mundo do trabalho, entre trabalho assalariado e capital, de maneira geral, e no corte manual da cana de maneira singular. A singularidade do caso do cortador de cana deve ser considerada pelo caráter particularmente exaustivo de sua atividade de trabalho, resultando em condição física extremamente debilitada, em comparação às tarefas realizadas por outros trabalhadores rurais, principalmente no quadro da mecanização das operações produtivas. É o caso, por exemplo, da condução de tratores, caminhões, máquinas, etc.

Esta investigação ainda relaciona-se com a prática profissional do Serviço Social tendo em vista que o desenvolvimento pleno do trabalhador ultrapassa as necessidades de ordem puramente econômica, incluindo as de natureza simbólica (ou espiritual). Isto porque a possibilidade de os sujeitos se “educarem” por meio do lazer cultural coloca a perspectiva de uma formação crítica, na linha do projeto ético-político do Serviço Social.

Neste sentido, o que se objetiva é incorporar conhecimentos acerca dos conflitos entre capital/trabalho e de como a percepção crítica de homem/mundo dos trabalhadores aqui considerados é determinada por tais conflitos. Considera-se aqui que o paradigma da “questão social” e sua ampliação, ressaltam-se as necessidades relacionadas ao âmbito superestrutural (cultural) frequentemente são postas num plano secundário.

Assim, parte-se da hipótese de que as intervenções, particularmente as governamentais, ao não proporem políticas públicas direcionadas a essa carência interferem na condição de vida dos trabalhadores, seja na busca de direitos no plano econômico, político, educacional, seja, de acesso à cultura e ao lazer. Situada a emergência deste debate, ante a cotidianidade que incluem direitos a serem respeitados e carências atendidas, o desenvolvimento das relações de identidade entre os trabalhadores também é comprometida.

Num contexto mais amplo, em que se inserem tais categorias, não apenas do trabalho, mas também de lazer cultural, se considera o papel da crise do trabalho de modo geral, e os rebatimentos dessa crise, seja no desenvolvimento objetivo (estrutural) como subjetivo (superestrutural) deste trabalhador.

Os desafios ao se pesquisar o desenvolvimento do lazer cultural diante do cenário de precarização das condições de trabalho são muitos, particularmente no corte manual da cana-de-açúcar. Isto porque, mesmo com variações situadas na esfera da sociabilidade, o papel do Assistente Social ao contribuir criticamente com a compreensão do ser humano em sua totalidade deve se efetivar a partir de uma concepção deste “ser humano” enquanto “ser social” e “sujeito-histórico”.

De acordo com a análise de Paulo Netto (1999, p. 96),

Os projetos profissionais têm, igualmente, inelimináveis dimensões políticas, seja num sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja num sentido restrito (referido às perspectivas particulares da profissão). [...] Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. [...] Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e busca elucidar seus vínculos sócio-históricos, localizando as perspectivas e os pontos de vista das classes através dos quais são construídos discursos; suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões.

Ao se analisar a particularidade do assistente social, tanto seu caráter interventivo quanto político-pedagógico esta percepção educativa se aplica inclusive à investigação das especificidades dos trabalhadores rurais do corte da cana, suas necessidades de lazer e cultura particulares, bem como a diferenciada relação com o mundo do trabalho.

No entanto, o valor desta categoria de análise se reporta a potencialidade pedagógica de formação e transformação advindas de tempos/espacos voltados ao lazer cultural e o sentido político de sua ação, essencialmente, ao posicionar-se no plano da conflituosidade que marca a vida social. O âmbito do lazer cultural caracteriza-se por possíveis saltos qualitativos a serem materializados numa esfera de construção organizativo-coletiva e de luta pela garantia de direitos, tanto à dignidade ao trabalho, quanto à representação política e à identidade cultural destes trabalhadores.

O enfoque investigativo aqui proposto está na abrangência da Lei Rouanet (dez./1991)¹, tanto no que se refere ao valor dos recursos investidos, quanto com relação à acessibilidade por parte dos trabalhadores manuais do setor canavieiro da

¹ (BRASIL, 1991, online).

região de Franca/SP. Esta investigação, tanto teórica quanto prática, resultou na dissertação de mestrado ora apresentada, que está organizada em quatro capítulos, conforme exposto abaixo.

No primeiro capítulo são analisadas as disparidades socioeconômicas e a constituição do ser social, bem como o debate sobre o referencial teórico metodológico correspondente ao Serviço Social. Esta análise parte de uma acepção de desenvolvimento na “plenitude humana”, quer dizer, para além dos aspectos econômicos que, compreendidos numa instância de superação da emancipação política, econômica deve chegar finalmente à emancipação humano/genérica. A valoração dada ao caráter analítico da esfera superestrutural compreende a do lazer cultural e a percepção desta como um espaço na vida cotidiana que contribui com a emancipação definida acima.

No segundo capítulo, os aspectos históricos, econômicos e políticos são analisados com as implicações do capitalismo vigente ao desenvolvimento agrário, principalmente no Brasil, com suas especificidades decorrentes da posição particular no plano da divisão internacional do trabalho. Estas análises se reportam à categoria trabalho, com a intensificação de conflitos gerados, particularmente ao trabalho assalariado rural, quanto ao qual, em estreita relação ao processo de modernização agrícola, cabe observar, neste ponto, a problemática da intensidade, tanto da atividade em si, como da condição de trabalho.

No terceiro capítulo, a problemática do trabalho é abordada e, neste sentido, com o pressuposto que toda a atividade física concentra um componente intelectual e com a sobrecarga de trabalho na atividade do corte da cana, as ações voltadas ao desenvolvimento intelectual, de modo geral, e crítico, particularmente, ficam prejudicadas. As observações se remetem as conceituações de lazer e cultura, considerando que, no âmbito desta pesquisa, a própria carência em si de momentos voltados a estas atividades, mostra-se fator de maior relevância.

No quarto e último capítulo, o debate sobre o acesso ao lazer cultural é analisado a partir das dez entrevistas realizadas com trabalhadores vinculados ao corte manual da cana-de-açúcar: sendo 03 dos municípios de Ituverava/SP, 03 do município de Batatais/SP, 03 do município de Patrocínio Paulista/SP e um trabalhador já aposentado da cidade de Franca/SP.

Sobretudo no sentido de apreender como o lazer cultural se relaciona com a questão do desenvolvimento crítico destes trabalhadores, evidencia-se neste último

capítulo, a partir da ótica dos sujeitos, a relação entre o contexto específico em que estão inseridos e a realidade mais ampla onde as carências estruturais e superestruturais são construídas. Procurou-se dar visibilidade às atividades praticadas nos momentos de “não-trabalho” e quais atividades estes trabalhadores gostariam de praticar, além de informações a respeito de seu cotidiano de trabalho, a percepção destes a propósito da exploração da sua força de trabalho e a luta de classes.

Nas considerações finais relaciona-se a problemática proposta pela pesquisa e a prática profissional do Serviço Social, enfoque que é dado segundo o processo de pesquisa que, determinado por um contexto histórico específico, implica que as orientações daí extraídas não devem ser categóricas e sim passíveis de revisão, tanto teórica quanto empírica.

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO/METODOLÓGICO E SUA APROPRIAÇÃO PELO SERVIÇO SOCIAL

*A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo.
No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.
(Paulo Freire, 1996).*

1.1 O Serviço Social: diálogo com Hegel e Marx

A compreensão do conceito de ontologia¹ do ser social mostra-se ponto de partida fundamental a qualquer análise que pretenda se vincular às Ciências Sociais críticas.² Dito isto, logicamente, o ser humano, em razão de sua imperativa interdependência, necessária à sua sobrevivência, desde os primórdios está ligado a um grupo, no caso o familiar, ou a um indivíduo, no caso pai ou mãe, por exemplo.

O ser humano ampliou este vínculo à noção de pertencimento a determinada esfera grupal que, através de múltiplas práticas por ele socializadas se fez presente à acumulação de conhecimentos e técnicas de adaptação às adversidades impostas pela natureza.³ Diferentemente de outras espécies animais, com padrões de comportamentos instintivamente estabelecidos, o acesso a uma aprendizagem diversificada possibilitou, ainda que por meio de “erros” e “acertos” cotidianos, a criação do âmbito cultural. O surgimento da sociedade tal como se apresenta hoje foi resultado desta interação, sobretudo, no momento em que o homem, ao modificar a natureza, ao mesmo tempo pode transformar (e, efetivamente, transforma) a si mesmo.

A célebre passagem de Karl Marx (1983, p. 211-212) no capítulo VII (Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia) de sua obra “O Capital” compara o trabalho humano com o de outras espécies,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim

¹ Conhecimento do ser, neste caso, do ser social.

² Quando se fala em Ciências Sociais críticas, pode-se tomar como referência a seguinte observação de Castro (1977, p. 21) a respeito do caso específico da Sociologia: “Os pioneiros e fundadores dessa disciplina se caracterizam menos pelo exercício de atividades intelectuais socialmente diferenciadas, que pela participação mais ou menos ativa das grandes correntes de opinião dominantes na época, seja no terreno da reflexão ou da propagação de idéias, seja no terreno da ação.”

³ A este respeito, a citação seguinte, extraída dos Cadernos de Estudos Angolanos e foi organizada, em 1965, pelo Centro de Estudos Angolanos do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA): “[...] os homens não podem produzir cada um por si; uns precisam dos outros. Na produção, os homens estão ligados entre si e dependem uns dos outros. O trabalho foi e será sempre social, feito dentro da sociedade.” (CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, 1983, p. 11).

do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sob o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho.

No campo da sociologia, o modo como se estabeleceram as interações sociais é objeto de análises de vários teóricos, como por exemplo, Thomas Hobbes e J. Rousseau. Para o primeiro, o homem em seu estado natural é mau, egoísta, vivendo num constante estado de luta e, para não se exterminar, renuncia a certos instintos mediante um acordo tácito que, por sua vez, criando a sociedade civil corresponde de modo geral a um determinado padrão de organização.⁴

Para o segundo, o homem nasce bom e a sociedade o corrompe, sendo igualmente através de um contrato social⁵ que é estabelecido o controle de disparidades sociais e a proteção dos mais fracos contra os mais fortes (BOBBIO, 2009, v. 2, p. 739-740).

A concepção crítica-marxiana tem como princípio o materialismo histórico e a transformação da realidade social vista como possibilidade e objetivo. Neste sentido, uma perspectiva idealista, tal como a hegeliana é, mais do que idealista, espiritualista, comparando-a até mesmo com uma expectativa quase religiosa e enquanto filosofia deve ser considerada contraditória com o materialismo histórico.

Isto porque, no que diz respeito à ideologia, ela acaba resultando na prevalência da ordem sobre a justiça, (que só poderá encontrar justificativa

⁴ Hobbes (2008, p. 78) afirma que: “[...] dado que a condição do homem [...] é uma condição de guerra de todos contra todos, [...] segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. [...] e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. (e) [...] por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos. [...] contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. [...] não há nada a que um homem não tenha direito por natureza.”

⁵ Rousseau (2003, p. 26) entende que: “Imagino os homens que chegaram ao ponto em que os obstáculos, que são prejudiciais à sua conservação no estado natural, arrastam-nos, por sua resistência, sobre as forças que podem ser empregadas por cada indivíduo para se manter nesse estado. Então esse estado primitivo não pode mais subsistir e o gênero humano haveria de perecer se não mudasse sua maneira de ser. Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir aquelas que existem, não lhes resta outro meio, para que se possa levá-los à resistência, coloca-los em movimento em um único móvel e fazê-los agir de comum acordo. (*sendo necessário, portanto*) [...] ‘Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoas e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto senão a si mesmo e permaneça tão livre como anteriormente’. Esse é o problema fundamental, cuja solução é dada pelo contrato social.”

filosófica no âmbito religioso, quer dizer, na justificação da “injustiça” incidida na ordem social burguesa, na medida em que há uma “ordem divina”). Krapívine (1986, p. 65-66) afirma que o sistema hegeliano: “[...] defende duma forma subtil a religião e considera o mundo material como secundário, [...] e as opiniões políticas conservadoras tiveram repercussão negativa no seu método dialéctico.”

No processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, para que se pudesse **acreditar** que **todos os homens** alcançavam o progresso material, social e espiritual em igualdade de condições o recurso “religioso”, antes rejeitado no plano filosófico, se deu como alternativa para a criação deste “espírito capitalista”. Como no particular processo de desenvolvimento da classe trabalhadora o contexto religioso será fundamental na adaptação da exploração, a impossibilidade do “progresso sem a ordem” é o argumento para “convencê-los” do necessário enquadramento e obediência à dominação do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 20).

Numa abordagem conservadora e até mesmo reacionária, há também a compreensão de que um excelente desenvolvimento social se efetiva através das desigualdades, naturalizando-as, diferentemente do primeiro referencial teórico-metodológico citado. Marx e Engels causaram, e ainda causam significativo debate e incômodo no campo da economia-política, sobretudo, pelo teor crítico de análise em relação ao sistema capitalista.

Além de fervorosas discussões no espaço acadêmico entre as diversas proposições de defesa da classe dominada, por um lado, a importância ideopolítica do método marxiano se coloca ao criticar o ordenamento do capital e por recusar a manutenção do *status quo* burguês.

Por outro, as interpretações equivocadas de intelectuais à “esquerda” e à “direita” não foram poucas e, especificamente no primeiro caso, se produziu um limitado entendimento de que houvesse uma unicidade do saber, centrado no materialismo dialético e numa “historicidade” que considerava apenas a conjuntura social do presente.⁶

⁶ Konder (2009, p. 108-109) afirma que: “No marxismo que se difundiu durante as décadas de crescimento da Segunda Internacional (até a guerra de 1914), havia muito pouco espaço para o reconhecimento dos problemas ligados à criatividade do sujeito humano: o comportamento dos homens tendia a ser explicado a partir dos movimentos da economia. [...] Tanto na teoria da história quanto na história do conhecimento, o pensamento de Marx perdia sua dimensão dialética. Na teoria do conhecimento, a consciência humana era pensada como um registrador mais ou menos passivo de impressões vindas do mundo exterior.”

Karel Kosik (1976, p. 15-16) analisa que este equívoco restringiu um conceito fundamental à teoria de Marx, que é o de dialética,

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. [...] o pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real. A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência.

Apesar da concepção acerca da dialética ser inspirada pela teoria hegeliana, esta se distingue da elaborada por Hegel no seguinte ponto: o método hegeliano considera que a esfera material não passa de mera interpretação humana do plano ideal. Assim, o pensamento de Hegel é, por muitos teóricos como Lukács (1979), Kosik, (1976), Löwy (2000), Mészáros (2004), entre outros, considerado metafísico.

Ao ter como premissa a ideia de equilíbrio social o pensamento conservador justifica deste modo, uma organização social pautada na divisão de classes, com a permanência de determinado *status quo*, de uma adaptação e ajustamento do homem às desigualdades socioeconômicas e políticas. Ao defender a suposição de que há um “Espírito Absoluto” constituído pela particularidade e pela totalidade, a percepção de “essência” e “aparência” se iguala (MARX; ENGELS, 2007, p. 100-101).⁷

Por considerar a “esfera ideal” fundamentalmente importante, assim como a definição de uma unidade representativa desta, há a defesa de que existe uma “única verdade” idealizada do mundo real e que as relações sociais estão em comunhão e determinadas, enquanto totalidade, por este “Espírito Absoluto” e ideal. Por um lado Hegel não conseguiu retirar das suas reflexões as influências de uma concepção filosófica mística que deram a Deus, enquanto ser Absoluto e Uno, a universalidade e a representação de todas as coisas. Por outro, seu pensamento iluminista superou o medieval conforme a conjuntura em que se instaura o capitalismo.

⁷ Nas palavras do próprio Hegel (1992, p. 173, grifo nosso): “A consciência, ao abrir caminho rumo à sua verdadeira existência, vai atingir um ponto onde se despojará de sua aparência: a de estar presa a algo estranho, que é só para ela que é como um outro. Aqui **a aparência se torna igual à essência**, de modo que sua exposição coincide exatamente com esse ponto da ciência autêntica do espírito. E, finalmente, ao apreender sua verdadeira essência, a consciência mesma designará a natureza do próprio absoluto.”

Para Marx, inversamente, o âmbito do real e do concreto é que determina as concepções ideais dos indivíduos. Logo, se é o concreto pensado que é interpretado em termos ideais, o pesquisador deve ter em vista a superação do fenômeno que se manifesta como “aparente” procurando captar o que se mostra essencial à dinâmica e ao objeto investigado (PAULO NETTO, 2011, p. 333-340).

No caso do objeto pesquisado por Marx, a sociedade burguesa, segundo ele esta se constituiu como produto de uma ação real e recíproca entre os homens, ou melhor, de maneira não transcendental. Como os sujeitos estão inseridos nesta realidade concreta, como sujeito/objeto, estão impossibilitados de construir uma neutralidade teórica, erroneamente confundida com objetividade teórico-metodológica.

Contudo, para a compreensão da organização social, apesar do plano concreto e material ser primordial este deve ser analisado dialeticamente, podendo-se, do contrário, perder de vista outra importante conceituação marxiana que é a de totalidade. Na pretensão de se realizar uma análise materialista da sociedade este último aspecto não é privilegiado na medida em que se supõem certa irrelevância das dimensões culturais e simbólicas na investigação social.⁸

Esta forma de abordagem deixa de considerar que, do ponto de vista do materialismo dialético, não se trata de negar a presença e importância de um nível simbólico, onde adquire pleno sentido o conceito de cultura. O que se pretende considerar é que estes níveis têm uma relação de determinação, pelo plano das relações materiais, que se estabelecem entre os homens. Porém, uma vez constituída, a instância simbólica passa a ser absolutamente essencial, podendo-se mesmo dizer que é ela fundante do ser humano.

A peculiaridade da construção teórica, construída a partir do pensamento de Marx, se manifesta ao distinguir o conhecimento do plano da vida prática e os de construção simbólica, religiosa, inclusive mágica que, por sua vez, guardando íntima relação com a ocorrência da autorrepresentação dos trabalhadores, através da

⁸ Kosik (1976, p. 202) afirma que: “No conceito de práxis a realidade humano-social se desvenda como o oposto do ser dado, isto é, como formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano. A práxis é a esfera do ser humano. Neste sentido o conceito de práxis constitui o ponto culminante da filosofia moderna, a qual, em polêmica com a tradição platônico-aristotélica, colocou em evidência o autêntico caráter da criação humana como realidade ontológica. A existência não é apenas ‘enriquecida’ pela obra humana; na obra e na criação do homem – como em um processo ontocriativo – é que se manifesta a realidade, e de certo modo se realiza o acesso à realidade. Na práxis do homem advém algo essencial, que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica.”

criação artística e do aspecto lúdico, não devendo com ela ser confundida, de maneira simplista.

Os equívocos quanto à análise marxiana partiu de certo “determinismo evolucionista” que alguns intelectuais trouxeram na interpretação de que, em determinado período histórico, o processo de desenvolvimento tecnológico geraria um colapso ao sistema capitalista e que seria possível, desta maneira, construir uma nova sociedade nos moldes socialistas.⁹

Segundo José Paulo Netto (1989a, p. 38), quando Marx investiga a maneira como se estrutura o sistema capitalista, a dinâmica do capital e o processo de formação da sociedade burguesa, um longo caminho histórico é percorrido e sua elaboração teórica tinha por objetivo compreender tal momento numa postura que assume uma visão de mundo comprometida com a classe trabalhadora, absolutamente contrária a qualquer pretensão de “neutralidade científica”. Ao contrário, quando Marx demonstra a necessidade de se delimitar categorias de análise ele está considerando justamente a esfera ideológica e, portanto, da parcialidade na construção do conhecimento científico. Nas análises de Kosik (1969, p. 116),

Uma vez que a dialética não denuncia as contradições da realidade humana para depois capitular diante delas e considera-las como antinomias no âmbito das quais o indivíduo humano será, eternamente, esmagado e uma vez que ela, também não é uma totalização errada que deixa para o futuro a tarefa de resolver tais contradições, a questão central que ela levanta é a da conexão existente entre a revelação das contradições e a possibilidade de resolvê-las.

Neste sentido, a teoria social marxiana parte da ideia de uma compreensão científica que se reconstitui sempre de modo aproximado à realidade investigada, quer dizer, quanto mais o pesquisador preservar a fidelidade na descrição do objeto, maior será a veracidade teórica desta prática investigativa. Também nega um sistema social, político, econômico e cultural que seja estático e imutável como o sugerido pelo referencial positivista, por exemplo, mas entende que a sociedade

⁹ Lessa (2002, p. 67) esclarece que: “Dito de outro modo, essa utilização social de elementos e forças naturais não resulta em uma justaposição de sociedade e natureza, mas na produção, na síntese de uma nova esfera ontológica: o mundo dos homens. Esta síntese é obra do trabalho – e, no interior deste, do processo de objetivação –, que, a partir do rearranjo teleologicamente posto da natureza, funda o ser social enquanto uma totalidade unitariamente homogênea e internamente contraditória (os elementos naturais não deixam de ser natureza, a teleologia e a causalidade são sempre ontologicamente distintas etc.).”

como um todo segue uma tendência historicamente determinada, se forma e se transforma de maneira dinâmica e contraditória.

Portanto, o movimento concreto e real não poderá ser apenas reflexo mecânicos de determinados períodos evolutivos, em que os indivíduos se encontram em condição de passividade, mas numa perspectiva histórica, estes são essencialmente sujeitos ativos neste processo de constituição de relações sociais.

Deste modo, para que se possa compreender esse complexo sistema de relações é necessário apropriar-se do máximo de informações referentes às especificidades do tema a ser pesquisado possibilitando, assim, elaborar uma análise objetivo-crítica através da qual, vinculada a questões práticas, a credibilidade a tal produção científica é alcançada.

1.2 Análises acerca da produção do conhecimento no Serviço Social

O Serviço Social guarda uma vinculação histórica com o sistema capitalista que, por sua vez, o tem utilizado como estratégia para atender necessidades relativas tanto à da expansão da pobreza quanto ao controle de conflitos dela decorrentes. Como profissão originada e sustentada por esta lógica, ela teve e ainda tem importantes aspectos de sua atuação identificados ideologicamente com uma prática ou idealista ou de cunho assistencial.

Tal limitação originou, em muitos profissionais, uma visão de mundo e, conseqüentemente, uma atuação vinculada a certo poder coercitivo (leia-se policiaisco) de ajustamento, adequação e repressão à classe trabalhadora, sobretudo, a partir de um posicionamento de justificação da divisão de classes, herança positivista e/ou funcionalista teórico-prática (MARTINELLI, 2001, p. 159).

Retomam-se as ideias opostas de Hegel e Marx pela importância situada nos âmbitos teórico-metodológicos que fundamentam o Serviço Social, especialmente ao se ter em vista uma superação de concepções arcaicas imposta à prática profissional. Abordar a revisão do pensamento hegeliano e de sua dialética considerada equivocada, tal como proposto por Marx, estando de “cabeça para baixo”, se dá na superação desta visão idealista do mundo real. Isto porque há uma determinação material e objetiva do pensamento e da instância superestrutural

(cultural) formada pela base econômica, com sua evolução e construção história que parte justamente dessa base material.¹⁰

Assim, Marx e Engels (1996, p. 52) demonstram que,

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. [...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Neste sentido, também a religião, a moral, a ideologia e a consciência que lhes são correspondentes perdem logo a aparente autonomia existindo, a partir daí, o desenvolvimento humano vinculado ao processo histórico material acima descrito, isto é, resultante da esfera sócio produtiva. A aceitação ou negação desta afirmativa reflete no processo de construção teórico profissional, assim como no instrumental que norteará a investigação e a prática do assistente social. Igualmente, as interpretações devem abranger não apenas as contribuições acadêmicas (teóricas), mas devem ajustar-se às particularidades determinadas pela cotidianidade que se dará a intervenção profissional.

Esta diretriz metodológica, não hegemônica no campo profissional, implica em respaldar-se por esta perspectiva crítica que, essencial às intervenções profissionais depende da negação de uma perspectiva de atuação próxima à vertente positivista e/ou funcionalista privilegiando, deste modo, a marxiana (crítica). Entende-se que é na relação contraditória entre os interesses individuais, grupais e as distintas cotidianidades que a percepção de classe é constituída.

Lukács (1979, p. 41) afirma que: “[...] o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não são visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social”. Neste caso, o conceito de interesse de classe aparece

¹⁰ Neste sentido, Marx (1978, p. 117) afirma que Hegel, “[...] caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. [...] a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo.”

enquanto formação econômica e cultural decorrente de posicionamentos políticos que só podem ser percebidos em longo prazo.¹¹

Evidentemente que se utiliza aqui o termo “posicionamento político” no sentido político, sugerindo uma visão de totalidade diferentemente da perspectiva positivista/funcionalista e da concepção de que indivíduos e grupos podem ser motivados a agir com fundamental independência quanto aos seus interesses e necessidades materiais.

O caráter imediato ou mediato dos interesses da classe trabalhadora é um dos pontos a considerar. Entretanto, é preciso avaliar a reflexão de Marx, sobre o fato de que, todos os trabalhadores “criativos”, na medida em que realmente o são, produzem o que produzem sob o essencial fator de suas personalidades. É isto que os leva a “produzir como a abelha produz o mel” o que seria o caso do artista, do cientista etc., mas também, do ponto de vista do político (FISCHER, 1970, p. 20).

Há que se atentar também que o conhecimento gestado pelo serviço social é, em muitos casos, restrito à análise das categorias objetivo-materiais, principalmente relacionadas à problemática da “questão social”. Para além da categoria econômica, a fundamental apreensão do mundo do trabalho em sua totalidade perpassa pela esfera ideológica e os suportes dados a determinados padrões e “estilos de vida” que compõem a cotidianidade dos sujeitos. A partir dessa compreensão histórica, materialista e dialética de sociedade é que se situam os pontos essenciais a uma atuação profissional que contribua para o surgimento de uma nova “visão de homem/mundo”, perspectiva esta que se inverte ao atuar de acordo com o sistema ideológico dominante.¹²

A exclusiva tarefa dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais, revistas) e de certas instituições (escola, igreja, clube) é justamente a de reforçar essas ideias e a manutenção de distintas formas de dominação, tais como econômicas, políticas e culturais.

¹¹ A este respeito, Antunes (2001, p. 175) afirma que: “[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho.”

¹² Segundo Lukács (1979, p. 54): “Na enorme maioria das vezes, a síntese dos atos singulares em tendência histórica genérica impulsiona a humanidade para patamares superiores de sociabilidade. Contudo, isso nem sempre ocorre. Em dadas situações históricas mediações e complexos sociais, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sócio genérico, podem passar a exercer um papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano.”

No entanto, apesar da constituição dessa esfera ideológica (que sustenta tais padrões) há também espaço para resistência ao comodismo e à alienação, visto que, para certo ideário se tornar hegemônico este deve ser reforçado permanentemente, e pondera-se que não existe apenas um sistema de ideias. Na verdade, um forte princípio “hegemônico” condiciona à maior ou menor adesão a determinadas opiniões e a não observância destas particulares formas de opressão limita o conhecimento e a prática profissional, ao disseminar-se tal ideologia como se fosse se este fosse o projeto ético-político profissional.

Ainda esta tomada de posição alienada prejudica não apenas a atuação profissional, mas de maneira geral, tem o potencial de limitar a organicidade dos trabalhadores enquanto classe, incluindo a possibilidade de representarem-se culturalmente e reconhecerem-se como “sujeitos coletivos” no mundo do trabalho. Esta forma de alienação decorre da limitação da vida ao mundo das mercadorias. De acordo com Marx (2010, p. 94):

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Diante desse quadro, o assistente social se depara com o desafio de desvendar, em seu cotidiano, um intrincado jogo de objetividades/subjetividades e se torna imprescindível uma relação entre teoria e prática que possibilite qualificar a produção do conhecimento profissional. Para tanto, além dos indispensáveis subsídios situados no campo teórico e prático, considerar experiências individuais, coletivas e alicerçar-se numa relação dialógica com outros saberes, incluído o cultural e popular são aspectos que constituem a perspectiva de totalidade na compreensão da sociedade e dos conflitos do mundo do trabalho.

1.2.1 Delimitação teórico/metodológica da pesquisa

A partir da concepção teórico-metodológica abordada acima, o objetivo deste trabalho foi o de contribuir com reflexões acerca das relações entre trabalho e lazer,

bem como a organização e possibilidade do trabalhador rural representar-se cultural, social, política e economicamente. Leituras foram realizadas com o foco de análise referindo-se à política pública e, especificamente, aos recursos investidos pela Lei Rouanet. Estas se relacionaram ao acesso por parte dos trabalhadores manuais do setor canavieiro da região de Franca/SP aos tempos (períodos de lazer) e espaços (equipamentos culturais) voltados ao desenvolvimento do lazer cultural.

Para tanto, a pesquisa qualitativa foi adotada como referência, uma vez que esta oferece os adequados subsídios à compreensão da realidade a que sujeitos analisados estão inseridos, realidade esta composta por elementos que não são reduzidos à mensuração. O pesquisador Chizzotti (1991, p. 67) entende que: “[...] a pesquisa qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...] permitindo a aproximação dos pesquisadores com o objeto de pesquisa, facilitando o processo de construção do conhecimento.”

A expectativa de corresponder metodologicamente à perspectiva de totalidade foi considerada essencial nesta pesquisa, sobretudo, no sentido de contemplar uma concepção crítica de investigação sobre o corte manual da cana-de-açúcar e das necessidades dos trabalhadores vinculados a esta atividade, seja ele migrante ou não.

A este respeito, Zimmerman e Osório (1997, p. 27) compreendem que:

A essência de todo e qualquer indivíduo consiste no fato dele ser portador de um conjunto de sistemas: desejos, identificações, valores, capacidades, mecanismos defensivos e, sobretudo, necessidades básicas, como a da dependência e a de ser reconhecido pelos outros, com os quais ele é compelido a conviver. Assim, como o mundo interior e o exterior são a continuidade um do outro, da mesma forma, o individual e o social não existem separadamente, pelo contrário, eles se diluem, interpenetram, complementam e confundem entre si.

Assim, dentre as diversas abordagens acerca da conceituação de lazer e cultura, este estudo partiu de três vertentes principais: a primeira situada na corrente positivista-funcionalista do lazer; a segunda vertente teórica, considerada conservadora e; a terceira e última, a que se pautam as análises aqui propostas, vinculadas à perspectiva crítica de análise do lazer, isto é, ligada à Teoria Social de Marx.

Quanto à delimitação dos municípios a serem pesquisados, estes estão situados na região de Franca/SP e, tal recorte obedece às dinâmicas demográfico-

territoriais de grande, médio e pequeno porte. De acordo com a Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 8) são considerados municípios de porte pequeno com classificação 1 aqueles com população até 20 mil habitantes; municípios pequenos de classificação 2 com população entre 20.001 a 50.000 habitantes; municípios médios entre 50.001 a 100.000 habitantes; municípios grandes com população entre 100.001 a 900.000 habitantes e, finalmente são considerados metrópoles aqueles que apresentam população superior a 900.000. Propôs-se realizar a pesquisa no município de Franca (400 km da capital) de 318.239 habitantes; o município de Batatais (49 km de Franca) com 56.248 habitantes e a cidade de Patrocínio Paulista (município limítrofe a Franca) com população estimada em 12.937 habitantes (IBGE, 2010, online).

Caracterizam-se, respectivamente, como de grande porte, de médio porte e pequeno porte, nível 1. Tal recorte se justificou metodologicamente visto que, em relação ao porte demográfico, os municípios de modo geral, se diferenciam em relação ao acesso às políticas públicas, inclusive as de lazer cultural, de forma que este exercício de tipificação foi considerado adequado.

A primeira etapa da pesquisa de campo voltou-se ao estabelecimento de contato direto com os sujeitos da pesquisa, quer dizer, três trabalhadores de cada município que atuam no corte manual da cana-de-açúcar. Entretanto, na tentativa de localizar os sujeitos no município de Franca, foram realizadas visitas em três bairros periféricos cuja concentração de trabalhadores rurais é mais frequente e a informação obtida é que foram suspensas as turmas de trabalhadores com atividade no setor canavieiro. Ainda ao pesquisar uma quarta região periférica da cidade, constatou-se por meio de uma liderança comunitária a veracidade das informações primeiras.

Essa suspensão se deu pelo fato de as usinas da região consideram desinteressante a contratação de pequenos grupos de trabalhadores que, residentes em bairros distintos e em razão do necessário deslocamento a vários pontos da cidade tornou o transporte destes ao eito da cana “lucrativamente inviável”.

Verificou-se que essa diminuição da demanda por trabalhadores, especialmente os residentes em Franca se estabeleceu em decorrência da mecanização ter sido ampliada em usinas da região e, aqueles que permaneceram na atividade rural são atualmente contratados de maneira sazonal, sobretudo, na colheita do café e da laranja.

Frente a esta constatação, para que a análise inicialmente proposta pela pesquisa não fosse comprometida, em conjunto com a orientadora optou-se pela substituição da cidade de Franca, de maneira a incluir outro município, no caso o de Ituverava. Tal escolha se justificou pelo fato deste ser um dos maiores municípios da região com significativo cultivo de cana-de-açúcar e para a realização das entrevistas, no intuito de subsidiar esta fase da pesquisa de campo, um roteiro semiestruturado foi utilizado como instrumental.

Estas foram gravadas e posteriormente transcritas, de modo que os discursos puderam ser analisados de maneira integral, técnica que se adequa à coleta de dados primários, como observa Queiroz (1991, p. 27): “A opção pelo gravador como instrumento se dá pela necessidade de ‘captar adequadamente a fala do informante’.”

Ainda que as entrevistas tenham sido realizadas com o auxílio de um roteiro, estas se deram de maneira aberta, quer dizer, de modo a respeitar ideias e opiniões dos entrevistados, procurando evitar interrupções durante os relatos. Tal instrumento corresponde à prática consolidada na área de Serviço Social (aliás, em concordância com a área de pesquisa social em geral), com a qual se atende à dificuldade retratada na seguinte análise,

[...] quando a entrevista é do tipo intensivo e qualitativo, com muitas questões de verificação não estruturadas, o problema de anotar torna-se crucial. Tanto quanto possível, as palavras *exatas* do informante devem ser registradas. Não devem ser corrigidas na sua gramática ou significado. (GOODE; HATT, 1979, p. 266, grifo nosso).

Este posicionamento permitiu estabelecer uma aproximação maior com os trabalhadores e suas histórias de vida, tanto de exploração do trabalho quanto de percepções acerca do lazer cultural, os anseios e expectativas de mudanças em sua cotidianidade. Pelo fato dos momentos de “não-trabalho” se direcionarem especificamente ao restabelecimento da condição física, a esfera midiática foi uma das categorias de análise incluída, sobretudo, na percepção crítica acerca das programações televisivas e radiofônicas, se as informações recebidas¹³ são ou não satisfatórias, se a linguagem utilizada é facilmente assimilada, etc.

¹³ Segundo Lukács (1979, p. 41): “[...] o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não são visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social. A determinação da consciência pelo ser social, portanto, é entendida em seu sentido mais geral. Só o marxismo vulgar (desde a época da Segunda Internacional até o período stalinista e suas consequências) é que transformou essa determinação numa declarada e direta relação causal entre economia – ou mesmo entre alguns momentos dessa – e ideologia.”

Quanto à investigação da política pública, esta abarcou a atual configuração da política cultural brasileira, em especial a Lei Rouanet e os equipamentos de cultura, como cinema e teatro, visto que a relação profissional com a esfera governamental se remete à atuação do Estado de maneira geral.

Esta, por sua vez, se mostra profundamente limitada no que diz respeito à garantia de direitos, inclusive, as necessidades de lazer e cultura, realidade constatada nas três esferas governamentais, tanto na municipal, estadual quanto na federal, restando apenas o conceito formal de “cidadania” ao sistema de organização social dito “democrático-representativo”.

1.3 O Serviço Social no século XX e a perspectiva de liberdade como ideal ético

A socialdemocracia, enquanto opção governamental se destacou pela defesa de uma organização socioeconômica pautada pela ideologia desenvolvimentista que culminou com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) visando regular e “promover” um desenvolvimento econômico, social e político de países subdesenvolvidos. É este o contexto em que o Serviço Social brasileiro altera, entre as décadas de 1960 e 1970, a perspectiva ética de sua atuação profissional.

Assim, a profissão assume uma postura ética, política e ideológica comprometida com uma concepção desenvolvimentista, sobretudo, ao atentar para uma possível transformação de regiões economicamente “atrasadas” buscando, assim, alcançar um estágio adequado de desenvolvimento em âmbito nacional. Esse período foi marcado por certa relação justificadora das desigualdades entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento a partir do dualismo: democracia versus imperfeições socioeconômicas.

A justificação mais usual era de que a ordem social vigente se adequava à realidade brasileira, numa concepção democrática embasada na ideologia católica e ainda era preciso superar as “imperfeições” sociais através da adaptação dos sujeitos às perspectivas econômicas. Na realidade, tal concepção desenvolvimentista implicou na dependência dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos, decorrente da aquisição de recursos, via empréstimos, aplicados nesse processo modernizador.

Ao respaldar o caráter ético de atuação a esta proposta desenvolvimentista, o profissional compreendia que a sociedade deveria se constituir de forma

homogênea, de modo que o caráter harmônico entre as classes se concretizaria a todo custo, obedecendo à ética católica e aos princípios desta ideologia desenvolvimentista. Neste período, a presença de assistentes sociais com postura ética diferenciada era mínima.

Sánchez Vásquez (2002, p. 23) define ética como,

[...] um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade. Estas normas, de caráter histórico e social, devem ser acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima e não de maneira mecânica e impessoal.

O Serviço Social no Brasil, em seu processo de construção e legitimação profissional estabeleceu cinco Códigos de Ética: os de 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993, este último em vigor até os dias atuais. A primeira formulação do Código de Ética no Serviço Social em 1947 explicitava normas e valores basicamente vinculados aos princípios éticos tradicionais da caridade cristã.¹⁴

A opção teórico-metodológica vinculada à Igreja Católica, que ainda refletiu nos Códigos de Ética de 1965 e 1975, partiu de um posicionamento tradicionalista resultante do pensamento cristão, fortalecido pela ameaça comunista e pela possibilidade da submissão do assistente social, não apenas ao Estado, ser superada. Já em relação ao usuário, o assistente social deveria conferir tratamento especial aos sujeitos considerados “desajustados”, princípio normativo que se adequava a profissão.

De acordo com Barroco (2006, p. 95): “[...] os Códigos de ética no Brasil são fundamentados pelos pressupostos neotomistas e positivistas de 1947 a 1975. Há uma clara subordinação da ética à moral traduzida na atuação profissional voltada às pessoas humanas ‘desajustadas’.”

Os vínculos teórico-metodológicos da profissão se aprofundaram na perspectiva clientelista¹⁵ que resultou em seu Código de Ética de 1965, de limitações

¹⁴ Pode-se ver quanto a isso, que o Código de Ética de 1947 afirma como dever fundamental do assistente social: “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.” (CFESS, 1947, online).

¹⁵ A título de exemplo, a perspectiva clientelista se remete ao Código de Ética de 1965 no artigo que se segue: “Art. 19º. O assistente social em seu trabalho junto aos clientes, grupos e comunidades, deve ter o sentido de justiça, empregando o máximo de seus conhecimentos e o melhor de sua capacidade profissional, para a solução dos vários problemas sociais.” (CFESS, 1965, online).

geradas pelo regime político ditatorial em que o Brasil estava inserido. O “anticomunismo” surge como uma contrarrevolução em resposta às sistemáticas paralisações dos trabalhadores que tumultuavam a rotina de “ordem e progresso” no Brasil, resultando numa intensificação da repressão em 1964 com o regime militar.

Com uma forte subordinação a outros profissionais, esta submissão contribuiu para o direcionamento de uma visão conservadora no interior da categoria. Entretanto, um movimento de revisão ideopolítica conhecida como Movimento de Reconceituação se estabelece e após o Código de Ética de 1975, o Código de Ética de 1986 consolida mudanças, significativas na concepção filosófica neotomista e nos princípios de natureza funcionalista.

Com a superação do regime militar e com a retomada da vida sindical, por exemplo, na década de oitenta uma nova configuração política é propiciada por um período de “redemocratização” com seu auge em 1988, com a participação de novos atores na esfera organizativa sindical. Entretanto, estes se defrontam com enormes desafios decorrentes do capitalismo, agora globalizado, com obstáculos expressivos à ação reivindicativa de caráter classista. É aí que surge como alternativa de mobilização os movimentos sociais.

Paulo Netto (2003, p. 77) analisa que: “O essencial da Constituição de 1988 apontava para a construção - pela primeira vez assim posta na história brasileira – de uma espécie de Estado de bem-estar social.” Sobretudo com o chamado *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), ainda que materializado apenas no chamado “Primeiro Mundo”, este ponto de vista protetivo, economicamente dizendo, refletiu na tentativa de sua implantação, por exemplo, entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, bem como em outras nações ainda em desenvolvimento. Neste contexto, a negação da teoria keynesiana, isto é, de não intervenção econômica dos Estados (já que a economia devia se autorregular) surgiu pela necessidade de controle não apenas da produção, da distribuição, mas do consumo de mercadorias e, conseqüentemente, do aquecimento interno da economia.

Esta opção trazia a possibilidade de formação de recursos humanos demandada pelo avanço tecnológico desenvolvimentista, assim como a condição de estabilizar e equilibrar economicamente o comércio internacional.

Destaca-se na Grã-Bretanha, o papel do Relatório Beveridge (1942) no estabelecimento do *Welfare State*. Com a defesa da Seguridade Social, respaldada pela teoria de “cidadania” de Marshall, a crise político-econômica que se instaurou

no pós-Segunda Guerra Mundial deve ainda ser considerada, sobretudo, ao obrigar os países capitalistas a contraporem-se ideologicamente à expansão do comunismo no Leste Europeu, respaldado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A ofensiva conservadora dos mecanismos de “proteção” se pautou pela necessidade de gerir os conflitos decorrentes da disponibilidade de mão-de-obra, com a contração em períodos de maior produção e demissão em períodos de menor produção. Numa análise mais ampla, inclusive, acerca da atuação de sindicatos como representantes efetivos do trabalhador, seu desempenho se mostra questionável em relação às reivindicações na atual conjuntura¹⁶, visto que, no quadro do desemprego estrutural, a luta volta-se à manutenção de postos de trabalho e não de melhoria salarial.

No caso brasileiro, Pereira (2007, p. 125-126) entende que,

Assim, a proteção social no Brasil não se apoiou firmemente nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda e da reprodução de extratos majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada à fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizações conservadoras.

Portanto, observa-se que as mobilizações efetivadas pelos movimentos sociais, sejam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entre tantos outros, acabam por ocupar os espaços de organização que, originariamente estavam dirigidos aos sindicatos e associações de trabalhadores.

Esta alternativa surge num contexto de rearticulação da classe trabalhadora, tanto urbana quanto rural e, de modo geral, decorre da negação, por parte de alguns setores da sociedade civil, à ideologia estatal de existência de um “milagre

¹⁶ Coutinho (2006, p. 125-126): “O Welfare State representou uma conquista importante para a classe trabalhadora. Mas, depois de uma última ofensiva da classe operária, no final dos anos 60, há um claro movimento de contra-reforma. A partir de então, temos a desconstrução do Welfare State; a americanização da política, com sua redução à pequena política; a modificação substancial da morfologia do trabalho, que desestruturou não só os partidos políticos de esquerda, mas também as próprias organizações econômico-corporativas, os sindicatos, que vivem um período de crise. Há mal estar, há indícios de que se pode reestruturar uma nova esquerda e novos sujeitos revolucionários, mas estamos numa fase ainda inicial.”

econômico”. Com a ampliação da busca por liberdades político-sociais que determinou a luta pelas Diretas Já esta postura de ruptura com o pensamento conservador também se fez presente no caso do Serviço Social.

Com essas demandas impostas ao assistente social, parte da categoria e de sua intelectualidade influenciou, a partir de uma vertente teórico-metodológica mais crítica, as reformulações que se deram no código de ética profissional. A partir deste momento, as alterações em sua prática profissional foram significativas, visto que valores comprometidos com a defesa da cidadania, das particularidades dos sujeitos e diversas realidades sociais pautaram o Código de Ética de 1986.

Com a negação do perfil conservador e da estrutura filosófica tradicionalmente “neutra” que normatizava a prática profissional, uma intervenção tecnicamente competente na área das Ciências Humanas Aplicadas modificou fundamentalmente a condição de subalternidade do Assistente Social frente a outras profissões.¹⁷

As principais reformulações incidiram em duas dimensões fundamentais: a recusa à neutralidade e o reconhecimento da dimensão político-pedagógica da prática do assistente social, além de compreender as alterações nos processos de exploração do trabalho, mudança esta que trouxe essencialmente à baila, questionamentos acerca de seu projeto ético-político. Com isso a profissão, além destes pontos, consolidou em seu projeto social a opção de fortalecimento da classe trabalhadora, transformações estas que possibilitaram qualificar tanto a formação teórica como a prática profissional.¹⁸

Como a realidade social se mostra dinâmica e contraditória, exigiu-se compatibilizar o Código de Ética de 1986 ao aspecto conjuntural e, neste sentido, o Código de Ética de 1993 foi construído de maneira coletiva, no intuito de preservar e reafirmar alguns preceitos do código anterior, como a defesa da democracia, equidade, entre outros. Constata-se a valoração em seu Projeto Ético-Político de conceitos de superação da alienação e opressão no mundo do trabalho, a centralidade do “trabalho” como categoria ontológica ao ser social, visto que o

¹⁷ Segundo documento da ABESS e CEDEPSS (1996, p. 153): “O marco da redefinição dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho.”

¹⁸ Ainda lamamoto (1994, p. 34) compreende que: “O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.”

homem se constitui e se reproduz por meio dele e o conceito de emancipação na perspectiva da teoria crítica social.

Após profundas crises à influência do positivismo e do funcionalismo no Serviço Social, que gerou um quadro dicotomizado entre teoria e prática, sujeito e objeto, transformando o assistente social em um profissional asséptico, de intervenção desvinculada da investigação, o marxismo passa a assumir a perspectiva hegemônica no quadro teórico-metodológico do Serviço Social. Isso vem se dando, com maior evidência, no nível da produção científica, de um novo projeto de prática e de formação profissional. (IAMAMOTO, 2000, p. 230).

Ressalta-se ainda neste Código de 1993, a reafirmação do exercício profissional pautado nos direitos do Assistente Social em relação às instituições e organizações na qual atua e dos deveres e responsabilidade para com os usuários. Portanto, apenas com uma atitude teórico-metodológica compromissada com emancipação dos sujeitos, correspondendo ao plano histórico e às realidades econômicas, políticas e culturais de determinada sociedade é que se possibilita qualificar a intervenção profissional e compreender as demandas populacionais.

Apenas com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender, evitando os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexas, transformadas que as expressões da questão social colocam para a profissão.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL E OS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CORTE MANUAL DA CANA-DE-AÇÚCAR

*Filha da prática/Filha da tática/Filha da máquina
Essa gruta sem-vergonha/Na entranha/Não estranha nada
Meta sua grandeza/No Banco da esquina/Vá tomar no Verbo
Seu filho da letra/Meta sua usura/Na multinacional
Vá tomar na virgem/Seu filho da cruz
Meta sua moral/Regras e regulamentos
Escritórios e gravatas/Sua sessão solene.
Pegue, junte tudo/Passa vaselina,
Enfie, soque, meta/No tanque de gasolina.
(Tom Zé).¹*

2.1 Breve análise da realidade agrária brasileira e o processo de modernização no campo

O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, que se remete ao período colonial com engenhos instalados na região Nordeste, ainda mostra marcante presença no processo produtivo agrícola. Ao ser analisado tal processo em sua totalidade constata-se sensíveis transformações que conduziram, de modo geral, todo o desenvolvimento sócio econômico brasileiro, fundamentada, sobretudo, na exploração de mão de obra advinda da migração de trabalhadores para onde se concentra a produção agrícola, como da cana-de-açúcar, do café, a soja e da laranja.

No caso específico da cana-de-açúcar, a união histórica dos interesses do setor canavieiro com o empresarial e estatal gerou significativa intensificação de conflitos e da “questão social”. Profundas transformações incidiram sobre o meio rural, seja através da expressiva concentração de terras consolidando a expulsão de milhares de famílias trabalhadoras no campo, entre outras formas, por meio de alterações nas relações de trabalho até então aí constituídas.

Tais transformações se deram em razão da imposição de novas condições espaço-temporais que determinaram negativamente tanto a reprodução material quanto a cultural e identitária dessas famílias. Designadamente com relação à modernização agrícola, a sobrevivência material destes trabalhadores ficou comprometida por tal processo que teve como principal elemento impulsionador a defesa de um desenvolvimento econômico alicerçado pela ideia desenvolvimentista do período militar no Brasil.²

¹ Antonio José Santana Martins, cantor e compositor baiano (MARTINS, A. J. S., 1998).

² Szmrecsányi e Moreira (1988, p. 45) afirmam que: “Dentro desse clima, as lideranças empresariais da agroindústria canavieira elaboraram em 1962 um documento endereçado à presidência do IAA, no qual projetavam uma demanda (interna e externa) de 80 a 90 milhões de sacos de açúcar para 1970, e solicitavam ao Governo a autorização e os meios financeiros necessários para expandirem em mais de 50% a capacidade produtiva então instalada.”

Esta problemática ganha força, segundo Delgado (2001, p. 164) em meados da década de 1950, com o entendimento de que seria a partir da modernização no campo que a agricultura teria condições de desempenhar importante papel no crescimento da economia brasileira, considerando o modelo de produção agrícola arcaico e atrasado.

Visto como empecilho ao desenvolvimento brasileiro por não atender as demandas tecnológicas, tal impasse foi solucionado com a junção de interesses do capital industrial com o grande latifúndio numa aliança que determinou a forma como hoje está organizado o mundo do trabalho agrário.

Entretanto, no âmbito internacional, contribuíram para essa aliança vários episódios que, durante a Guerra Fria (1940-1989) alteraram a correlação de forças entre os países, caracterizada pela dominação político-econômica do chamado “Primeiro-Mundo” sobre o “Terceiro Mundo”. Em reação à mesma é que se constitui uma atmosfera ameaçadora à permanência deste *status quo*. A influência dos Estados Unidos nos governos latino-americanos (como também no caso da África) deve ser especialmente analisada, ao se considerar a opção pela modernização agrícola brasileira. Stédile e Fernandes (1999, p. 23-24) observa que,

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exploração dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; a violência extrema contra os trabalhadores, a produção, abastecimento e segurança alimentar, os modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecno-científicos, a qualidade de vida e a dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Com o Estado permanentemente subordinado ao capital estrangeiro, numa conjuntura econômica caracterizada pela incontrolável inflação e crescimento econômico estagnado, direcionou-se a política econômica aos interesses agrícolas não apenas brasileiros, mas também aos externos.

Destacam-se como marcos: a) internamente, em 1973, a revisão do Estatuto do Trabalhador Rural (criado em 1963); b) a criação do Decreto nº 76.593 de 14/11/1975 que instaura o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em decorrência da crise internacional de oferta de petróleo e da elevação dos preços do produto que geraram um quadro inflacionário mundial; c) a reestruturação de todo o processo

produtivo, seja industrial, seja agrícola, pautado por um ideário político-econômico “novo”, o neoliberal, com início em meados da segunda metade da década de 1980 e de modo globalizado; d) internamente, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é ressaltada, e; e) a Constituição Federal de 1988. (MORISSAWA, 2001).

Nesta análise, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) é igualmente importante à compreensão da questão agrária brasileira. Com a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), o estatuto (Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963) foi resultado da luta da classe trabalhadora rural para a incorporação dos direitos da categoria nesta legislação. Isto porque, antes da criação do ETR, os direitos ao salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, enfim, todos os direitos regulamentados pela CLT não estavam assegurados aos trabalhadores rurais.

Entretanto, uma análise crítica da história evidencia esta “justiça” para com o trabalhador rural como um verdadeiro engodo. O próprio princípio em que está embasada tal regulamentação constitui a primeira limitação legal do estatuto de 1963, sobretudo, ao considerar como “empregado” qualquer trabalhador rural e, desconsiderando as peculiaridades do trabalho agrícola, simplesmente transpôs a legislação urbana para a rural, tornando-se, assim, “letra morta”. A segunda distorção está na facilidade em burlar a legislação, com o não registro de trabalhadores pelos proprietários em razão destes caracterizarem o trabalho rural como atividade “temporária” e, deste modo, somente os sujeitos “contratualmente empregados” teriam seus direitos cobertos.³

O terceiro aspecto é o desaparecimento do sistema de colonato, não sendo mais permitido aos trabalhadores cultivar pequenos “roçados” para a subsistência e, diante disso, a conseqüente expulsão de milhares de famílias do campo. A pauperização e a migração para as cidades intensificaram conflitos, tanto rurais como urbanos manifestos na ampliação da “questão social” (SILVA, 1999, p. 67). Este estatuto foi reformulado com a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabelecia, dentre outras, as seguintes normas reguladoras do trabalho rural:

³ Silva (1999, p. 64) analisa que: “Este Estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho.”

Art. 2º – Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante salário. (BRASIL, 1973, online).

Esta definição restritiva vem a ser mudada, no rumo da análise que é apontada acima, na Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008:

Acrescenta artigo à Lei 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo [...]. § 4º – A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo só poderá ser realizada por produtor rural pessoa física, proprietário ou não que explore diretamente atividade agro-econômica. (BRASIL, 2008, online).

Ressalta-se que este último dispositivo teve a intenção de coibir a atuação do chamado “gato”, o intermediário cuja função é liberar o empregador das responsabilidades legais decorrentes da contratação da mão-de-obra. Tal ação obedece à abordagem ideológica que, dentro do sistema capitalista, tem fundamentado todas as iniciativas patronais de fugir à regulamentação.

Contudo, ao se observar criticamente esta questão legal, merece destaque a definição de Sandroni (2005, p. 750) sobre a temática. O autor declara que o salário “[...] é a remuneração em dinheiro recebida pelo trabalhador pela venda de sua força de trabalho”, precedendo, inclusive de modo diferente em cada ordenamento jurídico. Assim, a regulamentação do trabalho rural, com todas as suas reformulações deveria partir do princípio da exploração da força de trabalho, seja ela permanente ou eventual, com a garantia dos direitos trabalhistas.

A implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 14/11/1975 reforçou a união entre governo e latifúndio. Nacional e internacionalmente, se justificou a criação do programa devido à geração de uma crise mundial determinada pela diminuição da produção do petróleo, entre os anos de 1974/75. Isto porque a dependência do petróleo para o desenvolvimento das nações é decisivo e, entre os vários elementos geradores de crises econômicas no sistema capitalista (consideradas cíclicas), o acesso a este produto é crucial.

Nas análises de Mesentsev e Velkin (1970, p. 109): “A história do desenvolvimento da indústria petrolífera, é uma história de luta encarniçada, de concorrência, de maquinações repugnantes e de provocações militares [...]”⁴

Se, por um lado, a crise do petróleo refletiu negativamente na economia mundial, na brasileira esta pode ser vista como uma oportunidade singular de a demanda externa por combustível ser atendida. Esta possibilitou ainda, internamente, o incremento agroindustrial que, por sua vez, estava centrado na exportação de açúcar e havia então a expectativa de ampliação de lucros com a produção do álcool, seja através da modernização da produção canavieira já existente, seja pela ampliação de áreas a serem cultivadas (TAVARES, 1996, p. 135-136).

Assim, com esse processo de desestabilização econômica mundial, particularmente quanto à oscilação em relação ao preço do petróleo, os lucros desta produção alteraram a intervenção governamental permanecendo, até os dias atuais, através de linhas de créditos e renegociação de dívidas que supram um possível prejuízo deste setor. Este período favoreceu tal dinâmica por meio da implantação do denominado Proálcool (1975-1976) que incentivou o plantio de cana-de-açúcar e a construção de destilarias, estímulo este observado até os dias atuais com o incremento da produção de biocombustíveis, sobretudo, na região Sudeste e Centro-Oeste do país (LEITE, 1995, p. 140).

Na década seguinte, na de 1980, a problemática da intervenção estatal na produção de cana-de-açúcar permaneceu graças aos recursos públicos expressivos que foram destinados a este programa. A questão da monocultura apresenta extrema atualidade no mundo agrário com muitos outros programas governamentais que, por sua vez, agravam ainda mais a concentração de terras no país, realidade esta que se mostra conflituosa e decorrente da opção de desenvolvimento agrário no país.

No plano macroeconômico relativamente recente, este sistema interventivo se pautou pela teoria liberal econômica (de não intervenção do Estado nas esferas econômicas e sociais) devendo, o mercado, se autorregular. No entanto, houve (e

⁴ Ainda Mesentsev e Velkin (1970, p. 109) afirmam que: “Durante a Primeira Guerra Mundial, o economista francês A. Beranger disse em uma carta ao primeiro ministro Clemenceau: Apoderar-se do petróleo significa apoderar-se do poder. O Estado que conquista o poder sobre o petróleo terá assegurado o poder sobre os mares com ajuda da gasolina, o poder sobre o continente com a ajuda da gasolina e, por último, o poder sobre o mundo inteiro graças ao poderio financeiro que proporciona a posse destes produtos, mais valiosos, mais sugestivos e mais poderosos que o próprio ouro.”

ainda existe) a necessidade de os países controlarem não apenas a produção, mas também a distribuição e consumo de mercadorias no intuito de “aquecer” a economia. Segundo os economistas Márcio Pochmann (2010), Conceição Tavares (1996) e, Paul Singer e Vinícius C. Brant (1983), com esta política tem-se, inclusive, um significativo potencial de estabilizar e, de certa forma, ampliar o comércio internacional.⁵

Isto ocorre porque, ao propiciar nacionalmente investimentos que se adequem a uma demanda tecnológica mundial, tem-se também tanto incremento da mecanização-industrialização, quanto uma considerável transformação na esfera dos recursos humanos requerido para tal desenvolvimento. Há que se considerar ainda que ocorreu uma mudança na orientação do Estado brasileiro em relação ao “agronegócio”, que deixou de destinar investimentos de forma direta passando para formas indiretas.⁶

Mesmo que o início do século XXI seja marcado pelo contexto neoliberal, quer dizer, determinado por significativa retração do Estado em intervenções socioeconômicas consolidando o término do chamado Estado Bem-Estar Social, sobretudo em investimentos à proteção e seguridade social e às políticas públicas, tais recuos não se mostraram tão significativos no que se refere às intervenções no mercado financeiro internacional e aos movimentos que “blindam” a economia dos países desenvolvidos contra as sucessivas crises econômicas mundiais e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito do mercado de trabalho:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para o risco de que o fim prematuro dos incentivos fiscais - como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - no Brasil gere uma nova onda de demissões no setor industrial, como ocorreu no início de 2009. Outro sério problema para a recuperação é a persistência da falta de qualificação dos trabalhadores brasileiros diante da baixa escolaridade média. A OIT estima que até junho a crise econômica tenha eliminado 20 milhões de empregos no mundo. Nos países emergentes a volta aos níveis de emprego anteriores ao da crise

⁵ A demonstração desta opção política é exemplificada da seguinte forma: “Apenas 10 empresas transnacionais que atuam no Brasil têm o controle monopólico das principais atividades agrícolas do país. São elas: Bunge, Cargill, Monsanto, Nestlé, Danone, Basf, ADM, Bayer, Sygenta e Norvartis.” (MST, 2006, online).

⁶ Estas últimas, em particular, têm aumentado sua importância nos últimos dez anos, sobretudo com a discussão em torno dos eixos modais de escoamento dos produtos agropecuários (direcionados à exportação), e, recentemente, com os investimentos em pavimentação de estradas, na construção de ramais ferroviários e no aumento da navegação fluvial executados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (HERÉDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 166).

ocorreria em 2011. Os países ricos teriam de esperar até 2013 ou 2014. (FIM..., 2009, online).

Ainda num mundo que não mais se submete à hegemonia de apenas dois polos de poder (representados até a década de 80 pelos EUA e pela URSS), os países com menor poderio de negociação passaram a exigir meios de representatividade e maior influência nas grandes decisões da política internacional: são os casos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), organizações que surgiram ao final da Segunda Guerra Mundial (em 1944, na Conferência de Bretton Woods) (BIONDI, 2003).

Estas organizações estabeleceram regras de funcionamento para a economia internacional e orientaram um período de cerca de trinta anos de crescimento ininterrupto da economia dos países desenvolvidos, além de ser padronizado o dólar como moeda internacional. Com o fortalecimento econômico dos países europeus (principalmente da Alemanha e do Japão) frente à economia norte-americana, a balança comercial dos EUA sofre crescentes déficits provocando oscilações significativas na cotação do dólar em relação, por exemplo, ao iene.

Desta forma, o sistema de acordos econômicos implantados com o GATT foi gradativamente substituído e transformado depois em Organização Mundial do Comércio (OMC). Com a necessária adaptação aos “novos tempos”, dois são os principais fóruns de articulação econômica europeia, o G7 (criado em 1975, com a participação dos sete países mais desenvolvidos economicamente: Estados Unidos, Japão, Itália, Reino Unido, França, Alemanha, Canadá) que, atualmente, com a inclusão da Rússia se transformou em G8.

Também o G20 (criado em 2003), incluiu atenções na temática do desenvolvimento agrícola que, apesar do nome, é composto por vinte e um países. Na América Latina são os seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, México, Peru, Guatemala, Equador, Uruguai e Venezuela. Na África temos África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue. Na Ásia são os seguintes: China, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia (JAKOBSEN, 2005).

Assim, as crises econômicas, consideradas “cíclicas” no sistema capitalista com alto grau de desenvolvimento tecnológico determinam alterações socioeconômicas extremamente negativas, especialmente, no mundo do trabalho.

Um dos exemplos é com relação à necessidade de constantes alterações na esfera produtiva, que por sua vez gera a questão do desemprego estrutural, bem como a imperativa exploração de mão-de-obra barata, pelo capital estrangeiro encontrada, sobretudo, nos países ainda em processo de desenvolvimento.

Também, como já ressaltado, há uma necessidade cada vez maior de os países desenvolvidos terem acesso a fontes de energia que sustentem o avanço tecnológico, como o petróleo, por exemplo, resultando em vultosos gastos direcionados a sucessivas guerras para obter controle da produção e, conseqüentemente do mercado mundial.

É possível ainda constatar a obrigatória atração de investimentos externos, quer dizer, de empresas multinacionais (imposição estabelecida pelo FMI, por exemplo) aos países em desenvolvimento. Assim, antes de qualquer coisa, a análise da intervenção social em geral deve estar enquadrada, historicamente, no contexto atual, caracterizado basicamente pelo enfraquecimento das estruturas sociopolíticas dos países subalternizados e pela correspondente intensificação da exploração da força de trabalho (executada pelos capitalistas em geral, sob a hegemonia do capital dos países centrais do sistema).

No caso brasileiro, a crise socioeconômica resultante da modernização capitalista, da ampliação da miséria, a emergência dos movimentos de luta social, em especial, com o destaque para a luta pela Reforma Agrária, insere-se neste processo social contraditório, fortalecido pelo neoliberalismo e pela globalização.⁷

Mesmo os setores cuja inserção produtiva se dá sob a cobertura institucional de organizações sindicais não se encontram preservados das ameaças decorrentes da deterioração das condições de vida. Associadas, inevitavelmente, ao avanço das formas atuais da acumulação do capital, dado o caráter concorrencial do mercado, as sequelas deste modelo econômico se mostram mais significativas, sobretudo, no mercado de trabalho e de maneira específica, no meio rural.

⁷ Stédile e Gorgen (1993, p. 36): “Se entende por reforma agrária um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país, e garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar. Além disso, medidas complementares de política agrícola, como crédito, preços, assistência técnica, seguro rural etc., necessária para garantir a viabilidade e a rentabilidade da pequena produção.”

2.2 A organização dos trabalhadores e a emergência dos movimentos de luta pela Reforma Agrária

Compreende-se que as transformações determinadas pela conjuntura acima foram enormes, com a questão do desemprego estrutural ocasionando, nessas duas últimas décadas, um movimento de retorno de famílias urbanas ao campo em busca por melhores condições de vida.

Entretanto, a intensificação desta reestruturação produtiva fez surgir o novo proletariado, a mão-de-obra terceirizada, o trabalho desregulamentado, o surgimento dos trabalhadores temporários, dos vendedores ambulantes, dos sem terra, dos sem-teto, etc. Isto constitui um padrão das formações capitalistas não apenas em desenvolvimento, mas na atualidade, também em países considerados desenvolvidos economicamente.

Márcio Pochmann e Ricardo Antunes (2008, p. 4) ao ilustrarem essa conjuntura, afirmam que:

Foi, então, durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. [...] Deu-se, também, o início, ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados 'participativos', mecanismos que procuram o 'envolvimento' (em verdade adesão e sujeição) dos trabalhadores e das trabalhadoras nos planos das empresas.

No Brasil, o aspecto fundamental de análise aqui ressaltado é a necessidade de realização da reforma agrária que, perdeu-se pela primeira vez a chance de realiza-la em 1964, antes do golpe militar.⁸ De acordo com outros pesquisadores como, por exemplo, Sant'Ana, (2011, p. 28) a segunda chance foi perdida, recentemente, no governo Lula. No primeiro caso, em razão das reformas de base propostas por João Goulart não se efetivaram e, na conjuntura atual, pelas discrepâncias econômicas a serem superadas, sobretudo porque ainda se impõe a

⁸ Segundo Fernandes (1981, p. 25): "O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil."

realidade de famílias vivendo “abaixo da linha da pobreza”, a precariedade nas condições de vida da classe trabalhadora, principalmente a rural.

Com o término do governo de FHC, no ano de 2002, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência da República e a expectativa pela realização da reforma agrária se fez presente, especialmente para os movimentos sociais, que consideravam este um partido aliado na luta pela terra. Apesar da diminuição da violência policial contra os trabalhadores, em contrapartida, os latifundiários respondem à suavização da repressão policial, com milícias armadas atacando as famílias sem terra.

Segundo informações divulgadas no Jornal Pastoral da Terra (PASSOS; CANUDO, 2012, p. 5), a prática da “pistolagem” sofreu expressivo aumento, sobretudo na região Sudeste do país com o estado de Minas Gerais, sendo o que se constatou maior número de mortes. Em 2012, o número total de famílias vitimadas pela prática da pistolagem foi de 1.198 no Brasil, e destas, 707 ocorreram apenas neste estado.

Em resposta a essa realidade, a forma de organização dos trabalhadores apresenta feições específicas e, em termos de processo histórico, a questão da luta pela terra no Brasil compreende etapas distintas. Uma primeira etapa se vincula às ocupações de terras a partir da qual se constituem os acampamentos (notadamente caracterizados pela organização em torno do MST) e a segunda, com a efetivação de comunidades assentadas. Quando a primeira é bem sucedida e os mesmos tornam-se assentamentos, a etapa que se segue volta-se à estruturação da produção, moradia, etc.

Há uma ligação estreita entre as duas fases: o nível e o tipo de organização dos assentamentos implicam, em forte medida, na maneira como a organização interna funciona na fase de acampamento (STÉDILE, 2004). Entende-se, por um lado, que são muitas as dificuldades encaradas na fase de acampamento, seja em decorrência de enfrentamentos com a repressão policial e/ou de fazendeiros, seja da privação material ou do preconceito social que envolve a necessidade de se criar uma relação de solidariedade entre as famílias acampadas. Isto constitui fator essencial para a constituição de níveis mais avançados nos planos político e ideológico.⁹

⁹ Ainda sobre a questão da ideologia e do preconceito social, o papel dos meios de comunicação tem função central no fortalecimento desta concepção, como afirma Sant’Ana (2011, p. 108): “A investida dos meios de comunicação de massa no sentido de criminalizar os movimentos sociais, e em especial o MST, faz parte da luta política para efetivação do controle ideológico necessário ao processo de dominação da classe burguesa e de seu aliado, o Estado.”

Deste modo, (e talvez aqui esteja o ponto central do esforço político-pedagógico) aplica-se a fábula de Brecht sobre o caráter da competição das sociedades de exploração de classe. Isto porque no processo social em geral, a questão da capacidade crítica dos sujeitos “subalternizados” é de fundamental importância para a reivindicação de superações dos níveis de desenvolvimento econômico, político e cultural. Brecht (apud LOPES, 2011, online) narra a história do cidadão de um dos países ocupado por nazistas:

Em seguida levaram alguns operários/ Mas não me importei com isso/
Eu também não era operário/ Depois prenderam os miseráveis/ Mas
não me importei com isso/ Porque eu não sou miserável/ Depois
agarraram uns desempregados/ Mas como tenho meu emprego/
Também não me importei/ Agora estão me levando/ Mas já é tarde/
Como eu não me importei com ninguém/ Ninguém se importa comigo.

Afirma-se aqui que a organização dos trabalhadores se vincula diretamente à capacidade crítica que decorrem de diferentes potenciais de elaboração ideológica e consciência política. Num certo sentido, as dificuldades enfrentadas na fase de acampamento resultam numa “filtragem” de acampados, que uma vez transformados em assentados constituirão uma base social mais qualificada, em termos políticos e ideológicos, na estruturação de comunidades assentadas e quadros de formação do movimento (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

A ideia de “movimento social” se constitui a partir da contribuição de muitos pesquisadores sociais que buscam uma compreensão da realidade, das relações sociais e dos conflitos nela existentes.

A necessidade de diferenciar movimentos sociais e “interesses de grupos” é proposta pela pesquisadora Maria da Glória Gohn (1999) pelo fato de que as demandas e os interesses em comum são essenciais na caracterização dos mesmos. A autora entende que para caracterização de um movimento social, este deve ter em comum entre seus indivíduos a identidade, que é construída pela percepção subjetiva dos interesses e a transformação das carências em demandas como fator unificador (GOHN, 1999, p. 94).

Nota-se também que os “grupos de interesses” não são aí comparados com os movimentos sociais quando não criam identidade em comum e não formam um coletivo social. Os movimentos sociais encontram formas diferenciadas de atuação como, por exemplo, na diferença deles e dos movimentos operários (proletariado) e

dos proprietários (burguesia), que são denominados movimentos de classes. Existem também movimentos que não dispõem de um caráter classista, como é o caso do Movimento Ecológico, atuando contra modelos decorrentes do processo predatório capitalista e do estilo de vida consumista, sendo uma questão de sobrevivência da espécie e não de classes (GOHN, 1999, p. 97).

Dentre tantos exemplos, citam-se também as questões femininas, dos negros, das orientações sexuais, que não necessariamente perpassam pelo questionamento classista, mas sim de etnia, raça e gênero, etc. Os modelos de lutas vão transformando-se e tornando-se mais propositivos do que reivindicatórios, mas “movimento social” é definido por meio de um ato coletivo de caráter contestador, na área das relações sociais, respondendo às necessidades não satisfeitas ou às garantias de manutenção de uma ordem constituída socialmente.

A luta pela terra inclui, de forma muito relevante, a questão da organização coletiva. Verifica-se que isto decorre do próprio caráter estrutural das relações conflitantes desenvolvidas no mundo do trabalho e, se observa também que este é resultado de uma opção ideológica dos vários movimentos, posicionados tanto à “direita” quanto à “esquerda” no âmbito político.

Torna-se ainda conveniente atentar-se um pouco mais nesta discussão, considerando o processo social que determina o aspecto de dependência dos indivíduos e subgrupos com relação à totalidade social, sendo mais ou menos aguda segundo sua posição de classe (CALDART, 2004, p. 57).

Na medida em que a tecnologia e a especialização do trabalho se intensificam, cada vez mais a sobrevivência depende de uma relação material de troca entre os sujeitos. No entanto, a cada etapa do desenvolvimento da base produtiva, os indivíduos e subgrupos, mais e mais, “[...] não consomem o que produzem e não produzem o que consomem.”¹⁰

Este caráter material das sociedades capitalistas é mascarado tanto pelos meios de comunicação quanto por aparelhos ideológicos em geral. Eles o travestem de interpretações idealistas da vida social, tendentes a enfatizar a “harmonia” dos interesses envolvidos.

¹⁰ Ianni (2000, p. 152) afirma que: “O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e reprodução cultural com produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de ‘mentes’ e ‘corações’ em escala global.”

Quanto ao desenvolvimento da tecnologia e da ciência, Mészáros (2004, p. 254, grifo do autor) entende que,

Naturalmente, ninguém deseja negar que a “lógica” do desenvolvimento científico tem um aspecto *relativamente autônomo* como um *momento* importante do complexo geral das intermediações dialéticas. Entretanto, esse reconhecimento não pode chegar a ponto de tornar absoluta a lógica imanente do desenvolvimento científico, com a eliminação, de modo ideologicamente tendencioso, das importantes e muitas vezes problemáticas determinações sócio históricas. Defender a absoluta imanência do progresso científico e de seu impacto sobre os desenvolvimentos sociais só pode servir aos propósitos da apologia social.

Assim, quando se fala em “sujeito coletivo” está-se considerando a questão do “trabalho social”, ou seja, daquele que se desdobra em especializações, cuja interação produz a totalidade deste trabalho, partindo-se da hipótese de que há uma articulação dialética entre o caráter coletivo e os interesses individuais e de grupo presentes em qualquer situação social. A própria natureza do trabalho humano impõe níveis específicos de coletivização (caráter social da ação humana) e a adesão a um empreendimento coletivo (assim como a sua recusa), dependendo de uma reciprocidade e percepção do sujeito entre a execução de uma ação coletiva e os limites de seus interesses. Esta percepção varia ao longo do processo determinando níveis diferenciados de adesão, conforme esta variação. Deste modo, tal nível de adesão é talvez uma das matérias mais conflituosas na análise social, do ponto de vista de sua formação (MÉSZÁROS, 2002, p. 101-102).

Tem-se uma grande polarização entre o ponto de vista utilitário, que predomina nas visões conservadoras e uma perspectiva “idealista”¹¹, a qual parte da concepção de que indivíduos e grupos podem ser motivados a agir com uma relativa independência quanto aos seus interesses materiais imediatos. No entanto, se deve considerar, em relação ao trabalho agrícola na conjuntura brasileira que, enquanto não ocorre um avanço não apenas tecnológico, mas, sobretudo, social, a questão do individualismo continuará a se intensificar.

Se por um lado, as percepções e interações se dão num universo cultural de caráter tradicional por outro, toda a pressão do ambiente social, considerada a hegemonia ideológica vigente, aponta para a limitação de um padrão coletivo de

¹¹ Evidentemente utiliza-se o termo no sentido de ideal político, e não sugerindo uma visão ontológica.

organização. Neste sentido, o individualismo se constitui como uma “persona”¹², isto é, com uma amplitude supra individual e/ou familiar, não ocorrendo tal adesão à coletividade de forma “espontânea”.

A categoria de análise “espontaneidade” é evidentemente problemática. Entende-se que a sua utilização, pelo menos provisoriamente, pode se dar ao conceber a ação humana como ocorrendo numa polarização entre padrões de nível organizativo mais formalizado (como níveis mais altos de institucionalização) ou de caráter menos formal. Em qualquer etapa, o trabalho humano estará situado num ponto intermédio da linha entre estes dois polos, mais próximo de um ou do outro.

Para Lukács (1979, p. 87):

[...] o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado.

A preferência por uma relação mais coletiva ou de caráter individualista decorrem assim, das percepções e valores cuja transmissão se dá por imersão, isto é, o processo pedagógico que os implanta confunde-se com o próprio processo de vida dos sujeitos, não havendo uma “opção”, propriamente dita, do sujeito em participar ou recusar as formas de organização vigentes (LUKÁCS, 1979).

Entretanto, existe um diferencial de mudança que é particular a cada grupo e indivíduo no avanço ou recuo do aspecto coletivo da organização social a ser aderida. Isto se dá na medida em que o nível de industrialização e urbanização coloca limites às condições de operação de um aparato cultural tradicional, de solidariedade. Ainda com relação aos aspectos de coletivização compatíveis com a ordem capitalista este é muito mais forte quanto se trata daqueles com potencial contra hegemônico, principalmente ligados à emergência de uma consciência de classe. Como o trabalhador faz as coisas de um determinado modo “porque é assim que as coisas são feitas”, torna-se muito difícil ser alcançada a superação em maneiras mais

¹² Segundo definição encontrada em Piéron (1969, p. 328): “Persona: máscara que simula a individualidade e dá tanto aos outros como a si próprio à ilusão da individualidade, embora só se trate de uma máscara de “psique coletiva” que representa um papel.”

“refletidas” de comportamentos, pelo menos enquanto o contexto sociocultural adequar-se ao funcionamento de esquemas competitivos e individualistas.

A transformação desta fórmula cultural depende de um trabalho pedagógico que se reveste de grandes dificuldades, implicando numa intervenção cujo modelo se encontra no plano da criação artística e/ou crítica política. Deste modo, o problema que se apresenta no ponto de vista do cortador de cana, por exemplo, é que esta coletividade “espontânea” não ocorre no quadro da sociedade rural por distanciar-se da realidade originária dos sujeitos. Neste caso, perde-se tal relação de identidade quando, por exemplo, o trabalhador se transfere para outro ambiente e obriga-se a estar enquadrado numa nova situação social, geralmente como trabalhador pobre residente nas periferias das cidades, acuado pela competição capitalista, para a qual está pouco preparado (SANT’ANA, 2011).

Ainda neste aspecto, várias categorias de trabalhadores pobres devem ser incluídas, sejam tarefeiros urbanos, sejam rurais volantes ou outras que se pode localizar. É claro que pode ocorrer uma fase que os sujeitos, como trabalhadores rurais fixos, igualmente explorados, se movimentem diretamente para a luta pela terra. Entretanto, tem-se a percepção de que predomina no movimento social o trabalhador desempregado como tipo social mais amplamente mobilizado pelos movimentos.

Ao analisar esta realidade, parece razoável supor uma maior dificuldade quanto à evolução para formas coletivas de organização. É conhecida a concepção de que o carácter social do trabalho, “camuflado” pelos interesses de exploração da mão-de-obra acaba inviabilizando uma maior possibilidade de extensão desse carácter social (coletivo) para a organização dos trabalhadores como classe. Entretanto, Marx e Engels (1968, p. 32) apontam que “[...] o desenvolvimento do capitalismo aumenta o número de proletários, [...] concentra-os em massas mais consideráveis: sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela.”¹³

¹³ Mészáros (2002, p. 1009) afirma que: “Como se sabe, os críticos burgueses de Marx nunca deixaram de acusá-lo de ‘determinismo econômico’. Porém, nada poderia estar mais distante da verdade. Isto porque o programa marxiano é formulado exatamente como uma emancipação da ação humana do poder das implacáveis determinações econômicas. Quando Marx demonstrou que a força bruta do determinismo econômico, desencadeada pelas desumanizadoras necessidades da produção do capital, impera sobre todos os aspectos da vida humana, demonstrando ao mesmo tempo o carácter inerentemente histórico – ou seja, necessariamente transitório – do modo de reprodução predominante, ele tocou a ferida da ideologia burguesa: o vazio de sua crença metafísica na ‘lei natural’ da permanência das relações de produção vigentes. E, ao revelar as contradições inerentes a este modo de reprodução, ele demonstrou a necessária ruptura de seu determinismo econômico.”

O trabalhador excluído do processo mais socializado de engajamento produtivo não chega a desenvolver este tipo de processo ou tende a perdê-lo, se anteriormente o tinha. Sob este aspecto também deve ser considerado que a realidade de cada grupo de trabalhadores no meio rural apresenta especificidades, ou ligado à origem geográfica e social, ou ao nível de desenvolvimento político e ideológico, o que implica na necessidade de serem as estratégias de ação política-pedagógica adaptada a esta heterogeneidade.

Ainda em relação ao conceito de ideologia, Portelli (1977, p. 22-23) esclarece que Gramsci define a ideologia como: “[...] uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva.” Assim, o autor entende que:

Um dos aspectos essenciais da sociedade civil consiste em sua articulação interna, isto é, na organização através da qual a classe dirigente difunde sua ideologia. Essa organização é qualificada por Gramsci de “estrutura ideológica” da classe dirigente, entendendo-se por esse termo “a organização material destinada a manter, defender e desenvolver a frente teórica”. Gramsci reúne na estrutura ideológica não somente as organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitam influenciar “a opinião pública”. (PORTELLI, 1977, p. 27).

Neste sentido, do ponto de vista teórico, sugere-se que há a necessidade de distinção entre níveis de percepção do caráter coletivo do trabalho, e conseqüentemente, entre os níveis de sofisticação política e organizativa que se desenvolve nesta realidade visando, assim, um avanço para metas no sentido da formação crítica desses sujeitos.

Após conceber tal distinção seria necessário recuperar, numa primeira etapa e o mais breve possível, as tradições de solidariedade perdidas para a consolidação do que se pode definir como coletividade. Ou seja, mesmo que de forma “experimental” e com padrão de organização “baixo”, esta deve basear-se mais na “espontaneidade” do que em instâncias organizativas institucionalizadas como, por exemplo, no caso da ação sindical. Nesta análise, o princípio do Barão de Münchhausen se faz presente, sobretudo, com relação aos sindicatos que, tentados a optar por uma abordagem voluntarista (fruto de um desvio idealista muito comum

nos processos de militância), levam a ilusão de que seja possível saltar etapas no desenvolvimento das condições objetivas/subjetivas da existência social.¹⁴

Assim, potencializar-se o padrão de organização que deve, portanto, avançar à medida que também se avança na consciência política e crítica até a etapa “ideal” que seria quando os trabalhadores tivessem constituído associações aptas a estabelecer uma ação coletiva e que operassem no sentido de criar um poderio de resistência às formas de organização da produção capitalistas atual.

Neste sentido, afirma-se a existência de uma relação entre a formação crítica dos sujeitos e o necessário “tempo livre” para tal formação. Com a destruição da “vida espiritual” dos trabalhadores limita-se a vivência simbólica que constitui requisito de elaboração e/ou recuperação deste sentido de “pertencimento de classe” e solidariedade no âmbito grupal e/ou coletivo.

2.3 O agronegócio e a superexploração do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar

Durante toda a década de 1990 e começo dos anos 2000, as políticas governamentais voltaram-se para a intensificação da mecanização, inclusive no campo, para a ampliação da área de cultivo de cana, para o incremento do investimento de recursos da União, direcionado ao perdão de dívidas de latifundiários e ao financiamento deste setor pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esta é nomeadamente uma nova fase para a agricultura brasileira visto que o incentivo ao agronegócio foi o que fundamentou toda a política agrícola, sobretudo, com a “falácia” de que a produção voltada às exportações conseguiria equilibrar a balança comercial do país (SANT’ANA, 2011).

Com a vitória nas eleições, de Fernando Henrique Cardoso (1994), se intensificou o processo de privatizações no Brasil e conseqüentemente se alterou os incentivos à produção no setor canavieiro. Seguindo o ideário neoliberal, com o já conhecido discurso de “estabilidade” política, econômica (e ideológica via repressão

¹⁴ Löwy (1985, p. 43) esclarece este princípio: “Para resumir esta teoria, acho que não existe nada melhor que uma história famosa, do Barão de Münchhausen, famoso personagem de histórias infantis da Alemanha, personagem fanfarrão, sempre contando vantagens e relatando aventuras incríveis. [...] O Barão de Münchhausen estava em seu cavalo quando afundou em um pantanal. [...] e o Barão, desesperado, não sabia o que fazer, temendo morrer ali junto ao seu cavalo. Nesse momento, ele teve uma ideia genial, simples como o ovo de Colombo: ele pegou-se pelos seus próprios cabelos e foi puxando, puxando, até tirar a si mesmo e depois o cavalo, saindo ambos, de um salto, do pantanal.”

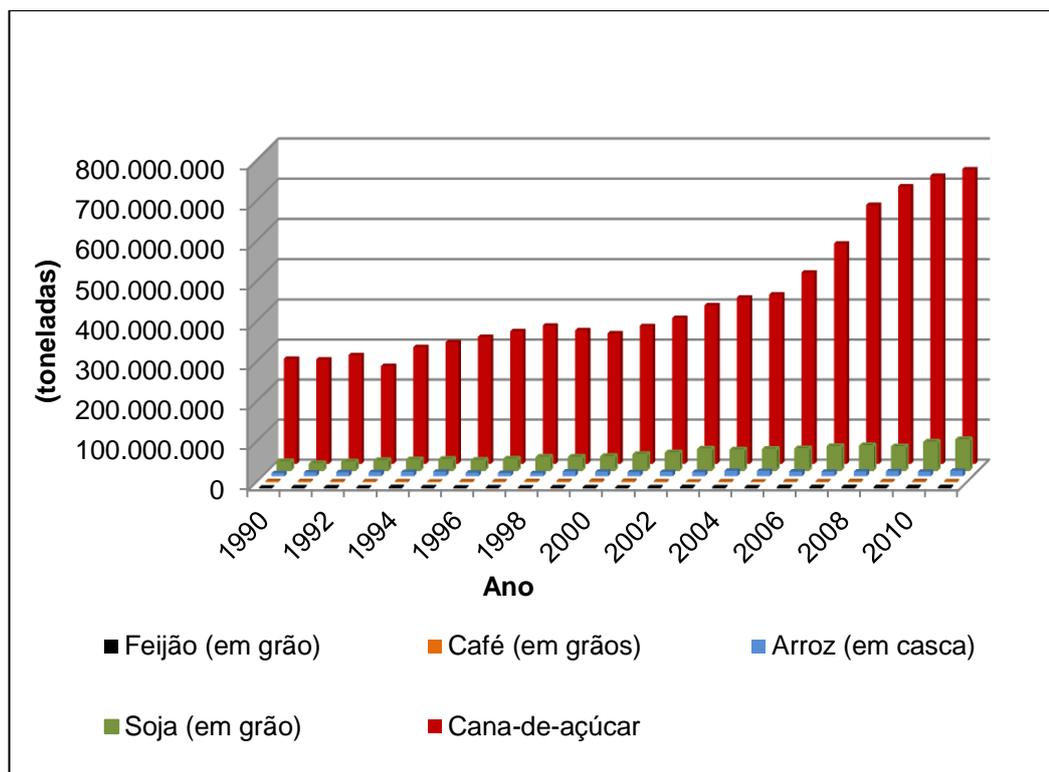
aos movimentos sociais) por um lado, para esse Estado capitalista é fundamental a reprodução social ocorrer na proposição de políticas públicas que visem mediar relações de dominação. Por outro lado, também está claro que não são menores os embates com a classe trabalhadora. Biondi (2003, p. 24) analisa que,

[...] a política de privatizações tampouco desempenhou o outro papel que se anunciava para ela, a saber, o de criar “novos motores na economia”, com a contratação maciça de encomendas nas indústrias do país, graças aos investimentos gigantescos previstos para as áreas de telecomunicações, energia e, em menor escala, ferrovias – além da área petrolífera. Ao contrário: com a conivência e até incentivos do governo, esses setores vêm realizando importações explosivas, “torrando” dólares e ampliando o “rombo” da balança comercial (exportações menos importações).

Ressalta-se o necessário consenso social por meio das políticas públicas focalizadas no ponto de vista da “garantia” dos mínimos sociais (PEREIRA, 2007). Estas apresentam fragmentações em sua proposição e restringem sua abrangência ao adotar critérios normativos que não abarcam as distintas necessidades, ao não considerar o aspecto heterogêneo da realidade social. No entanto, o embate da classe trabalhadora se dá pelo fato desta disparidade se efetivar em todas as áreas de atuação pública, isto é, abrangendo a educação, saúde, habitação, incluída aí a política agrícola.

O gráfico a seguir mostra a concentração do cultivo da cana entre as décadas de 1990 a 2011. Analisando-se o conjunto da produção agrícola no período, verifica-se uma absoluta preponderância da cana e de produtos direcionados ao mercado externo sobre os destinados ao mercado interno.

Gráfico 1 - Produção Agrícola do Brasil - 1990/2011



Fonte: IBGE (1990-2011, online).

No caso da produção agrícola em específico, o incentivo à produção da cana permaneceu e, mais do que isso, foi ampliada.¹⁵ Concorde-se que houve uma espécie de reedição do Proálcool, visto que se ampliou a cultivo da cana para a produção do chamado “biodiesel”, considerado como um combustível mais barato e menos agressivo ao meio ambiente. Mas o que se observa neste caso é que, se por um lado, a emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera apresenta significativa diminuição, por outro, o aumento de áreas para a produção da cana-de-açúcar traz duas consequências negativas: ambientais e humanas.

No primeiro caso, o ambiental, tem-se a utilização de defensivos químicos que arrasam a fertilidade do solo, a contaminação de lençóis freáticos, a prática de queimadas que, para facilitar a colheita do produto poluem o ar afetando as populações próximas às áreas de plantio, a produção em extensas áreas dificulta o

¹⁵ No ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) do setor sucroalcooleiro correspondeu a R\$ 48,43 bilhões, valor equivalente à economia do Uruguai ou 1,5% do PIB nacional. Os dados fazem parte de um estudo feito pelo Centro de Pesquisa e Projetos em Marketing e Estratégia (Markestrat), da USP. Segundo o estudo a cadeia produtiva sucroalcooleira somou R\$ 150,19 bilhões. Desse total, 23% referem-se aos insumos agrícolas e à produção de cana-de-açúcar. Os gastos na construção e modernização de usinas somaram R\$ 11 bilhões (MST, 2009, online).

chamado “corredor de animais” e impossibilita à preservação de várias espécies, etc.¹⁶

No caso do desenvolvimento humano, Silva discorre sobre a exploração do trabalho,

Cálculos agrônômicos registram que para um total de dez toneladas de cana, há a necessidade de 9.700 golpes de facão, portanto, quase 1.000 golpes por tonelada. A este cenário podem ser acrescentados: o calor excessivo, pois a jornada de trabalho inicia-se às 7:00hs e termina por volta das 17:00hs; a fuligem que é aspirada no momento do corte; a má alimentação; a violência simbólica existente no ambiente laboral, no sentido de considerar frouxo, fraco, aquele que não consegue atingir a produtividade (média) exigida, além da ameaça de perder o emprego, caso isto ocorra. (SILVA, 2000, online).

Ainda com relação às exportações, a ênfase dada pelas nações em desenvolvimento é a de maior equidade nas transações econômicas de produtos agrícolas, no intuito de que os países desenvolvidos não prejudiquem a exportação, com subsídios agrícolas que extrapolem toda a possibilidade de concorrência no mercado mundial, dos países ainda em desenvolvimento.

Exemplo desta prática política econômica desigual pode ser examinado recentemente com relação ao algodão norte-americano e, tais práticas devem especialmente ser analisadas no que se refere ao poderio brasileiro na exportação de agro combustível para nações economicamente desenvolvidas.

Assim, a exportação brasileira se organiza a partir do renovado interesse externo por formas “limpas” de energia, que na verdade nada mais são do que possibilidades concretas de diminuição da dependência em relação ao petróleo e, conseqüentemente, do Oriente Médio (FURTADO, 2007).

Segundo dados do IPEA (POLÍTICAS SOCIAIS, 2010, p. 68-70) a concentração da cultura da cana está no estado de São Paulo, com o crescimento do valor da produção, entre 1995 e 2002, na casa dos 23%, sendo a região de

¹⁶ Assis (2010, p. 9) analisa que: “O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, seguido por Índia, Tailândia e Austrália. A área plantada em 2008 atingiu mais de 8 milhões de hectares, representando um aumento de 1 milhão e 124 mil hectares quando comparado com a safra anterior (IBGE/PAM, 2010). No intervalo entre 2001 e 2008, houve um acréscimo de 63% na área plantada, sendo que, nesse último ano, a ocupação alcançou 14% de todas as terras dedicadas à lavoura temporária no país. [...] Estudos oficiais do governo brasileiro sustentam que a ocupação de novas áreas para o atendimento da demanda futura de agroenergia se dará, principalmente, sobre o bioma do Cerrado, que possui cerca de 90 milhões de hectares ‘livres’ para a produção de agrocombustíveis.”

Ribeirão Preto responsável por 52% da produção brasileira, seguida da região Centro-Oeste do estado, com 20% e da Nordeste do estado, com 16%. Com isso, em 1995, na mesorregião de Ribeirão Preto o rendimento anual da produção foi de R\$ 1.292.239.090; em 2000, R\$ 1.858.924.644.

Contudo as informações sobre a condição de trabalho, inclusive, análogo ao escravo¹⁷ são assombrosas,

Levantamento feito nas varas trabalhistas de Batatais, Franca, Sertãozinho — região próxima a Ribeirão Preto, em São Paulo, que concentra grandes usinas e é chamada de capital mundial do etanol — mostrou que as reclamações dos cortadores de cana dizem respeito a direitos básicos violados, tais como pagamento de multa de 40% sobre o FGTS, de horas-extras e de seguro-desemprego. Incluindo todos os ramos de atividade do país, houve, até início de outubro, libertação de 3.906 pessoas em condições análogas à escravidão. (MINISTÉRIO..., 2006, online).

Constatou-se também que em 2002, a produção de Ribeirão Preto somada a dos municípios de Bauru e São José do Rio Preto foram responsáveis por 55% do valor total da produção paulista, com rentabilidade total de R\$ 2.026.175.200 e segundo o IPEA (POLÍTICAS SOCIAIS, 2010, p. 69-70): “Está ocorrendo, ainda, compra de terras na região de Araçatuba por parte de proprietários de terra de Ribeirão Preto, com a finalidade de arrendá-las às novas usinas.”

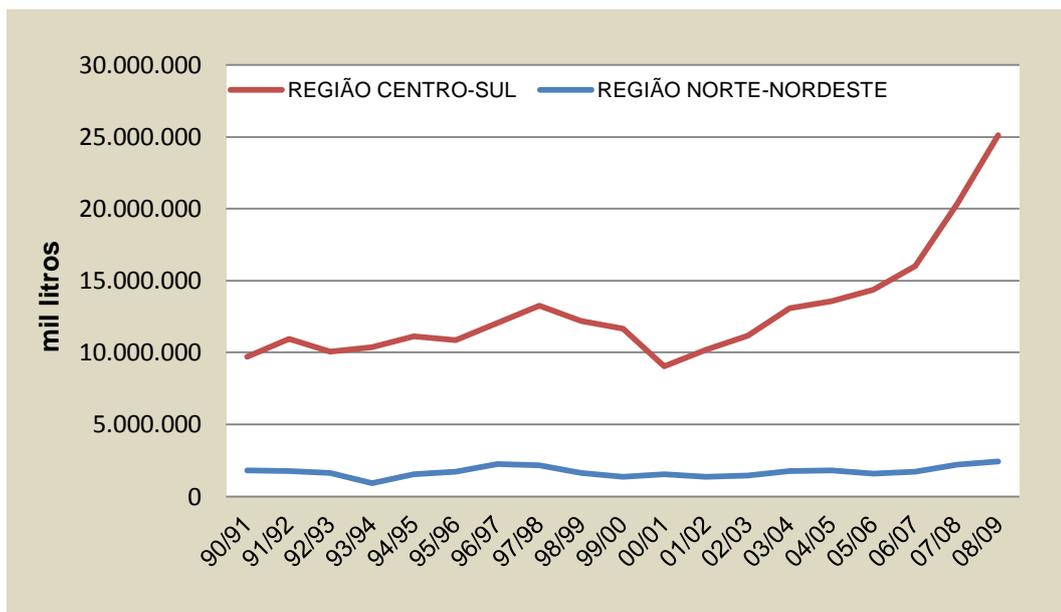
Com o agronegócio, grandes extensões de terra são destinadas ao cultivo de matérias-primas direcionadas à celulose ou biocombustíveis. Com isso há uma diminuição da produção e da oferta de alimentos e conseqüentemente, o encarecimento dos mesmos, visto que, muitos produtores passaram a arrendar suas propriedades para usinas e empresas transnacionais. As implicações decorrentes desta concentração puderam ser sentidas em várias esferas, com destaque para o

¹⁷ Segundo o procurador do trabalho Mário Antônio Gomes, responsável pelo TAC, foram constatadas irregularidades - principalmente no que se refere ao meio ambiente de trabalho e à saúde e segurança dos trabalhadores - em 18 usinas do grupo Cosan, em diferentes municípios paulistas. "Verificamos a ausência de água potável nas frentes de trabalho, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), falta de local adequado para refeições, entre outros", relata. Anualmente, usinas são fiscalizadas por amostragem, pois há centenas de frentes na cana. Para o procurador do trabalho, "[...] é preciso pressão internacional por conta da exportação do etanol para que a empresa de fato cumpra a legislação e respeite o trabalhador." "A visão dos empresários ainda é a de impunidade. Mas há melhorias no setor, principalmente em relação à terceirização, por consequência da mecanização", analisa Mário. A Cosan teve mais recentemente de assinar um outro acordo com o MPT por descumprimento das normas trabalhistas, desta vez no valor de R\$ 2,5 milhões. (PYL, 2010, online).

processo de deterioração das relações de trabalho, de maneira geral e, em especial na atividade manual do corte da cana-de-açúcar.¹⁸

O gráfico abaixo mostra o crescimento da produção de etanol, sobretudo após 2001, com concentração na Região Centro-Sul do país graças ao incremento do chamado “agronegócio”.

Gráfico 2 – Produção Brasileira de Etanol



Fonte: ÚNICA. MAPA (1990-2009, online).

Observa-se no contexto mais específico, que os trabalhadores passaram a estar sob a vigilância de seus iguais, inclusive. O mais grave é que no sistema de fiscalização entre os próprios trabalhadores, o individualismo amplia a competitividade e compromete fundamentalmente a organização dos mesmos enquanto classe (ANTUNES, 2001, p. 11-19) No intuito de desmobilizar a classe, a estratégia é a de “renomear” trabalhadores por “colaboradores”, “cooperados”, entre outros “títulos” a fim de manipular a esfera subjetiva e organizativa destes.

Ao buscar novas saídas para a concentração produtiva, também se utiliza a “premiação” a trabalhadores que aumentam sua produção e, em última instância, fortalecem a exploração da força de trabalho e a possibilidade de uma

¹⁸ Ainda que a Norma Reguladora (NR 31) focalize a garantia de vários direitos trabalhistas. Se esta fosse respeitada não seriam evidenciadas condições de trabalho análogas à escravidão. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 1978, online).

emancipação dos trabalhadores de maneira ampla não é vislumbrada, mesmo em longo prazo.¹⁹

A situação acima pode ser constatada por dados apresentados pelo DIEESE (2008, p. 257-258) referentes ao número de trabalhadores registrados e ao número de empresas fiscalizadas na área rural. Em 2007 foi de 5.963 o total de trabalhadores libertados de condições de trabalho análogas à escravidão. Em 2006, 66,7% dos empregados em atividades agrícolas não tinham carteira assinada e no mesmo ano, 13.025 empresas foram fiscalizadas e destas, 5.840 foram autuadas. (DIEESE, 2008, p. 112-115). Segundo dados do IPEA (POLÍTICAS SOCIAIS, 2010, p. 211), em 2008 foram libertados 5.266 trabalhadores e ocorreram 208 denúncias de trabalho escravo, com 48% destas empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro.

A sobrecarga de trabalho “aceita” diante da ameaça do desemprego acarreta a deterioração das condições de vida dos sujeitos, quadro este estabelecido em decorrência do significativo incremento da produção e da intensidade do trabalho nas agroindústrias que compõem o complexo denominado agro energético.²⁰ Diante desta realidade, se pode concluir que, além da questão do extremo esforço físico, a perspectiva de representação e autorreconhecimento, sobretudo no que diz respeito ao trabalhador migrante, demonstra um significativo comprometimento visto que este é obrigado a se submeter a uma realidade completamente diversa aquela que estava habituado, sob condições em que o grau de exploração torna muito difícil a sua autoafirmação como sujeito de sua própria condição sociocultural.

¹⁹ Thomaz Junior (2002, p. 111-112) denuncia que: “Destaca-se, porém, na estratégia utilizada pelo capital para viabilizar a intensificação do ritmo do trabalho no corte mecanizado, o anúncio, no início da safra, de diversos “prêmios” (carros, bicicletas, geladeiras, rádios e outros eletrodomésticos), que cumprem o papel de ‘estimular’ a saga da superexploração do trabalho. Expostos em lugares de passagem obrigatórios nas sedes das empresas, os tais ‘prêmios’ são objeto de cobiça pela maioria esmagadora dos trabalhadores, até por uma questão de sobrevivência e garantia de poder contar com o emprego na safra seguinte, ao serem forçados a atingirem determinadas performances no corte, por dia, mês e na safra. [...]. Esse processo denominamos de bingo da morte, tendo em vista que o trabalhador poderá ser a próxima vítima desse “sorteio” desleal, pois não mede esforços para alcançar a premiação.”

²⁰ A submissão da vontade do trabalhador ao ato do trabalho faz-se por meio da submissão a regras, controle e normas produzidos no processo produtivo. Essas formas de controle definem as relações de produção como relações de produção do controle. Controle da produção, da produtividade, do trabalhador (SILVA, 1999, p. 110).

CAPÍTULO 3

O LAZER E A CULTURA NO MUNDO DO TRABALHO

*Quero cantar pro meu povo/Sanfona não vai calar
 Quero alegria chegando/Tristeza não vai ficar
 Quero ver tudo verdinho/Toda esperança brotar
 Cheiro da terra molhada/Um risco em cada olhar
 Encher de vida essa gente/Esperar sem reclamar
 Plantar de novo a semente/Que brote o fruto, nos dá,
 Depois pegar a morena/Na rede me balançar
 Vamos ter/Na pisada do xote, baião,
 No galope, o mote, o repente,
 Cantador de viola na mão.
 (Luiz Gonzaga).¹*

3.1 Conceituações acerca do lazer cultural

Os aspectos econômicos, políticos e culturais são de fundamental importância para analisar criticamente o Estado capitalista e sua relação com a política pública. Por se ter em consideração a amplitude teórica a ser considerada, será realizada neste capítulo uma breve análise acerca das disposições do Estado brasileiro para com os arranjos necessários ao controle de conflitos relativos à “questão social”. Especialmente no âmbito ideológico esta contextualização obrigatoriamente deve perpassar pelo surgimento das políticas públicas no Brasil, sobretudo aquela direcionada ao campo cultural.

A forma pela qual o capital se apropria da sociabilidade promove, de maneira geral, a intensificação da desigualdade, indispensável à organização da produção, beneficiando-se da vulnerabilidade econômica da classe trabalhadora. Organizando o âmbito material segundo esta lógica, este sistema implica também em formas que lhe correspondam no domínio cultural e de lazer, setores dos quais não pode ficar ausente a intervenção estatal.

Estabelecido um novo patamar para a dinâmica capitalista mundial, o que se ressalta neste trabalho é o processo de reestruturação produtiva que ganhou corpo e provocou uma reorganização nos espaços de produção, não apenas no setor industrial, mas também no agrícola e no setor de prestação de serviços. Na sua concepção mais ampla, a globalização constituiu, através de uma conjugação de múltiplos fatores estruturais, uma rápida mudança no que pode ser chamado de “patamar tecnológico” aplicado aos métodos de produção industrial, agrícola e aos

¹ (FEIRA, 1983).

meios de comunicação alterando, sobretudo, a maneira como se relaciona a classe trabalhadora com a patronal.

No Estado Brasileiro, as políticas sociais ao serem restritivas acabam por afetar tanto seu alcance como a garantia à participação popular. Seja em sua proposição, seja na gestão e fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelo Estado, se por um lado, não se pode negar que as políticas públicas significaram conquistas sociais, por outro, ao se considerar a forma como são propostas há que se ter um posicionamento crítico, sobretudo em relação à utilização dos recursos para sua efetivação.

Impõem-se tal crítica também pelo fato de que a ampliação da questão dos direitos sociais, situados no âmbito superestrutural, de necessidades distintas a serem satisfeitas, de formação e transformação política e cultural dos sujeitos, são praticamente ignorados. Ressalta-se ainda uma relação dialética entre as necessidades estruturais e superestruturais, mas no campo cultural e de lazer existem restrições significativas no alcance da política pública. A não garantia de participação dos indivíduos, sobretudo na proposição desta política, compromete a qualidade dos serviços prestados, visto que, estes não se sentem representados culturalmente.

O posicionamento minimalista do Estado ocorre mesmo com a ampliação dos direitos sociais, tais como o de lazer cultural, visto que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o lazer e o “tempo livre” passam a ser demanda da classe trabalhadora. Como este é um elemento essencial para a totalidade do desenvolvimento de **todos** os homens em sua identidade e pensamento crítico, esta potencialidade é limitada, particularmente, no caso do trabalhador rural do corte de cana. Também é verdadeiro o desinteresse da discussão da política pública para o lazer cultural nos meios acadêmicos.

Peixoto (2010), Camargo (1998), Mascarenhas (2006) e Padilha (2000) observam inclusive que ao defender os direitos sociais não se evoca necessariamente o do lazer, pois este debate passa a ser considerado como algo secundário. Segundo Marcellino (1992, p. 14) a crítica sobre seu objeto de pesquisa,

[...] era o questionamento da validade de desenvolver esforços numa área que sempre foi considerada supérflua; era como se me encarregasse de ajudar a preparar e servir a “sobremesa” para uma população que nem sequer poderia ter a refeição principal.

Por outro lado, quando ocorre a pesquisa acadêmica, que deve auxiliar a proposição de políticas públicas, esta reflete opções metodológicas próprias ao referencial positivista e/ou funcionalista. Nesta crítica, há que se ter claro que os momentos de lazer no mundo do trabalho devem partir, fundamentalmente, da questão da exploração do trabalho, debate este que, geralmente, não está posto na análise da categoria lazer.

Neste estudo, ainda o questionamento quanto ao que se considera lazer, e no caso específico, o cultural, deve perpassar as análises aqui propostas e a distinção entre o lazer e o lazer cultural está relacionado a qual atividade é praticada no tempo do “não-trabalho”. Se considerarmos que os tempos de lazer estão inseridos no mundo do trabalho alienado e reificado, estes igualmente reproduzirão a alienação e reificação conforme Marx (1983, p. 149) destaca: “[...] os homens são os produtores de suas ideias e representações” e, deste modo, a questão da consciência e da produção das ideias está intimamente ligada à atividade material.

As ideias negativas também criadas são sublimações resultantes do processo material da vida, isto é, estruturadas sobre bases objetivas. Assim, se deve compreender a maneira como o conjunto da classe trabalhadora deveria ter viabilizada sua formação pelo lazer cultural e quais são as alternativas criadas para o cortador de cana satisfazer tais necessidades de lazer e cultura. Segundo Marcellino (1987, p. 35-40, grifo do autor), o lazer deve ser entendido,

[...] como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para **mudanças de ordem moral e cultural**. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social.

Os homens devem poder viver para fazer história (MARX; ENGELS 2007, p. 33), necessitando para isso reproduzir materialmente sua vida cujo resultado constitui o processo histórico. A construção histórica da sociedade burguesa, do comércio e da indústria se dá por meio da satisfação de “novas necessidades”, mas das que são decorrentes de uma nova realidade objetiva. Assim acontece, por exemplo, no que se refere à reprodução humana devendo ser entendida como uma relação tanto “natural” (biológica) quanto social (MARX, 2010, p. 458).

A procriação, enquanto reprodução está no plano da natureza (da biologia). Entretanto, a relação social, em cujo quadro ela acontece, ocorre de forma determinada pela evolução histórico-cultural. Com o desenvolvimento das forças produtivas, da industrialização e dos sistemas de troca de mercadorias, um elo entre produção e consciência é criado entre os indivíduos, com a exploração do trabalho, sendo igualmente fruto desta prática real, isto é, da consciência como um produto social.²

Marx acreditava que, superada a relação de exploração e abolida a propriedade privada, o homem não mais estaria alienado diante de seu próprio produto, a relação entre oferta e procura de mercadorias seria reduzida, fazendo com que fosse retomado seu poder de escolha e sua liberdade de comportamento frente a outros homens. Portanto, se entende que a sociedade não é mera soma de indivíduos, como queriam alguns teóricos funcionalistas e positivistas, mas uma realidade específica constituída de relações entre indivíduos em sociedade e, deste modo, o todo não é idêntico às suas partes, só podendo ser analisada como uma totalidade complexa.

No capítulo oitavo d'O Capital, Marx aborda a problemática da demanda da força de trabalho e como tal exploração se deu no desenvolvimento da sociedade capitalista. Segundo o autor, com a priorização do capitalista em ampliar o investimento em equipamentos e matérias-primas em detrimento do pagamento de salários, essa opção traz expressivas implicações à classe trabalhadora. Verifica-se também que há uma distinção entre valor e preço de mercadorias produzidas sendo, no primeiro caso, determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessária à esfera produtiva, quer dizer, do tempo gasto pelo trabalhador na produção de um objeto, que é por sua vez, trocado por um equivalente geral, o dinheiro. Marx (2010, p. 724) analisa que,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução

² Segundo Brandão (2003, p. 14): “O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações de aprender – ensinar – e aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder.”

contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos.

No segundo caso, a competição de preços entre os vários capitalistas é o elemento definidor com o valor-moeda permitindo dissimular o papel social e o caráter individual da força de trabalho. Tem-se então o fenômeno resultante da extração de mais-valia do trabalhador, que nada mais é do que a não remuneração de determinado “tempo suplementar” a que é submetido, no processo produtivo.

O não pagamento, ou seja, o “roubo” deste tempo de trabalho (“valor a mais”) é o mecanismo utilizado na acumulação de capital, podendo tanto se dar pela chamada “mais-valia absoluta” como pela “mais-valia relativa”. Respectivamente distinguem-se, ou pelo aumento da jornada de trabalho, ou pela intensificação no ritmo de produção, sobretudo pelo uso da maquinaria. Este valor usurpado é reinvestido no incremento da produção (aquisição de matérias-primas, maquinários, ampliação da distribuição de mercadorias).

Entende-se que, para a acumulação do capital ocorrer este recurso não direcionado ao trabalhador necessariamente deve ser reaplicado e não poupado (entesourado), visto que a ampliação da produção permite a criação do chamado capital constante, na geração de um rápido crescimento de chamado capital variável implicando assim na concentração deste último.

Como o objetivo do capitalista é ampliar a quantia de capital constante em curto espaço de tempo, ao intensificar o ritmo de produção ou aumentar a jornada de trabalho para a extração da mais-valia do trabalhador, uma contradição nesta prática se impõe. Se por um lado, imediatamente, o incremento nos meios de produção acresce os lucros, por outro, se for considerada a lucratividade em termos absolutos esta é diminuída em longo prazo, pois ao não aumentar a contratação de trabalhadores, a extração de mais-valia é diminuída, restringindo, deste modo, a lucratividade no processo produtivo.

Marx e Engels (1968), para formular tais análises partiram da concepção de ação do ser humano situado no plano concreto de existência e não no imaginário, com o desenvolvimento da esfera reflexiva formada segundo o processo de vida

concreto, quer dizer, condicionado pelas forças produtivas acima elencadas, de acordo com uma realidade histórico-material.

Ao constatarem a existência de uma concepção alienada de mundo (imaginativa), os autores entendem as relações entre homem-mundo de modo processual, dinâmico e transformador, numa concepção dialética entre sociedade, economia e cultura.³

Constituída por meio de uma objetividade materialista e histórica, a percepção de que é através do trabalho que se consolida tal relação se mostra fundamental ao entendimento da formação das instituições (por exemplo, do Estado), consideradas igualmente produtos de um processo histórico, com função específica no sistema capitalista. Assim, quanto à ideia de sociedade civil, Marx e Engels (1982, v. 1, p. 128) analisam que:

A sociedade civil compreende o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desembaraçado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal só se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista [...].

Ao tratar deste processo histórico, os autores entendem que os fenômenos econômicos, políticos e sociais, a implantação da tecnologia na produção industrial ou qualquer outra evolução no plano produtivo em uma época específica não reflete necessariamente no plano de identificação dos sujeitos com esta esfera produtiva.

Isto porque há uma “falsa consciência”⁴ destes no que se refere à concepção de historicidade, considerada elemento definidor da condição alienada. (MARX;

³ Segundo Gramsci (1995, p. 7): “Cada grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.”

⁴ Löwy (2000, p. 10) analisa que: “[...] uma forma de *falsa consciência*, correspondendo a interesses de classe: mais precisamente, ela designa o conjunto das ideias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas etc.”

ENGELS, 1982, v. 1, p. 107-108). E neste momento é que se observa que apenas o âmbito estrutural/material não se mostra suficiente para apreender a formação e transformação complexa e dinâmica dessas relações sociais, distinguindo a produção no campo artístico das demais, produção que origina, dialeticamente, entre outras produções (como a filosófica, a religiosa), a esfera superestrutural da sociedade.

O aspecto centrado na concepção de totalidade passa então a ser contemplado na interação entre a produção objetiva/material e a subjetivo/simbólica. Portanto, a composição orgânica da acumulação capitalista, a ampliação da lucratividade e o desenvolvimento do capital estão conectados à extração de mais-valia do trabalhador e não ao redirecionamento deste valor em meios de produção.

A desigualdade socioeconômica gerada pelo sistema capitalista e a luta entre a classe capitalista e trabalhadora instaurou-se com o desenvolvimento deste sistema e apenas com um posicionamento metodológico crítico é que se torna possível à aproximação da perspectiva de totalidade voltada à compreensão das contradições instauradas pelo sistema capitalista.

Quando é mencionada a “classe trabalhadora” se está considerando os seguintes elementos para entendimento do conceito: (a) a classe social se define pela maneira como um conjunto de indivíduos e/ou grupos sociais participam do processo econômico, enquanto produtores e por outro, enquanto consumidores; (b) já do ponto de vista do marxismo a definição perpassa, considerada a articulação com a vida econômica e suas contradições, pelos conflitos gerados por esta mesma articulação: “[...] classe e relações de classe baseiam-se em tensão e luta sobre interesses conflitantes [...]” (BOTTOMORE, 2001, p. 64-65); (c) que esta deve ser a consideração básica de que este conflito tem como linha divisória a condição de proprietário dos meios de produção ou não; (d) considerando a questão da essencialidade das classes, para a análise política, na atual conjuntura, com o desemprego estrutural, será mais importante considerar a questão do conflito do que fatores de outra ordem, como é o caso do assalariamento.

Assim, quando se fala aqui em “classe trabalhadora”, está se pensando naqueles grupos ou indivíduos que dependem do trabalho, assalariado ou não, para garantirem a sua sobrevivência, em oposição àqueles que podem (embora frequentemente não o façam) sobreviver sem trabalhar. Esta possibilidade, de viver

sem trabalhar está, geralmente, associada a normas sociais e jurídicas, como é o caso do direito de propriedade que, sob este ponto de vista, passa a situar-se como o núcleo do conflito que vem a ser o elemento central na definição de cada classe e, aspecto central, de sua posição nos conflitos de classe.

Marx (2004, p. 148) exemplifica tal opressão da seguinte forma:

Quanto menos comeres, beberes, comprares livros, fores ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensares, amares, teorizares, cantares, pintares, esgrimires etc., tanto mais tu poupas, tanto maior se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, teu capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais tens, tanto maior é a tua vida exteriorizada, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. [...] Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter.

Nas condições da globalização capitalista ganha importância considerar, deste ângulo, o status das estratégias de sobrevivência do lumpemproletariado, que incluem atividades frequentemente “à margem da lei”, como o a prostituição, o tráfico de drogas, jogos ilegais etc. Não é projeto fazê-lo no presente trabalho, mas é apontada a importância de chamar a atenção para este aspecto, como parte da construção de uma pauta engajada da pesquisa social.⁵

Ainda a ação social que parte da esfera da práxis deve ser concebida por sua excelência, visto que, a tarefa política mais importante desta “intelectualidade” é a de preparar o maior número de indivíduos capazes de interagirem entre si de uma forma crítica. Esta interação tem o potencial de contribuir para que ocorra uma superação dos limites impostos no mundo do trabalho, sobretudo ao segmento específico dos trabalhadores manuais do corte da cana de açúcar.

Entende-se que a humanização é inseparável do trabalho, entendido como intervenção especializada do homem no meio físico para criar os bens necessários à manutenção de sua vida e à sua reprodução. A partir dos recursos da natureza e desta especialização, a vida social de forma especificamente humana é organizada em decorrência da troca de bens produzidos entre os produtores especializados.

⁵¹ Bottomore (2001, p. 223) ainda interpreta lumpemproletariado: “O principal significado da expressão lumpemproletariado não está inato na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa ‘particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários’.”

Esta intervenção se dá também mediada por instrumentos tanto de natureza material, como acima descrita, como simbólica, sendo os de natureza simbólica estabelecidos por mediações sociais como a da linguagem. Em geral, esta se apresenta como instrumento privilegiado no estabelecimento de relações sociais, mas, no caso do desenvolvimento da ciência, por exemplo, dentre outras estruturas simbólicas, maneiras mais eficientes e complexas de transformação da natureza, e de possibilidade de exploração também da força de trabalho, são criadas.

Parte-se da premissa que a técnica incorpora em seu processo de desenvolvimento consideráveis componentes simbólicos, assim como a arte e a cultura desempenham importante papel, sob este ponto de vista (FIORIN, 2006, p. 169).

Há que se ressaltar que para a compreensão dos conceitos trabalho-lazer que, se é através do trabalho que o homem modifica a natureza para a satisfação de suas necessidades, ele também transforma a si próprio. Ao serem atendidas as necessidades primeiras, sobretudo materiais, advém a criação de novas e diversificadas demandas, de acordo com interesses conflitantes presentes em cada grupo ou “classe”. Estes se dão como resultado da contradição da exploração do capital e da supremacia da “classe dos proprietários dos meios de produção” em detrimento da “classe assalariada”, com necessidades criadas inclusive no plano subjetivo, principalmente no que se refere ao tempo de lazer, enfatizando uma necessária relação prazerosa com a ação praticada nestes períodos. Segundo a definição de Dumazedier (1978, p. 34),

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.⁶

Deste modo, quando se trata aqui da categoria do lazer, esta se remete completamente a relação com o trabalho porque este momento livre se dá em contraposição ao tempo do trabalho, pelo menos tal como é concebido hoje no capitalismo. Ocorre que nas condições atuais de exploração da força de trabalho,

⁶ É interessante notar, ressalvada a orientação ideológica conservadora do autor, a inclusão “participação social voluntária” à qual, necessariamente, incluirá a “informação desinteressada” e a “livre capacidade criadora”, como elementos da constituição da noção do lazer.

ganha importância considerar a quase inexistência do tempo de “não-trabalho”, quer dizer, do “tempo livre” dos sujeitos.⁷

Nas relações de trabalho no setor canavieiro, o tempo do “não-trabalho” é essencialmente utilizado no restabelecimento da condição física e a questão do lazer cultural não pode ser vislumbrada como possibilidade real. Em seus tempos livres, que se dão aos geralmente aos domingos, a televisão, o rádio e as horas de convívio doméstico e com amigos, são privilegiadas, realidade essa verificada tanto para os trabalhadores residentes como para os migrantes.

Pelo fato de não haver outra opção de lazer, devido ou ao alto custo, ou em decorrência da extrema exaustão da atividade diária, estes são momentos de convívio familiar para aqueles residentes e de atenção aos amigos no caso dos trabalhadores migrantes, já que a atenção para com os mais próximos fica comprometida, nas condições desta atividade e características da produção. Em O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann de Karl Marx (1997, p. 21, grifo nosso), o equívoco da conceituação de Dumazedier (1978) pode ser demonstrado da seguinte forma:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; **não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente**, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

O complemento desta análise acha-se na obra Manuscritos econômico-filosóficos em que o autor afirma:

[...] o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, sem eu trabalho, mas nega-se a ele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. (MARX, 2004, p. 82-83).

⁷ Qualquer jornada, por mais longa e estafante, **não consome todo o tempo** do trabalhador. Além dos períodos destinados à alimentação, higiene pessoal e ao sono, ocorrem intervalos, por mínimos que sejam de disponibilidade mental e física, não empregados no trabalho, entendido como atividade compulsória, determinada pelas necessidades de sobrevivência. Mesmo durante a atividade caracterizada aqui como trabalho e nos outros, elencados acima, ocorrem “fugas” mentais. Como diz Lupicínio Rodrigues: “O pensamento parece uma coisa à toa/ Mas como é que a gente voa/Quando começa a pensar [...].” Estes pensamentos fugazes **são momentos de lazer**. A disputa pelo controle sobre eles é central na atividade de **todos** os aparelhos ideológicos, e **não pode** ser ignorada pelos estrategistas dos partidos e movimentos revolucionários (RODRIGUES, 1974, online).

O “tempo livre”, quer dizer, o momento do “não-trabalho” é aqui empregado entre aspas propositalmente por se caracterizar, no caso dos trabalhadores no corte da cana, por um distanciamento apenas do espaço físico de trabalho e não com relação ao tempo propriamente livre, já que em sua maioria, são momentos utilizados na recomposição e descanso físico para a jornada de trabalho seguinte.⁸

Dito isto, o tempo/espaço de lazer é analisado em diferentes perspectivas, mas aqui se assume a vertente crítica de apreciação. Podem ser destacadas três vertentes principais: de um lado a perspectiva funcionalista, privilegiando a compatibilização da reposição de energias com a manutenção do esquema sociocultural dominante, tal como a demonstrada por Dumazedier (1978).

Ainda há uma perspectiva conservadora negando a necessidade do lazer considerando-o negativo e, a terceira, considerando-o significativo pelo seu potencial de emancipação dos sujeitos.⁹

No primeiro caso, do teórico francês acima mencionado, a possibilidade do lazer perpassa pelo viés de “aquisição” pela classe trabalhadora da diminuição da jornada diária no confronto entre capital-trabalho, afirmando ainda ser o lazer um “tempo livre” em que o indivíduo pode “entregar-se de livre vontade” a alguma atividade “desinteressada” ou simplesmente “repousar”. Contudo, Marilena Chauí, (1999, p. 48) afirma que,

[...] a sociedade administrada também controla as conquistas proletárias sobre o tempo de descanso, ou chamado “tempo livre”. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estarão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista e são elas que consomem todo o tempo [...].

Entender a diferenciação entre os conceitos de emancipação política e emancipação humana será o núcleo essencial à análise da terceira vertente. O

⁸ Marcellino (1987, p. 29, grifo do autor) entende que o conceito de lazer: “[...] também engloba aspectos nebulosos, uma vez que, uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade; por exemplo, ouvir música enquanto trabalha. Além disso, tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social. Talvez, fosse mais correto falar em ***tempo disponível***, ao invés de ***tempo livre***.”

⁹ Veja-se, a propósito, o seguinte trecho de “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, de Max Weber (2002, p. 114-115): “Pois o eterno repouso dos santos se encontra no outro mundo; [...] Não são o ócio e o prazer, mas só a atividade que serve para, aumentar a glória de Deus, [...] A perda de tempo é pois, em princípio, o mais funesto dos pecados. [...] A perda de tempo na vida social, em conversas ociosas, em luxos” e mesmo em dormir mais que o necessário para a saúde, de seis até o máximo de oito horas, é merecedora de absoluta condenação moral.” [...] Ela é infinitamente valiosa, pois que cada hora perdida é perdida para o trabalho de glorificação a Deus.”

primeiro conceito de emancipação denota o máximo grau que os sujeitos podem conquistar no sistema atual, mas não significa que tenha a abrangência da emancipação humana, possível apenas numa realidade não capitalista.

A emancipação política é apenas a emancipação jurídica, formal, pela qual o indivíduo “pode escolher” entre as “alternativas” que o mercado capitalista martela através da propaganda, condicionando-o a “deseja-las”. É uma emancipação de caráter exclusivamente ideológico, em mascaramento da efetiva compulsão a que o indivíduo é submetido através do cerco dos recursos de comunicação, manejados pela classe dominante.

Já a emancipação humana depende de um processo que converta o indivíduo em um crítico, processo pelo qual ele se torna sujeito da conformação do seu mundo. Esse processo não só é alheio como é caracterizado pela hostilidade mútua, com relação aos mecanismos do mercado capitalista.

A abordagem à qual as análises se associam neste trabalho, ao contrário da visão funcionalista considera que o tempo de lazer é um momento no qual os sujeitos podem formar-se e transformar-se, identificando-se enquanto classe, se fortalecendo no sentido de pensar, refletir e propor sejam mudanças consideráveis em seu cotidiano, seja construindo a possibilidade de resistência, seja na de percepção de si enquanto sujeito coletivo, e não “apenas” enquanto mais um indivíduo no mundo do trabalho.¹⁰

Esta diferenciada perspectiva acerca do tema pode ser encontrada nos estudos realizados por Padilha (2006), ao fazer uma análise sobre o “tempo livre” na sociedade capitalista numa concepção crítica situada na terceira na vertente teórica. Apenas a afirmação do papel do trabalhador como “sujeito histórico” permitirá que os frutos do progresso técnico venham, fundamentalmente, de encontro à concepção de civilização e não de barbárie.

Entretanto, para o trabalhador conquistar tal emancipação humana, esta se efetivaria somente a partir do momento em que fosse possível a superação do sistema capitalista, e desta maneira, a superação de si mesmo. Também Paul Lafargue (1980) é apontado por sua “análise ironizada” em relação às “absorções

¹⁰ Segundo Marilena Chauí (1999, p. 45) ao proporcionar um tempo livre do trabalho, a preguiça gera virtude: “[...] o fortalecimento do corpo e do espírito da classe operária, preparando-a para a ação revolucionária de emancipação do gênero humano. A principal virtude da preguiça é ensinar a maldição do trabalho assalariado e a necessidade de abolí-lo.”

ideológicas” que se tornaram cada vez mais incoerentes com a realidade objetivo-material do trabalhador.¹¹

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo... Mas como exigir de um proletário corrompido pela moral capitalista uma decisão viril? (LAFARGUE, 1980, p. 45).

Este argumento considera inútil, por exemplo, o incremento da tecnologia e seus reflexos no acesso ao lazer, na condição de vida e no desenvolvimento cultural, nas condições do capitalismo. A emancipação humana realiza-se com a superação do modo de produção baseado na dominação de classe e das relações sociais que decorrem diretamente dela, com a produção da alienação e da reificação, tanto materializadas como produto, quanto como alimentadoras de uma vida social marcada pela divisão do trabalho, pela propriedade privada e pela acumulação de riquezas.

Quando se observa o lazer cultural e o “tempo livre” disponível aos trabalhadores envolvidos no corte manual da cana, se constata o desrespeito a todas as esferas que envolvem o desenvolvimento humano, seja ela a física ou a “espiritual”, com relações de trabalho análogas à escravidão instauradas. Assim, a observação fundamental para tais análises refere-se à crise encontrada no “mundo do trabalho” e seus rebatimentos no desenvolvimento do lazer e da cultura.

Por outro lado, ela também se materializa nas violentas manifestações de intolerância, racial, política, cultural, entre outras áreas em que sucede significativa formação cultural, de certa educação no âmbito individual e coletivo, de formas de qualificar o desenvolvimento da “subjetividade social”.

¹¹ Ainda Chauí (1999, p. 23) ao analisar a obra de O Elogio a Preguiça afirma que: “Na verdade, embora o tema seja o elogio da preguiça, como condição do desenvolvimento físico, psíquico e político do proletariado, Lafargue tem como pressuposto principal o significado do trabalho no modo de produção capitalista, isto é, a divisão social do trabalho e a luta de classes. Sua fonte de inspiração é dupla: de um lado, as idéias do jovem Marx, nos Manuscritos Econômicos de 1844, sobre o trabalho alienado, e, de outro, as análises do trabalho assalariado, no primeiro volume de O Capital.”

3.2 Análises acerca da política pública de Lazer Cultural no Brasil

Constata-se, de fato, a falta de debates sobre o “tempo livre” e espaços públicos voltados ao lazer cultural, nas suas mais variadas expressões, que se traduzam em efetiva identificação com a classe trabalhadora. As apreciações de Arruda (2003), Botelho (2001), Fornazari (2006) acerca da questão do incentivo cultural no Brasil que abarcam a Lei Rouanet (Lei n. 8.313 de 23 de dezembro de 1991), questionam o emprego de recursos públicos e os critérios na liberação destes para que as várias formas de manifestação culturais contemplem os aspectos da qualidade (conteúdos divulgados) e universalidade.

Alguns avanços puderam ser percebidos com relação aos direitos no âmbito do lazer e cultura na Constituição Brasileira de 1988¹² se comparado às legislações anteriores, sobretudo na época do regime militar. Contudo, no âmbito cultural, esta carrega um viés elitista na efetivação deste direito ao se analisar, por exemplo, a Lei Rouanet. Isto porque ela não efetiva a democratização do lazer cultural, porque não se materializa na criação de espaços adequados para tal e seu acesso se mostra restrito às classes mais abastadas. Segundo análises de Luís Santos (1989, p. 70),

A própria indústria cultural não é imune às contradições da vida social, a começar do fato de que nela mesma os conflitos entre proprietários e empregados são comuns. Do mesmo modo, o controle sobre as mensagens transmitidas, ainda que muito forte, não é absoluto. Há também que considerar que as populações a que esses meios de comunicação se dirigem estão expostas as dificuldades sociais concretas e às tensões da vida cotidiana. É certo que os meios de comunicação também trabalham sobre essas esferas e procuram dar-lhes explicações e soluções. Mas parece que sejam capazes de produzir uma massificação tão eficaz a ponto de

¹² BRASIL (1988, p. 7-37, grifo nosso), de acordo com a Constituição de 1988, a defesa do direito ao lazer e cultura está explicitada da seguinte maneira: CAPÍTULO II - DIREITOS SOCIAIS: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, **o lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000). Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, **lazer**, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...] Seção III - Do Desporto [...] 3º - O Poder Público **incentivará o lazer**, como forma de promoção social. CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO. Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **ao lazer**, à profissionalização, **à cultura**, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

substituir totalmente a percepção que seus consumidores têm de suas relações sociais e de suas vidas.

Ao se analisar o histórico do “padrão” de política pública cultural viabilizada pela União, a Lei Rouanet (dez./1991), por sua vez, defende a ideia de proteção, divulgação e valorização das expressões da diversidade cultural brasileira, legislação esta aprovada no mandato de Fernando Collor de Melo (15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992). Esta lei, concebida de acordo com os moldes da legislação norte-americana traz, dentre suas normatizações, o incentivo à cultura que está estruturado no mecenato, quer dizer, no financiamento cultural advindo de empresas privadas por meio de descontos do imposto fiscal.

Como a grande maioria das empresas está compromissada, sobretudo com monopólios midiáticos, a aplicação de recursos destinados ao incentivo da cultura regional e popular é fortemente limitada. Ao priorizar o funcionamento da política cultural centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo (a chamada “elite cultural”) é favorecida a liberação destes recursos públicos a este setor.¹³

Já em 1991, após sucessivas reestruturações, o Ministério da Cultura criou o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os Incentivos Fiscais inspirado no modelo americano de renúncia do imposto de renda.

A partir de 2003, com o governo Lula, foram apresentadas propostas de alteração da Lei Rouanet visando à melhoria na distribuição de recursos de forma a democratizar o acesso à cultura e a produção no país. Dentre as ações, além do incremento orçamentário destinado Ministério da Cultura através da Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 150-2003 houve a criação, em 2005, da Secretária Nacional de Cultura (SNC) com a PEC nº 416-2005 e a revisão do Plano Nacional de Cultura (PNC), já incluído na CF de 88, com a EC 48-2005 (POLÍTICAS SOCIAIS, 2011, p. 166-167).¹⁴

¹³ A Lei Rouanet permite que empresas privadas patrocinem projetos à sua escolha em troca de um desconto tributário de até 4%. Com isso, ocorrem injustiças na distribuição dos financiamentos: 98% dos projetos contemplados estão no eixo Rio-São Paulo, uma consequência do interesse das empresas em divulgar suas marcas nos estados de maior visibilidade. (MENDES, 2012, online).

¹⁴ Em 2011, por exemplo, de R\$ 1,1 bilhão liberado por meio da Lei Rouanet para eventos culturais, R\$ 801,4 milhões (70,7%) foram para o eixo Rio-São Paulo – o Paraná recebeu R\$ 37,4 milhões (3,3%) no ano passado. Além dessa concentração evidente, há casos emblemáticos de espetáculos e artistas famosos que recebem montantes milionários para desenvolver seus projetos. O grupo canadense Cirque du Soleil obteve autorização, em 2006, para captar R\$ 9,4 milhões em sua apresentação no Brasil, que teve ingressos por até R\$ 370. (GARCIA, E. L., 2012, online).

Com a revisão da Lei Rouanet, os equívocos quanto ao princípio de funcionamento não foram corrigidos no governo Lula, visto que se conservou a gestão dos recursos por meio do mecenato. A renúncia fiscal empresarial funciona da seguinte maneira: a empresa que investe em projetos já aprovados tem descontado quase 100% de impostos que deveriam ser pagos à União, sobretudo se estiverem enquadradas nos artigos 18 e 26 da lei.¹⁵

Outra questão que se analisa é como os gestores da política pública entendem o termo democratização. Como grande parte dos recursos da Lei Rouanet é destinada para os chamados grandes centros culturais, a forma como se dá estes investimentos nas periferias dos Estados, neste caso, o Estado de São Paulo está muito distante do desejável. Assim, as políticas públicas culturais implantadas pelos governos brasileiros nas duas últimas décadas explicitaram a clara intenção de dirigir quase que totalmente os recursos para o segmento das grandes companhias e artistas reconhecidos nacionalmente.

O princípio de gestão da política cultural nos moldes “comerciais”, diretamente ligados à publicidade e ao marketing pode ser verificado de modo generalizado e, no caso específico das Telecomunicações e do setor audiovisual. A manutenção de monopólios midiáticos¹⁶ e a preocupação com a audiência resultam no chamado “espetáculo do horror”, na submissão mercadológica da política cultural, visando o lucro apenas. Tal realidade se faz presente também em concessões de rádios e TV, já que a implantação de rádios comunitárias, por exemplo, carece ainda de regulamentação, sendo atualmente consideradas clandestinas e denominadas como “rádios-piratas” (MATUCK, 1995).

Como a legislação direcionada à radiodifusão comunitária se encontra em processo de revisão (Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998), se estabelece a crítica de que seria imprescindível a participação da sociedade, a fim de garantir um real compromisso com os interesses da classe trabalhadora, verdadeiramente responsável pela manutenção das audiências, de forma a democratizá-la enquanto espaço público de formação dos sujeitos.

¹⁵ No primeiro caso, 4% dos impostos são deduzidos na forma jurídica e 6% na pessoa física e no segundo caso, por meio do artigo 26, 30 a 40% são deduzidos na forma jurídica e de 60 a 80% na física, significando quase 25% de ampliação nos lucros da empresa com o abatimento fiscal. (PARMEZANI, 2012, p. 10).

¹⁶ A seguinte informação ilustra a afirmação acima: (SEGUNDO, 2009, online).

Considerando a esfera midiática e a importância da democratização no acesso a um bem público, tanto em seu âmbito educativo como de desenvolvimento cultural, surge o seguinte questionamento: serão mesmo esclarecedoras para a classe trabalhadora as informações advindas deste meio de comunicação? Na veiculação de seus conteúdos, pode-se dizer que o aspecto do lazer cultural está contemplado?

O procedimento para concessão deste serviço no Brasil é atualmente regulamentado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei n. 4.117/62) e determina o cumprimento de das seguintes questões: os conteúdos veiculados devem atender aspectos educativos, políticos e culturais; as questões técnicas estão relacionadas à transmissão do sinal, isto é, normatiza a frequência aberta ou fechada, se UHF ou VHF, etc.

Mas o que se destaca aqui não é seu aspecto tecnológico e sim o político-partidário e pedagógico-crítico. No primeiro caso, tem-se a constatação de várias irregularidades nas concessões. No segundo caso, se entende que este modelo de gestão no setor midiático não corresponde aos princípios democráticos, visto que privilegia o comportamento consumista com a padronização de várias esferas que compõem a sociabilidade. Como resultado desta submissão à lógica da ampliação dos lucros em conformidade com o sistema capitalista tem-se a banalização e a naturalização da violência.

Maria Rita Kehl e Eugênio Bucci (2004, p. 66-67) define o caráter mercadológico e da espetacularização, respectivamente,

O que nos diferencia hoje de outros períodos da modernidade é a espetacularização da imagem, e seu efeito sobre a massa dos cidadãos indiferenciados, transformados em platéia ou em uma multidão de consumidores da (aparente) subjetividade alheia. Na sociedade contemporânea, a estreita ligação entre o mercado e os meios de comunicação de massa é evidente, e necessária.

Com relação ao espetáculo a autora declara que,

A adesão dos espectadores às cenas da banalidade cotidiana representadas pelas diversas 'casas' de artistas ou de anônimos, as gincanas em que os concorrentes disputam para mostrar quem vai mais longe (na direção oposta à dos ideais) são o sintoma do sofrimento do sujeito contemporâneo, que perdeu a dimensão pública de seus atos e de sua existência e tenta substituí-la pela dimensão espetacular, do **aparecimento** de sua imagem corporal. Tanto do lado de quem participa, e paga qualquer preço para **aparecer** num programa de televisão, como do lado de quem assiste, buscando uma

identidade entre a banalidade da vida na tela e a banalidade de sua própria vida — identidade entre a imagem dos corpos exibidos na tela e a imagem de seu próprio corpo —, manifestam-se os sintomas da falta de recursos de que sofre o sujeito das sociedades do espetáculo, para construir tanto a dimensão singular do ser, quanto o espaço público do qual depende o sentido de sua existência. (KEHL; BUCCI, 2004, p. 160-161, grifo do autor).

A importância da análise sobre a democratização do espaço público/cultural que realmente esteja voltado para a classe trabalhadora perpassa tanto pelo direito à formação de rádios comunitárias, por exemplo, quanto à qualidade na prestação de serviços no que se refere ao conteúdo das informações a serem exibidas. É possível perceber que a gestão da política pública, de modo geral, e particularmente neste setor, não fiscaliza o aspecto da diversificação programática das emissoras televisivas e radiofônicas, no caso das políticas nos âmbitos culturais, existentes no país, há que se observar que as linguagens utilizadas não são compreensíveis a todos os sujeitos, de forma crítica.

A título de exemplo, outra observação em relação à democratização no acesso a informação se impõe, sobretudo, na diferenciação da escola e da educação formal e da educação por meio da cultura, do caráter lúdico vinculado ao aprendizado. O ensino público, tal como se estrutura atualmente no Brasil, não permite o desenvolvimento da chamada “inteligência emocional”, onde aspectos de “sensibilidade” advindos de um desenvolvimento “lúdico-artístico” podem igualmente contribuir para uma alfabetização que seja satisfatória.¹⁷

Com relação a uma possível mudança no modo de organização social, há que se atender a relação entre trabalho e ócio/lazer. Contudo, ao trabalhador não é permitido momentos para meditar sobre sua condição material e, na atual conjuntura, se torna praticamente inviável tal proposição, visto que todo seu tempo disponível se volta à garantia de sua sobrevivência e a familiar, restringido o questionamento acerca do seu papel na sociedade e seu poder transformador enquanto sujeito histórico.

¹⁷ Nosella (2004, p. 49-50) entende que é necessário: “Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade.”

Outro importante aspecto de análise retomado é o termo cultura, que pode ser concebido em dois níveis: um referindo-se aos conhecimentos, costumes, religiões, técnicas de uma determinada sociedade e outro relacionado às manifestações artísticas. Entretanto, o conceito de cultura deve ser aqui empregado como manifestações artísticas, manifestação “lúdica” e formas distintas de representações sociais. Gramsci compreende que todos os homens são em certa medida filósofos.

Ao partir do pressuposto que a capacidade de raciocínio destes possibilita um salto de qualidade na estrutura do pensar humano, afirma que este fator qualitativo se dá no sentido de ampliação da observação crítica dos sujeitos em relação à luta de classe sociais. É este salto de qualidade filosófica que Gramsci (1995, p. 7-8, grifo do autor) chama de Filosofia da Práxis.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homem faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

Neste ponto se faz necessário uma atenção para os conceitos de Filosofia e Filosofia da Práxis. Este último conceito era muito utilizado por Gramsci para poder manobrar os problemas de censura existentes no tempo de Mussolini, na Itália e na verdade o que ele especifica é a relação marxista do conceito, significando uma necessidade de análise da sociedade utilizando-se do método materialista histórico (GRAMSCI, 1995, p. 41).

Diante disso, o grande desafio está em realizar uma formação no âmbito cultural que viabilize a construção de uma cultura humana diferenciada, elevada em seus direitos e deveres, isto é, de forma mais “humanizada”, sobretudo no sentido de auxiliar na edificação de “valores inclusivos” socialmente, de uma elevação qualitativa na percepção e concepção de mundo. Para isso, a concentração dos esforços está em evidenciar que apenas a escola formal não é

capaz de atender toda a demanda educacional dos sujeitos, incluída a formação cultural.¹⁸

Quanto ao incentivo cultural no Brasil hoje, ele está inserido no debate que envolve de um lado as grandes produções, voltadas para o mercado e para a mídia e, de outro as pequenas produções amadoras: a primeira vertente, em muitos casos, favorece a alienação da população e, por ser quase integralmente despreocupada com o “conteúdo” da informação a ser veiculada, bem como da linguagem utilizada, não consegue eliminar as desigualdades no domínio cultural até mesmo acentua os conflitos existentes no mundo do trabalho. Já com relação à segunda, as menos incentivadas contraditoriamente, são as que realmente atendem anseios da classe trabalhadora. Da lógica comercial da cultura, destaca-se o paradoxal caráter fetichizado da mercadoria camuflado pelo “discurso de democracia e igualdade” (SALES, 2009, p. 35).

No caso da política cultural que deveria estar comprometida com o desenvolvimento social, na prática, os critérios de liberação dos recursos são “equivocados”, tendo em vista o não atendimento das necessidades de grande parte da sociedade, constituída não só pela classe dominante, mas também pela classe trabalhadora. Concomitantemente a isto, problemas que afetam a sociedade como um todo, inviabilizam saltos de qualidade relacionados à visão de homem e mundo, tal como ressaltado por Gramsci (1995), numa perspectiva de constituição do “homem genérico”¹⁹.

¹⁸ Neste sentido, se mostra esclarecedora a análise de Luís Santos (1989, p. 49): “Cultura é com freqüência tratada como um resíduo, um conjunto de sobras, resultado da separação de aspectos tratados como mais importantes na vida social. Assim, extrai-se das atividades diretamente ligadas ao conhecimento no sentido amplo as áreas da ciência, da tecnologia, da educação, das comunicações, do sistema jurídico, do sistema político, às vezes a religião e os esportes. [...] Sobram, por exemplo, a música, a pintura, a escultura, o artesanato, as manifestações folclóricas em geral, o teatro.”

¹⁹ Heller (1989, p. 20) entende que: “O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue do nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser individual. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade.”

CAPÍTULO 4

SEM PRAZER NÃO HÁ LAZER¹

¹ Em alusão relação à obra de Roberto Freire a obra “Sem Tesão, não Há Solução” (1990).

*Vô cantá no canturi primeiro
 As coisa lá da minha mudernage
 Qui mi fizeram errante e violêro
 Eu falo sério e num é vadiage
 I pra você qui agora está me ôvino
 Juro até pelo Santo Minino
 Vige Maria qui ôve o qui eu digo
 Si fô mintira me manda um castigo
 Apois pro cantadô i violêro
 Só hai três coisa nesse mundo vão
 Amô, furria, viola, nunca dinhêro
 Viola, furria, amô, dinhêro não.
 (Elomar).²*

4.1 Política cultural e demandas subjetivas: a negação do desenvolvimento dos sujeitos em sua plenitude

As críticas às políticas públicas de lazer e cultura no Brasil no nível federal, estadual e municipal de governo vinculam-se aos critérios aplicados à liberação de recursos, tanto à criação de equipamentos quanto aos incentivos às produções direcionadas à propaganda e marketing cultural. Para entender o caráter conflituoso, inerente a qualquer política, no caso da política cultural, será útil reportar-se à opinião de Alfredo Bosi (2013, p. 50-51), em entrevista concedida à Revista Carta Capital:

Do ponto de vista institucional, a cultura letrada e a cultura de massa tendem a crescer, pois estão amparadas por aparelhos econômicos sólidos, a universidade e o mercado dito cultural (empresas midiáticas, etc.). O mesmo tipo de suporte não acontece com a cultura popular rural e periféricamente urbana, cujas manifestações constituem uma forma espontânea e involuntária de resistência à indústria cultural de massa, da qual se distingue na forma e nos valores. [...] [e] que tem sido vítima quando julgada pela ideologia burguesa modernizadora.

Trata-se, então, de considerar a atividade cultural na sua dimensão pedagógica, inseparável da cultura e da política, enquanto um debate sobre a pertinência de postular e promover um espaço para uma cultura do povo e de uma cultura para o povo. A cultura, como criação e, portanto, como lugar de realização humana, supõe a liberdade. O tempo dedicado ao trabalho para a sobrevivência, como necessidade, não pode ser o tempo de criação da cultura assim entendida. Portanto, a possibilidade da cultura como fator de liberdade está vinculada ao lazer.

² Elomar Figueira Mello (1972).

Mascarenhas (2006, p. 90) discorre sobre os antecedentes do lazer e a perspectiva a que estava relacionado, de acordo com períodos históricos específicos. Assim ele define o lazer na Grécia, por exemplo, caracterizado segundo um ideal clássico de organização da polis. No ideal romano, o que se ressalta é a oposição do lazer ao negócio, inclusive perdendo o sentido de negatividade por meio da política de pão e circo (*Panis et Circenses*). Na proposição da nobreza, na Idade Média, o lazer é direcionado à organização de festas e atividades lúdicas. Com o desenvolvimento da burguesia, como resultado do ideal protestante, o lazer é comparado ao vício e condenado por ser entendido como o “pecaminoso”.

Na atualidade, ressalta-se a concepção de lazer segundo a ideal do ócio burguês, isto é, por meio do controle do “tempo livre” para o consumo e, deste modo, transformado em mercadoria.³ Nesta análise insere-se também a potencialidade pedagógica inerente à prática interventiva do profissional de Serviço Social, ao ser divisada a concepção política/crítica de formação dos sujeitos que, no caso do assistente social, se concretiza antes de tudo, pela existência de contradições sociais no mundo do trabalho e da existência de uma classe fundamental, a trabalhadora, na imposição de uma luta de classes, com aspirações distintas e “divergentes”, quanto à classe dominante.

Nesta perspectiva de sociedade, quer dizer, estruturada segundo uma luta de classes constituída por um lado, de sujeitos que vendem sua força de trabalho na reprodução material e, de outro por aqueles que, em situação oposta, são detentores dos meios de produção e, conseqüentemente do poder político, o assistente social deve pautar sua formação teórica e sua prática interventiva indispensável pela consideração de que, nas distintas experiências e necessidades criadas cotidianamente é que a identidade de classe é construída, bem como a percepção da luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia (PADILHA, 2006, p. 111).

Ao se tratar dos trabalhadores do corte da cana, foco desta pesquisa, as especificidades dos arranjos econômicos decorrentes da exploração do trabalho foram constatadas, bem como carências situadas no nível subjetivo de existência, sobretudo na negação de direitos inclusive de desenvolvimento cultural e de lazer cultural. Nota-se que tal exclusão se dá igualmente nos países em processo de desenvolvimento, quer dizer, em sociedades caracterizadas como “pobres”.

³ Mascarenhas também afirma que, no caso específico do Brasil, a hostilidade ao ócio é predominante e o lazer hegemonicamente se mostra subserviente às mercadorias e ao capital.

Definir que tipo de pobreza de que se esta falando também se faz necessário em relação aos rebatimentos da ampliação da “questão social” na reprodução do lazer cultural.

Neste sentido, considerado o conceito de pobreza definido pelo pauperismo (falta de recursos para atender às necessidades mínimas) a questão do lazer não se apresenta de forma relevante, pois esta situação corresponde a um estado de necessidade extrema, em que, o que se coloca é da possibilidade imediata de sobrevivência física. Porém, se se estiver falando de pobreza como situação de indivíduos e grupos que têm carência de determinados bens materiais, mas contam com recursos em nível minimamente satisfatórios, seja no que diz respeito a bens materiais, seja quanto à participação sociopolítica, tem-se um quadro em que pode ocorrer a demanda (e eventualmente o desenvolvimento) do lazer cultural. Logo esse grau de desenvolvimento só se concretiza desde que as condições políticas (superestruturais) de domínio do povo sobre estes recursos (técnicos e econômicos) estejam garantidos (PADILHA, 2006, p. 71). Ainda numa concepção crítica de análise acerca do desenvolvimento cultural Mézáros (1981, p. 171) afirma que,

A alienação afetou profundamente, e continua a afetar, a criação artística e o gozo estético. Poucos artistas deixariam hoje de reconhecer isso, mesmo que suas atitudes em face desse problema sejam muito diferentes. A influência atual de Marx entre os escritores está intimamente ligada a esse fato. Ele foi o primeiro a dar o alarma sobre a alienação artística, em sua vigorosa análise das condições que envolvem o artista.

Dentre as implicações do modelo de gestão da política cultural e de lazer brasileira estão, de um lado, o limitado potencial de desenvolvimento de atividades artísticas populares e, de outro, o restrito acesso por parte de trabalhadores, de modo geral, e particularmente daqueles vinculados ao trabalho no corte manual da cana de açúcar. Adiciona-se a deterioração corporal decorrente da exploração da força de trabalho destes últimos, merecendo destaque inclusive o aspecto da indisponibilidade de momentos direcionados ao lazer, com a necessidade de as articulações, músculos e toda condição fisiológica ser recomposta para a jornada de trabalho diária.

Nesta realidade, os meios de comunicação de massa, destacadamente a televisão e o rádio se colocam como única alternativa de lazer disponível a estes trabalhadores. Estes instrumentos determinam concepções de homem e mundo em conformidade com a

padronização das relações de consumo, através da difusão de informações que alimentam intolerâncias e preconceitos variados (PADILHA, 2006, p. 179).

Ao privilegiarem em suas programações o ideal de consumo (fetiche da mercadoria), este princípio mercadológico também rege a política pública cultural, visto que seu modelo de financiamento, incentivo e divulgação de atividades artístico-culturais está centralizado nas grandes capitais do país, especialmente no eixo São Paulo - Rio de Janeiro.

No caso da Lei Rouanet, como a liberação de verba pública para equipamentos e projetos culturais se estrutura fundamentalmente no sistema de renúncia fiscal (mecenato), o setor empresarial, através de projetos apresentados por artistas, (nacional e internacionalmente reconhecidos), é o principal beneficiado.⁴ Por outro lado, ainda que não seja uma regra a destinação de recursos à cultura para execução projetos em municípios distantes das metrópoles, neste capítulo serão apresentados dois projetos financiados pelo Ministério da Cultura (MinC), sendo um deles viabilizado pela Lei Rouanet.⁵

Sem perder de vista uma análise crítica acerca dos equívocos envolvidos na elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas brasileiras, na área do lazer e cultura, particularmente no que se refere aos projetos e ações propostas pelo Ministério da Cultura (MinC) e em especial, na execução da Lei Rouanet, pretende-se localizar, na experiência dos trabalhadores da colheita manual de cana, os elementos relacionados ao processo de desenvolvimento de uma mentalidade crítica e resultados desta política de maneira geral.

Por meio de reflexões críticas sobre os dados e informações colhidas em entrevistas com trabalhadores, tem-se o propósito de subsidiar a compreensão acerca das conexões entre trabalho e lazer cultural. Também se destaca o desempenho da política pública no que se refere ao acesso do trabalhador ligado à atividade manual do corte da cana de açúcar, tanto a equipamentos, quanto a projetos direcionados ao desenvolvimento de práticas de lazer e cultura.

⁴ A autorização do Ministério da Cultura concedida à cantora Maria Bethânia para a captação de recursos destinados à criação de um blog gerou uma série de manifestações contrárias. Amparada pela Lei Rouanet, a artista poderá buscar patrocínio de até R\$ 1,3 milhão para financiar o projeto “O Mundo Precisa de Poesia”, que prevê a produção diária de um vídeo com músicas interpretadas pela artista. (AMÉRICO, 2011, online).

⁵ Padilha (2006, p. 167-168) assinala que: “A formulação de políticas públicas no Brasil, incluída a de lazer, são geradas num contexto, tanto institucional como organizacional devido às divergências político-partidárias, com o processo de burocratização instalado que acaba por emperrar iniciativas criativas e a possibilidade de participação popular.”

4.2 Caracterização dos sujeitos e o lazer na ótica dos trabalhadores

Considerando a intrínseca relação entre as esferas estruturais e superestruturais de constituição de uma sociedade, as observações realizadas neste capítulo destacarão, primeiramente, os relatos acerca das condições objetivas, isto é, da exploração do trabalhador, particularmente, da excessiva força física que a atividade no corte da cana requer.

O que se indica é antes de tudo, a questão da existência de uma realidade social determinada por conflitos tanto econômicos, como políticos e culturais. Neste último aspecto, aludir à superioridade de uma cultura ou arte como princípio de análise é aqui entendido como uma presunção que fatalmente limitará a investigação e, deste modo, a noção de totalidade, fundamental e necessária a uma pesquisa que se pretende científica.

No intuito de compreender como o lazer cultural e a arte, a partir das ideologias nela contidas, alteram sensivelmente os mecanismos de organização da classe trabalhadora, é que se tem como premissa o fato de que os elementos próprios à formação cultural não se configuram de modo hierárquico, isto é, um superior ou inferior ao outro. Tanto no aspecto de reivindicação de uma política cultural, como em seus reflexos nos arranjos políticos e econômicos, as manifestações culturais e artísticas “de elite”, confrontadas com uma cultura popular, incorporam uma ideia de superioridade da primeira em relação à segunda e, no caso dos países em desenvolvimento, das matrizes culturais europeias e norte-americanas em relação à cultura e à arte nacionais.

Nesta pesquisa, 10 trabalhadores foram entrevistados. Em relação à caracterização desses sujeitos, 06 trabalhadores são migrantes, sendo 03 de Pernambuco e residentes em Patrocínio Paulista, 03 residentes em Batatais e naturais do estado do Piauí e os 03 últimos são moradores em Ituverava e nascidos no estado de São Paulo. Além dos trabalhadores entrevistados dos municípios de Patrocínio Paulista, Batatais e Ituverava, uma entrevista foi realizada no município de Franca com um trabalhador que não está mais na atividade do corte da cana.⁶

⁶ Os nomes utilizados para a identificação dos sujeitos da pesquisa são fictícios e, nos municípios de Ituverava, Franca e Batatais, a pesquisadora sugeriu que os próprios entrevistados escolhessem os nomes a serem utilizados. Essa sugestão se deu no intuito de suscitar a esfera do pertencimento, o respeito acerca da identidade, de ser nomeados e mencionados no texto como gostariam, isto é, respeitando a autorrepresentação destes trabalhadores.

Quanto à situação familiar, o quadro a seguir mostra que dos 03 trabalhadores entrevistados no município de Patrocínio Paulista, apenas um não tem filhos, outro tem dois filhos e o último, uma filha. Em Ituverava, um trabalhador tem dois filhos, um tem uma filha e a única mulher entrevistada já teve um filho, que veio a falecer há mais ou menos 05 anos.

No município de Batatais, nenhum dos entrevistados tem filhos. Conforme quadro abaixo se percebe que o grau de instrução pode ser considerado baixo, como previsível.

Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa

Município	Sexo	Idade	Origem	Estado Civil	Tempo/estudo
Franca	Sr. Bengo	66	SP/ Pereira Barreto	Viúvo	3 anos
	Juliano	27	PE/São Benedito	Solteiro	7 anos
Patrocínio Paulista	Carlos	43	PE/São Benedito	Solteiro	4 anos
	Damião	22	PE/São Benedito	Solteiro	7 anos
	Renato	23	PI/São Miguel da Baixa Grande	Solteiro	1 ano
Batatais	Roberto	30	PI/São Miguel da Baixa Grande	Solteiro	7 anos
	Milton	27	PI/São Miguel da Baixa Grande	União Estável	4 anos
	Aparecida	45	SP/Ituverava	Separada	5 anos
Ituverava	Igor	47	SP/Guaíra	União Estável	4 anos
	Rafael	41	SP/Guará	Casado	7 anos

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaborado por Graziella Aparecida Garcia de Lima Chinali

No que diz respeito às condições habitacionais, todos os trabalhadores migrantes residem em casas denominadas “repúblicas”, que na verdade são moradias coletivas, muito organizadas e limpas, ainda que simples no que se refere aos móveis, condição estrutural da casa, etc. O pagamento destas acontece por meio da divisão do aluguel entre os moradores, assim como a alimentação, água, luz e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) da residência.

Como as entrevistas se deram de modo aberto, as temáticas surgidas durante as conversas foram incluídas, no intuito de se ampliar a compreensão acerca do

cotidiano destes trabalhadores. Entretanto, a unanimidade na fala dos trabalhadores entrevistados quanto à superexploração de sua força de trabalho pode ser verificada, sobretudo ao se questionar as sequelas no âmbito da saúde.

Roberto, com 30 anos e cortador de cana há sete. É natural de São Miguel da Baixa Grande/PI. Residente no município de Batatais, ao descrever o seu cotidiano de trabalho ressalta a precariedade da atividade que exerce fazendo questão de detalhar, inclusive, os acidentes que ocorrem no eito da cana e descreve a situação da seguinte maneira:

Tem uns lá que se corta, que quebra osso... eles leva pra costurar, dá ponto e fica de atestado, afasta até que fica bom. Dependendo se é muito grave aí aposenta, né? É, aposenta, mas tem que correr atrás, num é fácil assim não. Muita gente passa mal. Eu mesmo num guentei o batidão. Você fica fraco, coisa ruim no corpo, câimbra, essas coisa. Ainda bem que socorreu logo. [...] Levou eu pra Santa Casa, aplicou soro, injeção, você fica lá tomando soro até melhorá e traz você pra traz. Levou eu pra casa.

(ao ser perguntado sobre o motivo do mal estar, se o clima influenciou etc.)
Óia, num voga tanto de sol não, é que trabalha demais, muito mesmo. Das vez até o sol tá frio, mas trabalha por demais e aí num guenta. Já cortei 17, 18 até 20 tonelada no dia. *(Roberto, município de Batatais).*

Atualmente, muitas mudanças ocorreram na atividade manual do corte da cana, como a Norma Reguladora 31 (NR 31) que limita e regulamenta o tempo de trabalho. Entretanto, a situação do trabalhador, convertido em mercadoria e facilmente descartável no mercado de trabalho, se coloca em decorrência do “exército de reserva” de mão de obra. Se por um lado esta realidade é manifestada do plano concreto e à primeira vista pensar em lazer nas condições verificadas de exploração pode ser questionável, por outro se considera que tal exploração atinge não apenas o sentido físico, mas neste contexto, também o caráter psicológico.

Esta exploração se dá em virtude da situação miserabilidade, fator responsável por pressões no âmbito emocional na medida em que a abundância de oferta de força de trabalho coloca-os no dilema de aceitar a precarização ou arriscar-se à concorrência no mercado de trabalho. Mascarenhas (2006), ao analisar a proposta de Domenico de Masi em sua obra “O Ócio Criativo”, afirma que este deve ser traduzido como “a miséria do ócio” e afirma a existência de uma concepção funcionalista⁷ sobre o tema, visto que:

⁷ Ainda o autor entende que a mesma crítica cabe à concepção de Marcellino (1987), decorrente de uma fetichização do ócio criativo.

[...] esvazia o projeto político-pedagógico de um lazer concebido como tempo e espaço possível para o exercício da participação, da autoconsciência, da liberdade, de igualdade, aceito como importante dimensão da educação, da ação política e da relação hegemônica, prática social determinante para a emancipação humana. [...] dedica-se [Domenico] a uma verdadeira exaltação do ócio, tomando-o como panaceia para todo o tipo de problema econômico hoje existente. [...] o que se traduz pela ideia de que uma vida de abundância máxima e de esforço mínimo é a consequência inexorável de sucessivas fases liberatórias que nos trouxeram a um estágio de desenvolvimento cuja possibilidade de um tempo livre crescente para todos constitui-se como evidência da redenção humana. (MASCARENHAS, 2006, p. 81).

Concorda-se com a proposição acima, pois como já demonstrado, o trabalhador se encontra numa relação de trabalho superexplorada. O segundo trabalhador, Renato, natural do mesmo município, tem 23 anos estando a dois no corte da cana e, o terceiro, Milton tem 27 anos, natural do mesmo município que os demais e há 10 anos na atividade de cortador, ambos também afirmaram terem presenciado desmaios de colegas de trabalho. Ele descreve seu trabalho:

É... cansativo é, mas assim, eu nunca passei mal não, mas tem gente que passa. Tem socorro, mas o trem é difícil, né? (*Renato, município de Batatais*).

Já vi gente passá mal, cortá perna. [...] Se ocê tá trabalhando e num toma água direito, o corpo num arresiste tem hora. Acontece de desmaiá devido as dor da câimbra. (*sobre os primeiros socorros*) Ah acode rápido e leva pro hospital da usina mesmo e nem volta pra roça não. Fica de observação... no dia seguinte a gente fica sabendo o que foi que aconteceu, se tá bem, se num tá. Comigo num aconteceu e óia que já fui cortá em São José do Rio Preto, Araçatuba... [...] O máximo foi de 22, 23 tonelada. (*Milton, município de Batatais*).

Ainda que a questão da ação imediata na prestação de socorro ao acidentado tenha sido normatizada pela NR 31, o que se observa é que a problemática das condições precárias de trabalho ainda é uma realidade. Esta foi destaque no relato de Milton, bem como no do trabalhador Rafael de 41 anos, morador em Ituverava que está há 12 anos na atividade de cortador de cana, declarando que:

Óia, vou te dizê que já cortei 20 tonelada. Achei que tava com tudo, mas fui pra casa passando mal, arrebetado. Fiquei até com problema nesse braço aqui (*mostrando o braço esquerdo*)! Hoje ele dói e foi daquele dia. [...] É serviço brabo, esse. Já cheguei até vê gente que faleceu. (*a pesquisadora solicitou que o informante expusesse com maiores detalhes o ocorrido*) Foi assim, nós tava trabalhando né? A pessoa

passou mal e deu câimbra... e foi dando câimbra nele, dando câimbra e depois deu enfarte, sabe? Enfartou e ele, coitado, num conseguiu arresisti e morreu mesmo. *(sobre os primeiros socorros)* Sempre tem ambulância, fica lá na roça sempre e, se acontecê de alguém passá mal, já é socorrido na hora, socorre ali mesmo. [...] Era um hõmi já de idade, já tinha uns 45, 50 ano... ele tava acostumado, já fazia bastante tempo que ele cortava já. Era do Maranhão. [...] Eu, pra mim, na época foi abuso, sabe? Certeza que foi do serviço. Antes tinha muito disso, hoje já é tudo mais cuidadoso, né? *(Rafael, município de Ituverava)*.

No discurso acima dois aspectos são avaliados como mais significativos: o primeiro se remete ao fato de um trabalhador com no máximo 50 anos ser denominado como “um senhor já de idade”; no segundo, o fato de Rafael estar convicto de que a intensificação do trabalho foi determinante para o episódio do falecimento, ainda que o cortador estivesse acostumado com a atividade.⁸

O senhor Carlos, residente no município de Patrocínio Paulista, começou a cortar cana aos treze anos de idade. Natural do estado de Pernambuco, atualmente está com 43 anos e há sete está na região. Problemas semelhantes aos depoimentos anteriores foram ressaltados, inclusive, as diferenças entre o Sudeste e o Nordeste. O senhor Carlos explica que:

Fora daqui comecei a trabalhá na cana com treze, quatorze ano. Só que lá *(Pernambuco)* é um pouco diferente daqui. [...] Ah... lá a gente tem que cortá, amarrá... as veiz tem um acidentado por causa de que....a máquina num vai, né? *(referindo-se a terrenos íngremes)* Aí quem vai é nós com os animal, né? Os burro, essas coisa assim. [...] Aí eles traz pro ponto e aí chega o carro e pega. Pega e leva pra usina. [...] Agora só que aqui é diferente... só que mais pesado um pouco... aqui é mais pesado, né? Aqui teve dia de chegá e cortá 20, 22 tonelada. [...] É, dá mais... dá quase... óia dá um caminhão de cana. *(Carlos, município de Patrocínio Paulista)*.

Ainda em relação ao trabalho, a questão salarial foi abordada, sobretudo, se a pesagem e o pagamento efetuado pela usina eram correspondentes ao que haviam produzido diariamente. A resposta dada pelo Senhor Carlos opõem-se as demais, pois ele afirma que:

⁸ A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, professora livre docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara/SP), diz que a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia. Esse esforço físico encurta o ciclo de trabalho na atividade. “Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à do período da escravidão.” (ZAFALON, 2009, online).

Não, às vez é que... assim, é que as pessoa pensa assim, que tem rolo, né? Só que assim, o que é que eles faz: eles mede certinho, traz o caminhão, coloca em cima e leva, mas leva uma pessoa pra conferi lá na usina, entendeu? (*Carlos, município de Patrocínio Paulista*).

Entretanto, um trabalhador do município de Ituverava mencionou, informalmente que, em muitas usinas nas quais trabalhou era proibida tal medição por parte dos trabalhadores. Explicou que, aproximadamente há dez anos, em uma das empresas, para que acontecesse tal conferência, arranjos variados foram pensados pelos próprios trabalhadores e, o único aprovado pelo grupo se deu por meio de repasse, dois metros de cada cortador, para aqueles que se dispusesse a verificar se o peso da cana correspondia ao produzido.

Já o trabalhador Milton explica como ocorre a pesagem da produção da seguinte maneira:

Tem usina que pesa direitinho, tem usina que não. Passou dois, três dia pra pegá a cana pra pesá. Aí perde quase a metade do peso. Eles róba pra eles. Quando demora eles tira muito. Que assim, tem diferença de cana, tem cana que o preço é ruim, tem uma mais boa de cortá. [...] Que tem primeiro corte, segundo corte, terceiro, né? (*Milton, município de Batatais*).

Quanto à questão do método utilizado para pesagem da cana cortada, dois trabalhadores afirmaram existir irregularidades e um trabalhador informou que esta ocorre de maneira correta. Mas a problemática que se estabelece é o de serem obrigados a apresentar uma produção com a mesma qualidade e mesma quantidade de cana cortada, competindo com os maquinários cada vez mais potentes empregados nesta atividade produtiva.⁹

Dos dez trabalhadores entrevistados, dois relataram ter passado mal durante o corte da cana. Deste modo, constatam-se variados comprometimentos na saúde dos cortadores de cana, sejam decorrentes do esforço físico e em circunstâncias climáticas adversas, seja por lhe ser negada adequada alimentação, entre outras necessidades físicas básicas.

⁹ Sobre a exploração do trabalho no corte manual da cana, o Ministério Público do trabalho questiona a relação entre os salários pagos aos trabalhadores e o aumento da produtividade destes: O cortador tem um salário fixo mensal de 400 reais, e ganha mais 2,50 reais por tonelada de cana cortada. Com isso, a maioria dos bóias-frias ganha de 700 a 800 reais por mês, mas há cortadores que se esforçam para obter até 1.500 reais, cortando até 20 toneladas de cana por dia. (MINISTÉRIO..., 2006, online).

O Senhor Bengo, 66 anos, é um ex-cortador de cana do município de Ituverava, residente no município de Franca e, há aproximadamente 10 anos, aposentado. Este trabalhador se casou por quatro vezes e ficou viúvo das quatro mulheres, tendo 18 filhos. Precisou cuidar de duas meninas e um menino sozinho.

Com relação às condições de trabalho, segundo ele, as diferenças na maneira como a exploração ocorria há 15 ou 20 anos são as seguintes:

Eh, fia, antes é que era duro, de sol a sol. Começava hora que o sol começava a nascê e só parava quando tava quase anoitecendo. [...] Caia pra dentro da cana de manhã e só saia de lá de noite. E ai de quem num cortasse 08, 10 tonelada, ia pra rua na certa.

(perguntado sobre o trabalho hoje)

Então, meu fio cortava até uns cinco mês, cortando numa usina lá de Guará, né? Hoje ele tá de pedreiro. Mas hoje o povo obriga pará pra descansá, bebê água, essas coisas, mas antes num tinha nada disso não!

(ao ser perguntado sobre a condição dos trabalhadores)

Ocê sabe que meu fio disse que via gente ficá ruim, mas vou te dizê, na nossa época de cortadô num tinha isso não. Parece que o povo era mais forte pro serviço! *(Senhor Bengo, município de Franca).*

É verdade que no passado o processo de trabalho também era árduo e o ritmo daqueles que ganhavam mais dinheiro também era muito intenso, mas a grande distinção do trabalho hoje e a do passado é que as exigências e metas de produtividade não eram absurdas como são no momento. Se há 15 anos, um trabalhador cortasse uma média de 5 toneladas por dia, ele poderia ser contratado na próxima safra, e atualmente requer-se de 10 a 12 toneladas (SILVA, 2006).

Violações de toda ordem, tanto no trabalho rural, como urbano seja dos direitos trabalhistas e, essencialmente, dos direitos humanos são constatados no país e, no primeiro caso, estas evidenciam as mazelas resultantes do processo de “modernização” agrícola que, na atual conjuntura, se mostram fortalecidas com o agronegócio. Dado coletados em página eletrônica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciam que em 2010, no Estado de São Paulo, 53 autuações de trabalho escravo foram registradas e em 2011, foram 20 autuações, todas no município de São Carlos, sendo 07 trabalhadores menores. Já no que diz respeito às ocorrências de superexploração do trabalhador, 32 autuações se deram em fazenda de propriedade da CUTRALE, no município de Itatinga (CPT, 2010/2011, online).¹⁰

¹⁰ Acessar as subcategorias: Trabalho Escravo e Superexploração.

Deste modo, a constatação de que, em pleno século XXI ainda existem trabalhadores nessas condições de exploração permite a convicção de que a necessária superação desta realidade não se constituirá por meio da ampliação de inovação tecnológica no campo e em virtude de uma reordenação produtiva decorrente do agronegócio.

Aparecida, única mulher que concordou em ser entrevistada, tem 45 anos, corta cana há mais de uma década e reside em Ituverava. Esta foi uma entrevista particular pelo fato do entendimento acerca do cotidiano em relação à questão de gênero neste tipo de trabalho ter sido propiciado, além da significativa ampliação no que se refere aos dados e informações coletadas. A atividade no corte da cana realizada pela mulher inclui, no âmbito físico, particularidades decorrentes do condicionamento corporal, isto é, devido à extrema força requerida pelo trabalho.

Neste sentido, o questionamento realizado primeiro foi em relação às distinções entre o trabalho masculino e feminino:

Mas o serviço é pauleira, mas pauleira mesmo! Você num tem ideia do que é acordá as quatro, cinco da manhã pra pegá no pesado. E ainda eu tenho um problema que muita muié num tem: eu sou vaidosa! (*risos*). [...] Num saio de casa sem batom na boca. Aí os cabra fica com raiva de ver [...] De batom e tudo cortá melhor que eles. (*risos*). Mas teve dia deu exagerá, sabe? Causa que tava precisando de uns troco a mais pra cuidá do meu fio. (*Aparecida, município de Ituverava.*)

Esta trabalhadora relatou que teve um filho que nasceu com a saúde muito debilitada devido à má formação cerebral e segundo ela, os cuidados com a criança ficavam com a irmã, com quem reside até hoje. O filho sobreviveu até 20 anos e, aproximadamente há 5 anos veio a falecer.

Nossa que sofrimento, viu? Ter um fio assim num é bolinho não, dá muito gasto. Mas eu dei de um tudo que pude pra ele e sei que ele foi feliz! Todo mundo dava muito amor pra ele. Sei que ele tá olhando e sabe o quanto a gente ama ele, quanto ele ensinou nós a dá valor em coisa boba, como podê comê, bebê, sair de casa pra passeá, essas coisa, né? Tinha que trocá a sonda, fralda, e eu ficava na roça pensando assim: Nossa como será que ele tá agora? (*Aparecida, município de Ituverava.*)

Esta trabalhadora informou que, atualmente, sua saúde está debilitada em decorrência do trabalho na cana, com dores na coluna e ombros. Mesmo assim, diz que tem força para continuar e que “nem isso” lhe tira o humor, a disposição para

trabalhar. É impressionante ver a maneira como esta trabalhadora expõe as dificuldades que passou. Disse que vários foram os dias em que tinha que parar seu serviço para ajudar outros trabalhadores que passavam mal e que, embora isso nunca tenha acontecido a ela, afirma saber como é difícil “a situação do cabra que borra”.¹¹ Sobre o trabalho de outras mulheres e uma possível modificação profissional afirma que:

Que nem eu penso... É pesado o serviço? É. Mas pra trabalhá em casa de madame num dá não. Ocê já trabalhô alguma vez de faxineira? É muita humilhação, elas faz a gente de pano de chão e ainda por cima nem registrá elas registra. Trabalhei, sim, quando precisei, mas ainda prefiro a cana. Se eu num der produção eu me entendo é com o chefe e depois volto pro serviço no dia seguinte. Sem ter que ficá olhando pra cara dele o dia todo. Também se sabe que já toquei bar? Os piauí ia pra lá e gostava... ah se gostava. (*risos*). (*Aparecida, município de Ituverava*).

No que se refere ao modelo familiar, ao ser tomada a forma nucleada como a ideal, com o modo patriarcal de organização “concretizado” por um longo processo histórico e revitalizado na atual cultura capitalista, múltiplas possibilidades de organização familiar são consideradas como “desestruturadas”.

Se por um lado, certa dinamicidade social propiciou a superação de modelos de família até então definidos, seja pela inclusão de parentes ou agregados, ou apenas o pai, ou mais frequentemente, apenas a mãe constituindo o núcleo da formação no contexto familiar, por outro, há que se ressaltar a mudança do papel da mulher, do âmbito privado para o público. Esta ocasionou uma sobrecarga de tarefas vinculadas à organização do lar, ao cuidado para com a educação da prole e agora, com a ampliação de suas *responsabilidades* incluída, particularmente, a do sustento familiar.

Neste sentido, certa elasticidade ao conceituar a categoria família se faz necessária por se estruturar de diversificados modos de vida e referenciais que norteiam sua existência, isto é, a esfera familiar constitui-se por meio de múltiplas maneiras econômicas e sociais de arranjos, podendo tanto ocorrer de por meio de relações de opressão como pela via libertadora, em seu espaço privado.¹²

¹¹ Borrar: expressão utilizada pelos trabalhadores quando ocorre algum desmaio (SILVA, 2006).

¹² Bruschini (1997, p. 75) compreende que: “No âmbito familiar e privado, há que se observar criticamente o tratamento indiferenciado das propostas de política públicas, sejam as direcionadas às intervenções no espaço privado ou ainda através de resultados de pesquisas censitárias. A análise crítica a ser realizada é que nas propostas governamentais, não se considera as transformações econômicas, políticas e sociais, tampouco expressam o aspecto democrático na relação ao estado/sociedade civil.”

Perguntada sobre como era para ela, enquanto mulher, lidar com a clientela masculina do bar, Aparecida diz:

Óia, hôme machista tem em todo o canto, né? Mas óia o tamanho do meu braço [...] Se algum falava coisa atravessada eu logo falava pra eles ir pra casa e colocá uma saia. Porque num gosto de choração de hôme. *(risos)*. Mas com tempo eles foi me engolindo. Hoje, tudo eles me respeita. Agora num sei se de coração ou de medo mesmo! *(risos)*. Só parei de tocá bar quando meu fio ficou maiorzinho, que daí as coisas que precisava foi ficando caro. *(Aparecida, município de Ituverava)*.

Ainda a questão do preconceito, seja em relação ao trabalho na cana, seja na administração de um bar foi colocada pela entrevistadora e ainda, pelo fato de ser significativa a migração de trabalhadores do estado do Piauí no município de Ituverava, a entrevistada chama de “os piauí” todos os migrantes, mesmo não sendo piauienses. Aparecida, sempre com humor, responde que:

Se o cara é ou num é do Piauí num sei, mas veio daquelas banda. E ôtra, cabra que apela, perde. Se não sabe brincá eu me afasto e passo a chamá de senhor: Bom dia, boa tarde, como vai o senhor? Aí é que eles fica triste mesmo. *(risos)*. *(Aparecida, município de Ituverava)*.

Notadamente na cultura ocidental as relações de gênero se mostram estruturadas por meio de certa disputa não apenas no âmbito profissional, mas na esfera social: no primeiro aspecto, a divisão sexual do trabalho significou baixa remuneração do trabalho feminino se comparada ao masculino e, no segundo, tanto para homens e mulheres, tal emancipação ocasionou uma distinção entre o espaço público/privado e determinaram maior liberdade de escolha, seja na sua relação conjugal, seja na possibilidade de divorciar-se, ou de associar-se ao mesmo gênero. Também esta liberdade pode ser verificada, por exemplo, no caso feminino, de mulheres poderem frequentar locais vinculados ao público masculino e administrarem estabelecimentos, como o exemplo de Aparecida e o bar.

O trabalhador Juliano, residente no município de Patrocínio Paulista, tem 27 anos, natural da cidade de São Benedito/PE e assim descreve suas condições de trabalho:

É, num é bão serviço não. Eu acho que... desde os meus dezesseis ano que eu trabalho no corte, só que fichado faz cinco. [...] É, nós faz uma comida na casa, de vez em quando, a gente toma uma cerveja, come, janta e vai dormi. No dia seguinte, começa de novo. *(Juliano, município de Patrocínio Paulista)*.

Destaca-se no caso acima, o fato do trabalhador que tem 27 anos, como já mencionado, durante seis anos, ter seus direitos trabalhistas negados, considerando que o registro em carteira se deu há cinco anos. Apesar de se constatar avanços no que se refere à garantia de direitos trabalhista no meio rural, como a NR 31 e uma fiscalização mais intensiva, segundo dados do DIEESE (2011, p. 270), entre 2003 e 2010 no Brasil, o total de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas foi de 42.290, sendo os maiores índices encontrados em 2006, com o saldo de 8.010 e em 2007, com 7.293.

Na entrevista com o jovem Damião, com 22 anos, nascido na mesma cidade que Juliano e com apenas 06 meses na atividade de cortador, se por um lado pode ser percebido certo entusiasmo por estar na região Sudeste do país, por outro, quando perguntado o que achava do seu trabalho, as condições precárias, bem como a maneira com que o migrante é tratado, o assunto foi abordado da seguinte maneira:

Rebaixa a gente demais. Também é cansativo, tem gente que tem que ter respeito do que a gente faz. Bem dizê, a gente trabalha pra família. [...] Assim, que nem... um serviço de futebol... tem gente que ganha mais de 70 mil e pro caso do futebol. Que nem... a gente ganha é mixaria, né? Ai tem que ter um pouco de respeito com o que a gente faz. Que é um pouco cansativo... na verdade, muito cansativo! Tem que ter respeito do que a gente faz, porque tem muito preconceito com o que a gente faz. É um serviço digno. [...] Que a gente num consegue outras coisa, então... que a gente num conseguiu. Falo por mim, eu num consegui. (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

Tal debate se consolida, sobretudo, quanto à percepção da vivência dos trabalhadores rurais assalariados, migrantes ou não, no que diz respeito ao mundo do trabalho e lazer, no caso, citando o futebol e suas possibilidades de enriquecimento.¹³ Neste ponto, cabe observar, sobretudo a problemática da intensidade, tanto da atividade em si quanto dos aspectos relacionados à insalubridade, situação já constatada em várias pesquisas que, por sua vez, limita igualmente a disponibilidade de “tempo livre” voltado à prática do lazer cultural.

Quanto às atividades de lazer, todos os entrevistados ressaltaram o cansaço no final do dia e assistir televisão é a única atividade que fazem, quando a exaustão

¹³ Ainda a este respeito: “Em 2008, pesquisadores da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) observaram que o desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de um maratonista. Um estudo sobre o corte manual da cana-de-açúcar no interior paulista sobre a ergonomia no trabalho do cortador, afirmou que em apenas 10 minutos esse trabalhador corta 400 Kg de cana, realiza 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes.” (JUTEL, 2008, online).

permite. Diante deste cenário de precarização das condições de trabalho, falar sobre o desenvolvimento do lazer se coloca como um grande desafio, contudo a problemática incide também de maneira imperativa no debate sobre o desenvolvimento e busca de saltos qualitativos nas formas pedagógicas potencializadas pelos tempos e espaços voltados ao lazer.

4.2.1 Atividades cotidianas praticadas nos períodos do “não-trabalho” e os meios de comunicação

A elaboração mental do lazer deve corresponder a múltiplas necessidades e estabelecer um traço fundamental de vivência dos sujeitos no mundo do trabalho. A própria carência em si da disponibilidade de tempo para o lazer é um fator de grande relevância ao impossibilitar criar alternativas de representação social, incluída a cultural, de reflexão crítica e contraponto à exploração sofrida no âmbito material.

No que se refere à TV e ao rádio observa-se em relação ao modelo de renovação da concessão das emissoras, que a fiscalização das programações apresentadas não ocorre. Conforme artigo 221 da CF 1988, estas devem privilegiar programas educativos, informativos e culturais que abarquem a diversidade cultural popular e regional do país.

A análise deste aspecto deverá considerar a centralidade da questão do poder, na organização social. Lebrun (2003, p.19) ressalta que,

Uns sustentarão que o poder-dominação não é um fenômeno necessariamente vinculado a toda organização política, e que só caracteriza uma sociedade sob certas condições, patológica (sociedades de classes). Os outros (e, modestamente, estas páginas inscrevem-se nesta segunda linhagem) pensam que nenhuma organização política, pelo menos moderna, poderia funcionar sem haver dominação _ e que o único problema político é, então, saber qual é o melhor modo de determinar e adequar esta última _ em função, é claro, dos valores e da escala de valores escolhidos.

Segundo informação disponível em página eletrônica do Observatório da Imprensa (LIMA; LOPES, 2007, p. 10), as falhas relativas ao sistema de concessões brasileiro, de maneira geral são especialmente duas “brechas” legais: a primeira, a transformação das retransmissoras mistas em geradoras educativas que se remetem diretamente à segunda “brecha”, que se resume no fato de que as outorgas cedidas às

transmissoras caracterizadas como “educativas” estão dispensadas do processo licitatório.

Mesmo com as mudanças ocorridas após 1988, o princípio perverso na concessão e renovação de emissoras de televisão se estabeleceu ao ser privilegiada a liberação de tais serviços segundo interesses políticos partidários.¹⁴

Atualmente, o governo de Dilma Rousseff aprovou alterações nesta lei, no que diz respeito ao obrigatório pagamento de outorga (na regra anterior, uma caução era exigida no valor de 1% e, com a mudança, passou para 10%). Quanto às condições técnicas e financeiras para administrar o serviço, estas devem ser comprovadas, tendo em vista a promessa de uma fiscalização mais rigorosa em relação a esses critérios.

Entretanto, mesmo com as mudanças aprovadas em 16 de janeiro de 2012, estas não esclarecem como se dará a fiscalização dos conteúdos exibidos. Tampouco se alterou o período em que a concessão é válida, sendo de 10 anos para emissoras de rádio e 15 para TVs (legislação criada em 1962 com a implantação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT)).¹⁵

Quando perguntados o que fazem quando chegam depois do dia de trabalho, no caso de Roberto as informações foram as seguintes:

Quando chego em casa é descansá, só descansá pro outro dia, né? Cerveja, só final de semana e na TV mais é novela mesmo, que eu gosto de acompanhá. (*Roberto, município de Batatais*).

Os tempos de lazer voltados para o entretenimento com a televisão e rádio se dão pelo fator do custo baixo¹⁶ e durante a semana, a exaustão é de tamanha intensidade ao término do trabalho que, sair de casa ou realizar qualquer atividade que exija o mínimo de esforço físico se torna impraticável, inclusive ficando comprometida a atenção para com a própria família. Igor e Rafael ressaltam a convivência familiar.

¹⁴ “Ao todo, 52 deputados (10,15%) e 18 senadores (22%) são sócios ou associados de emissoras de rádio e TV. No mandato de 2005-2008, 147 prefeitos eram proprietários de emissoras de rádio ou TV. Das 2.205 rádios comunitárias autorizadas pelo Ministério das Comunicações de 1999 a 2004, 1.106 (50,2%) tinham vínculos políticos. [...]. Pretende [a ação] apenas que o STF defina se tal controle viola preceitos constitucionais fundamentais.” (ABERT, 2011, online).

¹⁵ (INTERVOZES, 2007, p. 5).

¹⁶ “Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, já em 2001, 89% dos 46.507.196 domicílios brasileiros tinham televisores, enquanto 88% possuíam aparelhos de rádio. A PNAD diz mais: 38,6 milhões das TVs são coloridas e 3 milhões são em preto e branco.” (REIS, 2006, online).

Ah, eu gosto de curtir a família, ficar com a esposa, com os filhos, assistir uma televisão, descansar bastante, é o que eu gosto de fazer. E eu gosto de jornal, adoro jornal e não gosto muito de novela, não. (*Igor, município de Ituverava*).

Quando chego de tarde, eu tomo banho, fico curtindo a família um pouco, mas quando trabalha muito, muito mesmo, bastante puxado, é tempo de banhá e deitá, num dá nem pra televisão. Mas quando dá, vejo mais jornal, notícia, né? Já filme num é muito não. Num gosto dos filme da TV porque é muito repetido. Nem de política. Quando tem horário político, essas coisa, desligo logo. Pra mim é muita... é tudo mentiraíada o que eles fala. (*Rafael, município de Ituverava*).

Já o Senhor Bengo, ao dizer o que pensa sobre a programação televisiva observa que, dentre as coisas que lhe interessam estão o jogo de futebol e noticiário. O que se ressalta da fala abaixo é a consciência do trabalhador que as informações veiculadas não correspondem necessariamente a um fato verídico. Ele afirma que:

Os único programa que assesto é, de noite, o jornal, né? E mesmo assim sei que metade do que fala lá é lorota. Mas num exemplo, se dá de perdê o Jornal Nacional, parece que aconteceu coisa grave e nós num fica sabendo, né? [...] Ah... final de semana tem jogo também! (*Senhor Bengo, entrevistado do município de Franca*).

Além da preocupação com as concessões públicas, também está presente a responsabilidade estatal em relação à fiscalização dos conteúdos exibidos, notadamente, critérios e prioridades a serem respeitados juridicamente, considerados princípios idealizadores da política pública de acordo com a CF de 88 (FRANCISCO, 2007).

Por mais que exista o conceito do livre-arbítrio dos homens, o problema se encontra na utilização dos recursos públicos e do respeito aos direitos de todo trabalhador, bem como de todos os brasileiros. Com a exibição de conteúdos que obedecem a interesses de empresas controladas por apenas 11 famílias no país, manipulam-se informações e restringe-se a qualidade da prestação de serviços que por ser de domínio público deveria, por sua vez, atender a interesses públicos.¹⁷

A propagação de ideologias visivelmente alienantes é considerada por Aparecida ao opinar sobre a programação disponível na televisão aberta:

¹⁷ A título de exemplo, cabe destacar os casos da rede Record e Rede Vida, assim como o da Rede Globo e fatos considerados importantes devem ser lembrados como o exemplo da manipulação política no programa Jornal Nacional e o boicote a mobilização popular em favor das Diretas Já ao divulgar que, a concentração de paulistanos na Praça da Sé, em 1984 visando à aprovação das Diretas Já, se tratava de mera comemoração do aniversário de São Paulo. Ou ainda a preferência evidenciada das Organizações Globo, na eleição de 1994 à presidência, durante a retransmissão do último debate entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello a este último (KEHL; BUCCI, 2004, p. 199-210).

Vixe menina, se acha que perco tempo com televisão? Só passa porcaria! As novela, você assiste um capítulo e sabe até como vai terminá. Aquela bobagem de TV Fama é ôtra. [...] Filme, é tudo igual e, no final de semana, se acha que fico na frente da TV? Vou logo sair pra gandaiá que ganho mais. (*Aparecida, município de Ituverava*).

Veja-se que o aparelhamento ideológico serve de suporte também para expansão e defesa de interesses no campo político, através do controle estreitamente vinculado a partidos, ou mesmo de caráter moralizante no caso das instituições religiosas. Quanto à programação disponibilizada pela mídia televisiva no que se refere à diversificação nos conteúdos, Juliano explicita não encontrar muitas informações sobre seu local de origem.

Eu gosto de assisti televisão. Eu gosto de assisti televisão... é repórti, jogo, uns filme legal. (*sobre o acesso a informações de sua região*): [...] Assim... coisa da minha terra mesmo a gente vê pouco, né? Só quando... tipo... a Rede Globo vai lá, buscá alguma coisa lá e aí passa, né? A Rede Globo, a Bandeirante, essas coisa aí, mas vê pouco as coisa lá da nossa terra. (*quando perguntado o que gosta de assistir*) O que eu gosto assim... de assistir de programa se tá falando? (é) Eu gosto mais da Ana Hickman, né? Que tem aqueles programa de piadas... eu gosto muito de ver a Ana. Passa um porção de programa legal, né? Igual, tipo na Globo, tem uns programa, igual o do... daquele... daquele fortinho lá... é...que passa à tarde, no domingo. [...] É, Faustão... tem o Domingo Legal, na SBT, né? Tem um monte de programa legal. Na Record, tem aquela Ana Hickman que gosto. (*Juliano, município de Patrocínio Paulista*).

Preocupações em relação ao lazer cultural e a exploração capitalista se colocam à margem do processo de avaliação, elaboração e gestão da política pública, configurando a não garantia da reprodução sociocultural desses trabalhadores e uma supervalorização da imagem e do consumo (KEHL; BUCCI, 2004, p. 230).

Entretanto, certo “desligamento” do mundo real, o do trabalho, se torna uma necessidade ao trabalhador, visto que, está submetido a uma constante “pressão”, sobretudo, no que se refere à possibilidade da condição de desempregado se tornar realidade. Por um lado, se impõe certo condicionamento em relação ao período de lazer, negando-o. Por outro as práticas e disposições consolidadas perpassam por uma espécie de “válvula de escape” necessária ao trabalhador (MARCELLINO,

1992). Os discursos de Damião e Carlos refletem essa realidade da seguinte maneira:

É só deitá, né? Televisão de vez em quando e final de semana... gosto de Ana Hickimam, Rodrigo Faro, Faustão, sessão da tarde. (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

Aí então, quando eu chego em casa...é.....ai eu faço o que tem que fazê em casa. Ai eu faço uma janta, uma coisa assim e aí... que eu faço... janto e vou dormir. (*quando perguntado o que gosta de assistir*) Na TV? Ah, eu gosto de assisti várias coisa, o que tá passando eu to assistindo. [...] É novela, é... aqueles programa lá, é o que passa. (*Carlos, município de Patrocínio Paulista*).

O programa televisivo “Domingão do Faustão” é aqui considerado como um lazer reiterativo, conformista e o lazer que se busca deve ser tratado exatamente, pela perspectiva de uma educação política crítica.¹⁸ O espaço do tempo de lazer, como “tempo livre”, será então o espaço de “criação de cultura” ou se, se quiser, de criação da política. Aponta-se que na ciência, Kuhn (1998) estabelece análoga distinção entre a “ciência normal”, como “montagem de quebra cabeças” e a ruptura do paradigma científico.

As condições objetivas sobre as quais se desenvolvem as práticas e a formação cultural para a vivência do “tempo livre” no universo do trabalho devem ser destacadas, podendo-se afirmar ainda que o lazer cultural e o trabalho são antagônicos assim como o “inverno” e o “verão”.

Ainda com relação aos meios de comunicação, a questão da propaganda e marketing do agronegócio foi trabalhada, bem como o papel da mídia de modo geral com relação a este marketing. A pergunta feita aos trabalhadores foi em relação às propagandas que tratam do agronegócio¹⁹ e todos declararam se tratar de informações inverídicas:

¹⁸ Padilha (2000, p. 31-32) esclarece que: “Acreditar no lazer como momentos semelhantes aos que se passariam num paraíso é esconder muitas diferenças existentes na vida em sociedade, além de estar sendo extremamente romântico. É preciso compreender o lazer como elemento de uma cultura no seu sentido mais amplo que pode contribuir bastante para atenuar os efeitos provocados não só pelo trabalho como pelo ritmo acelerado da vida moderna.”

¹⁹ A título de exemplo: Em de 2009 uma nova fase da campanha entrou no ar, com o slogan: “Agronegócio: você também faz parte”. Como estratégia para contribuir para eliminar os “pré-conceitos” ligados ao setor, nas novas peças publicitárias a palavra Agronegócio ganhou contornos diferentes: AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo. (ABARGRP, online).

Ah, eu acho tudo enganação. Que num é aquilo, eles promete uma coisa e na hora que dá o trabalho é ôtra. (*Roberto, município de Batatais*).

Óia, eu acho que eles fala mentira. Que eu acho que, pro que eles fala, num é do jeito que eles fala não! Só quem trabalha lá é que sabe. (*Milton, município de Batatais*).

Eu num sei, acho que na maioria das veiz num é verdade não, as coisa que fala. (*Renato, município de Batatais*).

Uma espécie de “controle social”, que não advém da violência física, mas a partir da cultura e da propagação de ideias oportunas ao capital, via-de-regra se dá na forma midiática, padronizada e fragmentada, que por sua vez, ocasiona distorções para além das bases econômicas, também no domínio da subjetividade. Esta pode ser mais facilmente percebida em relação à migração de trabalhadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assim como a discriminação e o preconceito por parte dos trabalhadores do próprio município, considerando-os “forasteiros” (SILVA, 2006).

Ao opinar sobre a propaganda do setor canavieiro Juliano, ressalta sua condição de trabalhador rural:

(risos) Falando da cana? É...né? Assim, de verdade eu corto cana, mas só que eu queria muito de ter um serviço melhor, sabe? Só que não tive uma oportunidade de estudá, né? Eu não tive oportunidade de estudá, de fazê uns curso legal. Se eu tinha a oportunidade, com certeza eu num taria cortando cana hoje. Mas só que dou graças a Deus no que eu tenho, no que eu sou, entendeu? Que é daí que eu tiro meu sustento, que mantenho minha família... Só que eu queria ter oportunidade que eu num tive, né? Eu espero ter mais pra frente. Com fé em nosso Jesus Cristo... com fé que vou ter um dia. (*Juliano, município de Patrocínio Paulista*).

Tem vez que acho legal e tem vez que num acho legal, não. É pro causa de muito preconceito que tem. Que tem muito preconceito por essas parte. E num tem que ter por essas coisa que [...] O importante é que cara tá trabalhando, vale é que ser digno. É o que o cara tá fazendo, é o serviço dele? Num tá matando, num tá robando... é também um serviço digno e... eu acho importante que é isso. (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

Tanto na exposição seguinte quanto na anterior, entende-se que a propaganda vende não apenas uma mercadoria, mas um padrão de vida e, principalmente, de felicidade. Para Matuck (1995, p. 17) o entendimento quanto ao papel da televisão perpassa, sobretudo, pela questão da luta de classes, já que:

“Sendo um instrumento de comunicação de mão única, volta-se para o exercício de autoridade e de um poder das classes dominantes sobre os trabalhadores.” Desta maneira, a crítica realizada pelo trabalhador Carlos, principalmente ao abordar o tema do preconceito reflete o papel dos meios de comunicação de massa, ao deixar de lado as contradições da exploração do trabalho, obviamente, ficando à parte, ao divulgar conteúdos que, na verdade, estão comprometidos apenas com o aspecto mercadológico e alienador.²⁰

Num fala um monte de coisa, como o jeito que trata nós. Num mostra porque a gente vem trabaia aqui. Você sabe por que? Que nem eu falei, vem porque precisa, porque precisa mesmo. Aí vem tudo quanto pode, vem sim. Só que, como falei procê, eu num falei é todos preconceituoso. Num tem todos... assim, tem uns que acolhe. Tem ôtros que... que nem a gente tá aqui, né? Se vê a gente aqui, já corta pro outro lado. Tem ôtros que passa, que cumprimenta a gente, entendeu? Então é isso aí que eles faz. Ninguém vai fazer... assim, julgar... causa de uma, duas pessoa julgar todo mundo, entendeu? Mesmo coisa é o que eles devia fazer com nós de lá. Num pode julgar sem saber que é a pessoa. Tem as gente que fala que o cabra num presta, que isso, que num sei quê. [...] Só que lá (*Pernambuco*) ainda é um lugar bão, é bão de viver, entendeu? Só que num... é... num tem uma opção pro serviço, tá entendendo? Aí, nós faz o que? Tem que sair fora mesmo. (*Carlos, município de Patrocínio Paulista*).

A deterioração das relações de trabalho instauradas no campo é visível, traduzida na péssima condição de vida do cortador manual da cana-de-açúcar, tanto em seu aspecto econômico, quanto político e cultural. Em sua maioria são trabalhadores que, encontrando dificuldades de permanecerem em regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, procuram melhores condições de vida em locais considerados mais desenvolvidos economicamente, em especial região Sudeste.

Óia, pra te falá verdade, de todo quanto de serviço que trabalhei... vejo meus colega de trabalho....acho muito sofrido, sabe? É sofrido. Mas só que por enquanto é o jeito que tem, né, pra sobrevivê. Óia, das vez, as pessoa aqui, a maior parte das pessoa fala tudo que nordestino vem pra aqui pra bagunçá, pra fazê isso e num sei o que mais. Num é isso, não! O nordestino vem pra cá pra consegui alguma coisa, pra trabalhá, entendeu? Porque gente daqui mesmo, num tem tanta coragem pra trabalhá que nem os nordestino tem. De chegá, chegá cedo e pegá num

²⁰ Não é mais tão fácil perceber que se trata de propaganda e que há pessoas tentando convencer outras a se comportarem de determinada maneira. As idéias difundidas nem sempre deixam transparecer sua origem nem os objetivos a que se destinam. Por detrás delas, contudo, existem sempre certos grupos que precisam do apoio e participação de outros para a realização de seus intentos e, com esse objetivo procuram persuadi-lo a agir numa certa direção (GARCIA, N. J., 1994, p. 11).

podão e cai dentro de uma cana braba daquela, entendeu? Pouca gente acho que tem. Acho que... de cem se tira uma, duas pessoa daqui que faz isso daí. Então, acho que eles devia oiá, devia vê, é isso daí. Num devia oiá de cara ruim, entendeu? Oiá pro lado de preconceito, entendeu? Das vez o preconceito, das vez é grande, né? Acho que num devia fazê isso daí, porque o nordestino vem pra cá é pra buscá... atrás de alguma coisa, ocê tá me entendendo? Num vem pra bagunçá... que se fosse pra bagunçá ficava por lá mesmo. Isso aí é o que mais tem de lá. É... então acho é isso daí. (*Carlos, município de Patrocínio Paulista*).

Ao considerar que esta categoria de trabalho tem seus conflitos intensificados pelo desenvolvimento do capital, o trabalho assalariado no campo é aqui analisado em estreita relação com o processo de modernização agrícola. Investigar a categoria do lazer cultural na perspectiva de formação e transformação político-crítica dos sujeitos implica em conjecturar inclusive a construção de “visões de homem-mundo” diferenciadas.

Durval Albuquerque Júnior (2006) analisa como se formou a questão do preconceito contra a origem geográfica, no caso aqui destacado, em relação ao nordestino entendendo que o homem sertanejo sofreu tipificações de toda ordem, fortalecidas, criadas e recriadas, por exemplo, na literatura, pelo discurso e pela estruturação da chamada “indústria da seca” por parte de políticos igualmente nordestinos, pela música, pelo cinema e, fundamentalmente, pela televisão.²¹

Quanto às declarações dos trabalhadores migrantes, praticamente todas se remeteram ao problema do preconceito, particularidade essencial para a compreensão do quadro de conflitos.

²¹ Ainda afirma Albuquerque Júnior (2006, p. 108-109) que: “O discurso da seca, uma arma poderosa das elites nordestina para reivindicar verbas, empregos, investimentos, privilégios de toda sorte junto ao governo federal, usada ao longo de todo o século XX, vai tomar este fenômeno como explicativo de todos os problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados por este espaço. A migração crescente de nordestinos para os grandes centros urbanos do Sul, que vai se incrementar a partir dos anos 1930, notadamente quando no final desta década se constrói a Rodovia Rio-Bahia, e os caminhões paus-de-arara começam a circular, acabando com a peregrinação a pé até a cidade de Juazeiro, na Bahia, a descida do Rio São Francisco em barcos até a cidade de Pirapora, em Minas Gerais, onde se tomava o trem até São Paulo ou o Rio para realizar a migração, é atribuída e explicada pela ocorrência das secas, marcando todos os migrantes nordestinos com a pecha de retirantes ou flagelados, quando, na verdade, esta vinha apenas a agravar as causas mais fundamentais deste processo migratório que eram a concentração da propriedade da terra na região, as péssimas condições de trabalho oferecidas por uma economia em estágio ainda incipiente de capitalização e as modalidades de relações de trabalho aí prevaletentes que não privilegiavam o assalariamento, nem respeitavam as leis trabalhistas, daí porque para a maioria dos migrantes nordestinos receber salário e ter sua carteira de trabalho assinada se transformam numa verdadeira conquista, uma espécie de símbolo de sua mudança de vida e status ao se mudarem para o Sul do país.”

Destaca-se que distintas são as relações instauradas pelo mundo do trabalho, no conflito relacionado de modo específico ao corte manual da cana e observou-se que todos os discursos se referiram à condição degradante desta atividade.

Não, o serviço é mais pior mesmo, é bem pior! Num é realmente como eles mostra, não. Na realidade é mais difícil, é mais doído, mais sofrido, né? (*Igor, município de Ituverava*).

Num acontece nada disso que eles faz. Lá num tá acontecendo aquilo lá não. No serviço eu digo. Eles fala que é melhor, que isso, que aquilo ôtro, mas bão mesmo só pra eles que é bão. (*Aparecida, município de Ituverava*).

Pelo fato do trabalhador não se identificar enquanto classe oprimida em virtude da rejeição social a que está submetido, esta situação pode ser verificada tanto no plano do lazer e da convivência propriamente dita, quanto no âmbito cultural e artístico. Os desvios educacionais, de produção cultural e de formação cidadã obedecem ao mesmo padrão midiático. Da mesma forma também que se discute a criação de uma TV Pública no Brasil, aqui se sugere que haja também um debate sobre a legislação para as concessões às rádios comunitárias, bem como a existência de fraudes na abertura de empresas em nome de indivíduos que sequer tinham tomado conhecimento do fato.

As ideologias veiculadas de forma sutil nos meios de comunicação de massa permitem aos interesses que os controla a formação de uma mentalidade coletiva orientada para a garantia destes mesmos interesses. Por isso um mercado se constitui movimentando quantias significativas por parte dos grupos envolvidos. O que se pode perceber, é que se por um lado há uma crescente desobrigação social no controle aos “bombardeios mercadológicos” sofridos não só pela classe trabalhadora, mas também pela detentora do capital. Por outro se acaba camuflando aspectos ideológicos intrínsecos à formação dessa mesma sociedade (MATUCK, 1995, p. 19).

Ao invés das disparidades no âmbito cultural e de lazer serem minimizadas, elas acentuam-se com esta inversão de prioridades, verificadas tanto em relação aos equipamentos, quanto ao incentivo às manifestações culturais próprias da classe trabalhadora. Esta realidade também pode ser constatada nos incrementos da esfera tecnológica, sobretudo com altos investimentos nos meios de comunicação em geral, particularmente conferida à TV digital em prejuízo do desenvolvimento da esfera radiofônica.

Segundo dados divulgados em página eletrônica sobre a espécie de vínculos detectados nas 2.205 rádios comunitárias outorgadas entre 1999 e 2004, 45,5% eram políticos e 50,2% religiosos (LIMA; LOPES, 2007, online). No caso da condição dos trabalhadores migrantes, como as músicas próprias dos estados de origem não são muito difundidas em programações de rádio no Sudeste, o questionamento feito a estes trabalhadores foi se ao ligarem o rádio era possível encontrar as músicas que gostavam e quando não, qual era alternativa utilizada. Nas falas que se seguem, a problemática da indústria cultural pode ser constatada, embora não tenha sido utilizada tal expressão:

Então, as música de lá é um pouco diferente da de cá. Assim... eu ouvo rádio aqui, só que as música que toca lá são mais diferente, né? Porque aqui toca mais as raíz, toca mais é... assim... sertanejo, né? E lá toca mais é um forró gostoso, uma lambada da boa (*risos*), essas coisa... Aí, nós curti assim... porque nós tem celular de cartão de memora. Aí nós traz as música lá, nós põe no cartão e ove no celular, no cd de som e é assim. (*Juliano, município de Patrocínio Paulista*).

Lá é mais de forró, aqui é mais de sertaneja, né? Então traz cd de lá e curte um som, das vez um dvd, né? [...] É quase o preço mesmo do daqui, mesma coisa do de lá. Cd encontra barato em quase tudo que é canto, né? (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

A identificação entre os trabalhadores pode ser fortalecida quando a autenticidade das manifestações artísticas é percebida. Entretanto, para que tal fortalecimento se efetive, as atitudes que limitam tal transformação podem ser observadas na legitimidade, na validade do que é apreciado artisticamente pelos sujeitos e a cultura à qual se identifica, sobretudo, por meio da negação do “novo”, bem como na depreciação do que pode ser considerado “velho” no âmbito cultura (VILELA, 2004, p. 13).

Esta negação do “novo” se faz presente no depoimento do senhor Bengo, ao afirmar que as músicas de “antes tinha letra”, pois o trabalhador diz não se sentir contemplado ao ouvir a programação de rádio:

Nossa senhora, as música de hoje num dá não! Quando ligo o rádio só escuto AM, que passa coisa boa, né? Se já oviu a música do pedaço de couro? Ela começa mais ou menos assim: “Um pai trata dez fio, dez fio num trata dum pai”. Antes tinha letra, hoje só tem um povo pra reclamá que largô muié... (*risos*) O problema num é... isso daí, mas já que vai falá da muié tem que falá bunito, num é não? (*Senhor Bengo, entrevista de Franca*).²²

²² Na verdade o título da música é “Couro de Boi” de autoria de Palmeira e Teddy Vieira (1954). (TEDDY..., 2009, online).

Ao se analisar os relatos dos trabalhadores, de maneira geral, percebe-se que a influência da indústria cultural se dá de modo mais acentuado nos trabalhadores da região Sudeste. Pelo fato de serem naturais do município de Ituverava, sempre residirem nesta cidade e talvez, por apresentarem faixa etária abaixo dos 50 anos (relativamente novos), pode-se constatar certa excepcionalidade quanto às preferências musicais que se diferem daquelas relatadas pelos trabalhadores migrantes.

Mesmo assim, está expressa nas falas dos sujeitos, migrantes ou não, a persistência e a resistência cultural, no sentido de manter sua singularidade, suas particularidades na vida cotidiana. Também a crítica ressaltada pelo Senhor Bengo²³ quanto ao fato de não se sentir contemplado com a programação radiofônica não se coloca para os entrevistados de Ituverava. Perguntou-se sobre as preferências musicais e opinião acerca da programação de rádio.

As respostas foram as seguintes:

Gosto de pagode, sertanejo...

(ao ser perguntado sobre a programação de rádio)

Ah, eu acho boa a programação. É boa, toca muita coisa boa, né? As informações... é bem legal. *(Igor, município de Ituverava)*.

Sertaneja e... tipo quando mais novo, escutava muito o Raul Seixá. E isso daí. [...] Nas rádio não ouvia música das antigas, não. Mas a nova é boa também. *(Rafael, município de Ituverava)*.

Ah...rádio eu escuto muito. É o que mais vejo no dia a dia. Eu gosto de sertanejo, de balanço e também, assim... tenho no pen drive Raça Negra, Legião Urbana, Cássia Eller. *(Aparecida, município de Ituverava)*.

As manifestações artísticas e culturais, de maneira resumida, motivam a reflexão crítica e racional, embora estejam no domínio de uma esfera subjetiva. Exercem, portanto, uma função pedagógica em certa medida. O aspecto crítico-político relacionado às contradições socioeconômicas e culturais no mundo do trabalho tem a capacidade, através das disposições dos sujeitos, à superação de preconceitos, além

²³ José de Souza Martins (1975, p. 105) compreende que: "A música caipira nunca aparece só, enquanto música. Não apenas porque tem sempre um acompanhamento vocal, mas porque é sempre acompanhamento de algum ritual de religião, de trabalho ou de lazer. Mesmo a chamada moda-de-violão, denominação genérica de canto rural profano, não aparece senão acoplada a algum rito."

de provocar transformações essenciais na organização da classe trabalhadora.²⁴ Sobre a cultura de massa e a música, Viana (2003, p. 71):

Parto da idéia de que a cultura de massa é paradoxalmente universal nas sociedades integradas ao modo de produção capitalista, ou mundo globalizado, mas extremamente diversificada em forma e conteúdos. Existem expressões musicais de diversas ordens, e sua especificidade não se anula em função da equivalência fundada no valor de troca. Isto é, música na cultura de massa não se reduz ao estatuto de mercadoria; mas enquanto mercadoria, além de ser produto de trabalho, de interações sociais específicas, é potencialmente um continente de significados coletivamente atribuídos.

A ausência de tempos/espacos direcionados ao lazer e a cultura pode ser observada na fala dos sujeitos sendo importante notar, nas próximas descrições que, nas relações capitalistas vigentes a luta pelo reconhecimento como direito de valer-se de sua expressão cultural e assegurarem sua própria identidade se impõe. Quanto à limitada abrangência à diversidade cultural na difusão de manifestações artísticas populares, no caso dos trabalhadores migrantes, os efeitos do padrão imposto pela indústria cultural são mais significativos, tal como se percebe nos relatos de Roberto e Renato:

Ah, num acha as música de lá não. Tem que ser cd, dvd e aí tenho que ir lá no Guará pra comprá coisa diferente. Que aqui num tem, né? Daí das vez, compra original, mas tem vez que é pirata mesmo... que é caro, dependendo da fama que a banda tá, né?(*Roberto, município de Batatais*).

Então, se ligá o rádio num dá pra ouvi as música de lá não! Só se pegá em cd, essas coisa. Eu gosto mais de forró e sertanejo, né? (*Renato, município de Batatais*).

Ressaltam-se dois principais aspectos quanto às implicações, sobretudo da indústria cultural na particularidade dos trabalhadores migrantes: o primeiro decorre do fato das emissoras de rádio não contemplarem uma variedade musical em sua programação e, conseqüentemente, estes trabalhadores terem seu direito ao acesso a bens culturais negados; o segundo aspecto, reporta-se ao alto valor cobrado pelas

²⁴ Ainda sobre os desvios com relação às concessões de televisão e rádio, tem-se este exemplo: “Na época presidente da República, o hoje senador José Sarney (PMDB-AP) escreveu entre 1987 e 1988 um decisivo capítulo da história da radiodifusão no País ao distribuir concessões de rádio e TV a aliados políticos. [...] Motter concluiu que Sarney entregou 79 rádios FM, 59 AMs e 30 geradoras de televisão a um total de 91 parlamentares federais. Apenas três dos deputados e senadores beneficiados disseram 'não' à emenda constitucional que garantiu a Sarney cinco anos de mandato. Beneficiário direto ou indireto de 21 estações retransmissoras de televisão (RTVs) distribuídas no governo Fernando Henrique, o grupo Sarney é no momento uma potência na área de comunicação.” (JOSÉ..., 2008, online).

gravadoras, sendo impossibilitada a aquisição de cd's e dvd's originais, tal como ressaltado pelo trabalhador Roberto. A título de exemplo, ainda no que se refere à democratização do acesso a bens culturais de maneira geral, no sentido de viabilizar a aquisição de cd's, dvd's, outro mecanismos de incentivo apresentados pelo MINC, merece destaque o Programa Vale-Cultura.

Este é destinado à classe trabalhadora, foi aprovado pelo Projeto de Lei nº 5.998 de 2009 e funciona da seguinte maneira: a) repassa ao trabalhador o valor de R\$ 50,00 mensais, tendo descontado 10% deste valor em folha; b) pessoal e intransferível, tem validade em todo território nacional; c) tem acesso privilegiado aqueles trabalhadores que recebem até 5 s/m; d) trabalhadores com salário acima deste valor terão acesso à política apenas se esta estiver garantida aos primeiros; e) neste último caso, o desconto em folha poderá ser entre 20 a 90% do valor liberado.²⁵

Neste sentido, para que os recursos sejam realmente dirigidos à promoção da democratização cultural, coloca-se a imprescindível superação das contradições detalhadas neste capítulo, sobretudo na reelaboração de critérios que normatizam os financiamentos e os modelos de incentivo, assim como a revisão jurídica no que se refere à promoção de bens culturais e de lazer.

4.2.2 Atividades praticadas no final de semana

A realidade nos municípios aqui considerados em relação à disponibilidade de equipamentos de lazer e cultura está diretamente ligada ao financiamento advindo do governo federal, sendo a discussão proposta neste subitem direcionada aos critérios e valores dos recursos liberados pela Lei Rouanet.

Em matéria da Revista Caros Amigos, que trata da gestão da política pública de cultura, alguns dados foram apresentados e o direcionamento da verba pública privilegiando alguns setores foi apontado como o principal equívoco de funcionamento da lei:

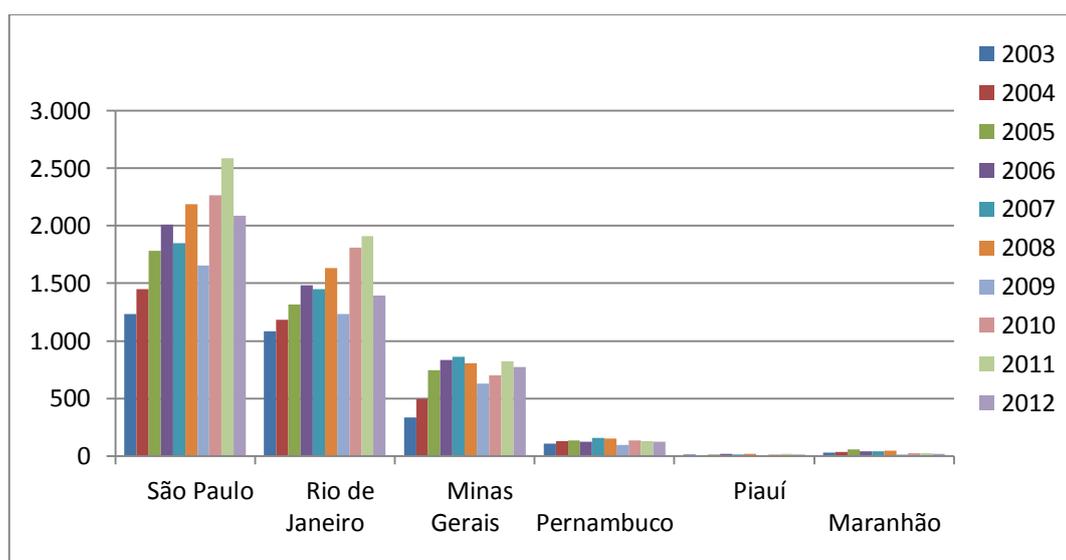
²⁵ Segundo matéria da Folha de S. Paulo: "Sem vetos, a presidente Dilma Rousseff sancionou ontem o Vale-Cultura, benefício de R\$ 50,00 mensais para trabalhadores gastarem em cultura. O pagamento deve começar no segundo semestre de 2013, pois o governo federal tem prazo de 180 dias para regulamentar a medida. A demora em instituir o Vale Cultura tem consumido o poder de compra do benefício. Desde que foi proposto no Congresso, em 2009, a corrosão já chega a 16,9%, de acordo com a FGV (Fundação Getúlio Vargas), e pode atingir 20% em julho se seguir a média dos últimos três anos." (ODILLA; GUERLENDIA, 2012, p. A7).

Por meio de renúncia fiscal, foram disponibilizados 12 bilhões de reais nesses 20 anos da Lei Rouanet. [...] Contudo, 50% dos recursos estão concentrados em cerca de 100 captadores. A outra metade fica com 20% deles. E os outros 80% dos proponentes não captam nada. E mais: apenas 5% dos projetos aprovados pela Lei Rouanet são realizados. (PARMEZANI, 2012, p. 11).

Ainda segundo a mesma matéria, do total dos recursos liberados em 2009, 34,79% concentraram-se em São Paulo, 34,62% no Rio de Janeiro, com apenas 1% dos investimentos liberados para o Distrito Federal e mais outros 27 estados, sendo que os estados do Acre, Roraima e Tocantins não obtiveram incentivo nenhum. São Paulo e Rio de Janeiro concentraram 70% dos recursos previstos para 2009 e a crítica que deve ser feita com relação a revisões propostas na legislação é que, enquanto se discute a execução da política pública de cultura e lazer o princípio que a rege não é examinado, evidente, no âmbito governamental ou, por exemplo, pelos conselhos participativos, consultivos, entidades artísticas (PARMEZANI, 2012, p. 12).

No gráfico abaixo se constata que a região Sudeste foi privilegiada na liberação de recursos. Já os estados do Piauí, Pernambuco e Maranhão foram menos contemplados: o estado de São Paulo teve um total de 2.091 projetos incentivados em várias áreas, o Rio de Janeiro 1.396, seguido de Minas Gerais, com o total de 775 projetos, Pernambuco teve 122, Piauí 10 e Maranhão, 18 projetos aprovados.

Gráfico 3 - Quantidade de Projetos Via Mecenato - ano/Estado



Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, online.

Apesar desta centralização de incentivos no Estado de São Paulo, no município de Batatais/SP, em dois anos (2010 e 2011), foram aprovados, via mecenato, 12 projetos pela Lei Rouanet, destinados a diversas áreas no valor de R\$ 116.785,08. A área da música foi privilegiada, com o total de R\$ 77.785,08, sendo o projeto “Plano de Manutenção-Juventude tem Concerto -Temporada 2011” obteve o maior valor, R\$ 75.000,00 com o restante da verba R\$ 2.785,08 investida em outros oito projetos.²⁶

A tabela abaixo mostra a destinação dos recursos no município de Batatais segundo categoria cultural.

Quadro 2 - Projetos incentivados via mecenato Batatais – 2010/2011

Área Cultural	Valor do Incentivo
Música	50,04
Música	50,04
Música	80,00
Música	2.325,00
Audiovisual	2.000,00
Música	120,00
Música	60,00
Audiovisual	7.000,00
Música	50,00
Artes Cênicas	30.000,00
Música	75.000,00
Música	50,00
Total	116.785,08

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, online.

Também se destaca o Projeto Guri de Batatais, que promove cursos de violino, viola erudita, violoncelo, contrabaixo acústico, clarinete, flauta transversal, saxofone, trompete, trombone, bombardino, percussão e canto coral, projeto este voltado a crianças e jovens de 8 e 18 anos e mantido em parceria com o governo do estado e Associação Amigos do Projeto Guri. Segundo informações da Secretaria de Educação

²⁶ Cabe uma observação sobre os recursos colocados à disposição das administrações municipais que, não sendo objeto do presente trabalho de pesquisa, reveste-se, contudo, de um peso que justifica chamar a atenção para ela. Ainda que não se tenha sistematizado dados, afirma-se que os problemas da cultura nas cidades do interior, tem conhecimento disso, embora praticamente nunca haja interesse em tratar do assunto. Estes recursos, na maioria dos casos (até mesmo de forma esmagadora) acabam sendo utilizados em projetos voltados para as assim consideradas “elites” locais, ficando restrito a manifestações artísticas absolutamente distantes dos trabalhadores. Na realidade a mesma crítica se aplica às entidades do chamado “Sistema S” (SESI, SENAI, SESC, SENAC) que embora do ponto de vista das formalidades jurídicas não sejam estatais, utilizam recursos compulsórios garantidos, por lei, e recolhidos pelo Estado.

e Cultura houve um “Miniencontro de Corais” com a participação dos grupos de Altinópolis, Miguelópolis e Guará (PREFEITURA MUNICIPAL DA INSTÂNCIA TURÍSTICA DE BATATAIS, 2012a, online).

Ainda segundo as informações coletadas em página eletrônica da prefeitura municipal, o Projeto “Baile na Praça: a dança de casal está de volta” foi efetivado em 2012 em diversas praças da cidade, entretanto, o acesso a estas programações não foi relatado por nenhum dos trabalhadores entrevistados (PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BATATAIS, 2012b, online).

Na fala de Renato e de Roberto a questão da “identificação” de grupo é tematizada da seguinte forma:

Final de semana... é... só da forró só, né? E o daqui é mais ou menos. O de lá é bem melhor que o daqui também. E lá a gente tá pra casa dos amigo... aqui num tem isso, o povo num mistura, né? Daqui mesmo é difícil arrumá amigo assim. (*Renato, município de Batatais*).

Os forró que é bom. Os forró daqui... é ou xote ou sertanejo e eles fala que é forró, mas num é não, pra nós num é! Que forró mesmo é diferente. [...] Aqui o divertimento é ficá em casa e o povo num conversa muito com que é de lá, né? Então num tem muita amizade pra sair, não. Aí fica mais é nós mesmo... num diverte que nem lá. Quando sai vai pra bar, né? Ou então eu vou pro Guará, que tem mais piaui, né? Só que mais divertimento é quando dá sexta, mas como no sábado trabalha no horário igual de semana ... Que assim, era pra pará de feriado, de sábado e domingo, mas lá trabalha direto. (*quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer*) Ah... sei não. Qualquer jeito aqui num vai ter mesmo, então num sei! (*Roberto, município de Batatais*).

Ressalta-se nos discursos abaixo a reprodução de uma concepção de lazer padronizada, vinculada ao aspecto consumista ou a atividades praticadas pela classe dominante se distanciando da perspectiva cultural mais próxima dos trabalhadores. Ocorre que nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, ganha importância considerar que, sob este ângulo, do tempo do trabalho e do “tempo livre”, grupos dependem do trabalho assalariado para garantirem a sua sobrevivência, se opondo àqueles grupos que tem sua sobrevivência garantida independentemente da necessidade de trabalhar.

Esta distinção pode ser comparada com o anseio declarado por Milton de viajar pelo mundo:

Num chega final de semana pra dá uma saidinha, num forrozinho, nalgum baile. [...] Eu cheguei aqui nessa cidade e o primeiro que eu fui num achei muito bão não. Achei melhor mesmo é os do Piauí. Ai tem vez que sai pra um barzinho também, um forró, mas vem embora cedo também. Tem que trabalhá na segunda, então é repousá.

(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer) Ah... eu queria viajá, tá em alguma praia bonita, eu queria é viajá no mundo a fora aí. (Milton, município de Batatais).

O município de Ituverava, com 38.695 habitantes, segundo o censo do IBGE 2010, conta com dois centros culturais, quatro bibliotecas, um cine teatro. Segundo página eletrônica da prefeitura estão em fase de conclusão às obras para a implantação da Praça de Exercícios do Idoso, resultado de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Ituverava, o Fundo Social de Solidariedade de Ituverava e o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP) (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA, online).

Em 2009, o município obteve R\$ 414,10 de incentivo da Lei Rouanet, em 2010, R\$ 454,01 e em 2011 o total de R\$ 676,67, divididos entre as áreas de humanidades e música. Como o poder público, seja ele municipal, estadual, ou federal concebe de maneira secundária a necessidade de investimento no lazer cultural, a elaboração, efetivação e avaliação da política pública fica comprometida.

As ações das entidades acima descritas são importantes, mas não abrangem o trabalhador do corte da cana. Igor descreve suas atividades de lazer:

Final de semana, assesto filme, gosto de assisti filme. Gosto de assistir um filme bão. Assesto televisão, é de quando assá uma carinha com a família... é o que eu gosto de fazê, ficá mais na família, né? Também pra pessoa descansá, a pessoa descansa no final de semana, a pessoa na segunda-feira vai mais disposta, né, pra trabalhá, né? Agora, se num descansa, num tem um lazer, assim, ele não vai trabalha direito, até o serviço dele não vai progredi bem, né? Ele num vai tá feliz, né? Ele não descansô nada, não divertiu, só trabalhô, né? Passa rápido o final de semana, passa muito rápido. Podia assim... ser mais demorado um pouco. [...] Então eu acho que é isso daí.

(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer) [...] o que que eu não faço e queria fazê: das vez ir pra praia, né? Aí eu não faço porque... assim... por questão de dinheiro. Que fica caro né, pra gente ir da cidade que a gente mora pra uma praia, fica caro. Então é uma coisa que eu queria de fazer e não faço, levá minha família na praia. (Igor, município de Ituverava).

Por um lado, pelo seu acesso facilitado, os meios de comunicação de massa se colocam como uma das formas mais notadas de ocupação do “tempo livre”. Por outro,

estes podem limitar seu desenvolvimento cultural e de criação de identidade, devida a imensa “carga ideológica” propagandeada pelo capital para a criação e satisfação de novas necessidades caracterizadas pelo consumismo.²⁷

A pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, p. 242), em sua obra intitulada “Errantes do Fim do Século” destaca que, objetivando um maior controle produtivo, a estratégia empregada foi a de “premiar” trabalhadoras que cumprissem suas funções de maneira exemplar, com viagens à praia ao término da safra. Rafael, ao afirmar que a usina podia “dar” um clube, demonstra a profundidade em que uma visão paternalista facilita a implementação de processos capazes de estabelecer um controle dos sujeitos em todas as esferas de suas vidas, incluindo os períodos e permitindo bloquear a possibilidade de uma reflexão crítica acerca das relações de trabalho.

Tem final de semana que a gente deixa alguém em casa com a menina e vai pro forró dos piauís. É que dá até inveja deles, que o forró deles pra mim é melhor, né? As vez vem até banda de fora, lá da terra deles pra tocá.

(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer) Ah... ir num clube...tem um clube, uma água pra gente refrescá, essas coisa. Aqui mesmo num tem, né? Que só eu, a muié e a menina. Podia levá elas. A usina podia dá um. Mesmo dentro do serviço, sabe? Final de semana podia ter um clube, a usina é muito grande, né?*(Rafael, município de Ituverava).*

Final de semana... saio com o namorado. Ai nós vai numa lanchonete, num forró animado, é o que tem pra ir. [...] Que num é caro, coisa de dez real que paga pra entrá. Quando tem parque na cidade ele me leva. *(quando perguntada que atividade gostaria de praticar no momento de lazer)* Ah... pegá praia, né? *(Aparecida, município de Ituverava).*

Na fala do Senhor Bengo as atividades por ele praticada hoje, na condição de aposentado são comparadas com as de um tempo anterior, quando cortava cana:

Quando era moço saia bastante, sabe? la pros forró, pros bar, essas coisa? Hoje que tô aposentado, que que eu faço...eu acordo mesmo horário que nos dia de semana e, como sou caseiro, vou dá uma oiada na casa do homem e aguá as pranta. Depois vou cuidá das galinha, vou prantá meus feijão, vou fazê isso daí. [...] Durante a semana faço uns bico na chácara aqui vizinha, mas aí no final de semana quando tem tempo também vou lá. [...] Aí mais ou menos na hora do almoço, quando a fia me chama, eu tomo uma cachacinha pra abrir o apetite,

²⁷ Padilha (2006, p. 147) analisa que: “Em geral, as abordagens críticas do lazer _ de inspiração marxista _ visam entendê-lo como um fenômeno social que, por estar inserido numa sociedade contraditória, é ele também, cheio de contradições. Assim, o lazer é um tempo que serve tanto para o consumo manipulado pela publicidade que prioriza o lucro dos capitalistas como para a possibilidade de transformar-se em tempo de reflexão e práxis.”

almoço e tiro uma soneca. *(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer)* Ah, fia, véio num tem querê não! *(Senhor Bengo, entrevista Franca).*

As consequências decorrentes da falta de equipamentos de lazer cultural prejudicam tanto a percepção político-crítica no mundo do trabalho, quanto seu autorreconhecimento enquanto sujeito histórico, determinando inclusive suas aspirações de cunho subjetivo, tal como observado no trecho final da entrevista. Além do fato destes fatores terem tornado frustradas as “expectativas” de consumo criadas pelo capitalismo, estas são condições sobre as quais se desenvolvem as práticas e a formação cultural que, por sua vez reflete na negação do indivíduo a uma possível vivência do “tempo livre” no universo do trabalho (PADILHA, 2006, p. 26).

Já no município de Patrocínio Paulista, segundo o Departamento de Cultura ocorreu o evento “Nossa Gente, Nossa Cultura”, com shows de violeiros e artistas regionais (PATROCÍNIO..., 2012, online), como também um Campeonato Paulista de Bandas e Fanfarras. Nesta cidade não há cinema, nem teatro e segundo a mesma fonte acima citada, alunos das escolas foram levados até Franca para assistirem uma peça teatral.

Veja-se as falas dos trabalhadores deste município:

Ah, quando num tô trabalhando eu tomo uma cerveja, ou um forró e tem que dançá legal, né, pra curtir. Quando a gente chega em casa, nós chega umas quatro hora, quatro e meia, aí toma um banho, faz o que tem que fazê, e quando é à noite nós vai sair. Dá uma divertida, né? *(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer)* É...ter uma vida, dez não, vinte vez melhor do que eu tenho. (risos). Tá sempre assim, na beira duma praia, né? Curtindo umas onda, andá de jet-ski... andá de jet-ski, andá de lancha, surfá, pra mim ia ser um lazer. *(Juliano, município de Patrocínio Paulista).*

O que tem aqui... um forró de final de semana, de vez em quando ir lá e é só isso mesmo. Uma cervejinha de vez em quando. Curtir a vida... que a vida é curta, né? Dançando, bebendo e é só isso mesmo. *(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer)* Ia no cinema. Até agora num fui não, tenho muita vontade de ir vê uma coisa assim, de comédia que acho legal, né? Filme pra mim é de ser de comédia. *(Damião, município de Patrocínio Paulista).*

No discurso de Juliano, destaca-se o modo como o lazer é percebido quando se reporta ao padrão de consumo da classe dominante, diferentemente da percepção de Damião quanto aos anseios em relação ao “tempo livre”. Assim, na primeira fala, a reprodução de uma ideologia hegemônica pode ser constatada no fato do trabalhador

considerar o dinheiro essencial às práticas do lazer. Entretanto, os sujeitos vivem uma experiência que não incorpora estas possibilidades. Como fetiche maior desta cultura, o dinheiro provoca uma ilusória sensação de desenvolvimento interno quando se vincula a percepção de “conquista”.

Na realidade, o dinheiro possibilita uma única coisa: a aquisição de mercadorias, que hoje, como no passado, deveriam ser, mas não são considerados apenas “objetos” que “atendem” as necessidades do homem com o que se coloca um dos principais obstáculos para a formação de sujeitos que possam conquistar transformações sociais. Portanto, a atribuição às mercadorias desta capacidade de realização das pessoas, consiste numa maneira “mágica” de compreender a realidade, um enfeitiçamento do modo de perceber o mundo e o homem.

Dessa forma, inverte-se a premissa de que apenas o homem, como sujeito histórico, pode ser o agente de criação de um mundo dotado de sentido e de que, nesta perspectiva, os “objetos” são apenas instrumentos a serem utilizados para tal finalidade. Ainda a condição crítica dos sujeitos se educarem por meio do lazer pode se efetivar desde que haja o desenvolvimento de uma formação crítica e não de uma manipulação que conduz a uma cultura alienada.

De maneira geral, a carência de lazer dirigido a uma formação crítica tende a gerar um relacionamento social limitado a uma rotina culturalmente pobre, que impede a possibilidade do surgimento da noção de identidade de classe e coletividade. É isso que se explicita na fala seguinte:

É... de final de semana é forró. Eu gosto assim, de um forrozinho, assim. Desde lá, sempre gostei de um forró. Aqui tem sempre. Quer dizer, sempre não... não sempre, tem no domingo aqui. No centro comunitário, lá em cima tem lá. [...] Lá é bão, sossegado. Tem muita gente... é... de terceira idade, né? Num tem bagunça, nada, sossegado... então é bão, eu acho. Por mim... né, de minha parte, né? Que o trabalho é... quando trabalha num tem santo. Então chega em casa é já sai. Divertir um pouco entendeu? Que a semana inteira trabalhando, aí final de semana.... Ficar em casa num dá. Aí tem que fazer alguma coisa. . Graças a deus eu....sobra um pouquinho pra divertir no final de semana. É o único divertimento que eu tenho! Tem que dar jeito de sobrar.
(quando perguntado que atividade gostaria de praticar no momento de lazer) O que eu gostaria de fazer? **(pensativo e repetindo a pergunta pra si mesmo)** Eu acho que.....eu acho assim.... quando eu to nesse tempo aí, acho que o que eu gostaria de fazer eu sempre faço, eu sempre faço. As vezes a gente reúne, faz um churrasquinho na casa de um colega. As vezes meu filho: “pai vamo ali num banho” e tal, nois vai sossegado. Então isso aí. Eu acho que aí, neste ponto aí, graças a deus, pra mim, num falta muito coisa não. (Carlos, município de Patrocínio Paulista).

Pelo fato de o trabalhador, num primeiro momento, se colocar em silêncio e, em seguida, repetir pra si mesmo a questão colocada e demonstrar dificuldade em pensar seus anseios, constata-se que as limitações econômicas e o quadro de ausência de oportunidades de experiências culturais enriquecedoras daí decorrentes determinam visões de mundo e concepções de vida social, incapazes de funcionar como motivações que levem os sujeitos a se tornarem participantes autônomos do contexto cultural, social e político que os rodeia. Quanto à situação do acesso ao lazer cultural no município de Franca, dentre as entidades atuantes, destaca-se o Instituto Práxis e seu Cineclubes “Pedra No Sapato”.

O polo cultural de Franca, que tem como órgão gestor a Fundação Esporte, Arte e Cultura (FEAC), apresenta espaços voltados ao desenvolvimento de projetos da seguinte maneira: 1) Museu da Imagem e Som (MIS) de Franca; 2) Teatro Municipal “José Cyrino Goulart”; 3) Pinacoteca Municipal “Miguel Ângelo Pucci”; 4) Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”; 5) Praça da Cultura (anexa ao Teatro Municipal); 6) Sede provisória da FEAC; 7) Teatro de Bolso (anexo ao Teatro Municipal).

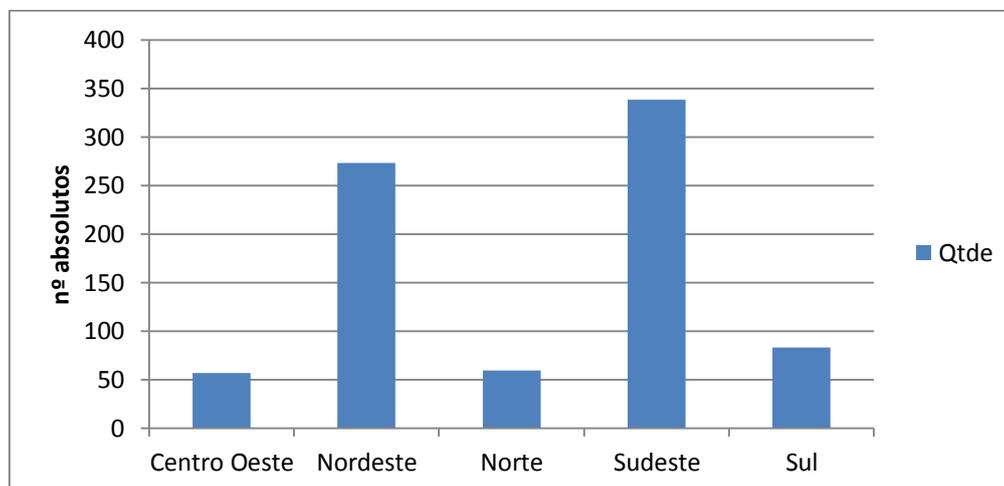
Contudo, dentre as críticas a serem feitas com relação ao incentivo cultural no município a principal é que a FEAC tem sob sua gestão as áreas de esporte e cultura com significativa priorização de investimento destinado ao time de basquete do município, ficando a arte e a cultura em segundo plano. Ainda que o governo municipal não declare de quanto foi o recurso destinado a cada setor, em sua página eletrônica encontram-se dados do ano de 2011 revelando que R\$ 5.202.683,54 foi o total repassado para a fundação e que R\$ 16.508,42 foram utilizados com premiações culturais, artísticas, científicas e desportivas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, online).

Hoje no município, tem-se ainda a atuação do SESI para apresentações e fins teatrais em espaço próprio, o que sem dúvida se mostra relevante, mas é necessário considerar que o montante de recursos utilizados pela entidade é muito superior em comparação aos bens culturais que poderia promover.

Ressalta-se, dentre as ações e programas do MinC, o Programa Ponto de Cultura que visa promover iniciativas culturais já existentes por meio de convênios estaduais e municipais em parceria com a chamada Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) já em funcionamento. O gráfico a seguir mostra a quantidade de projetos implementados em 2012, que comprova a concentração dos recursos destinados a este programa no Sudeste, com o total de 338 projetos, seguida

da região Nordeste, com 273, da região Sul, com 83, a região Norte com 59 e a Centro Oeste com 57 projetos aprovados.

Gráfico 4 – Pontos de Cultura Aprovados - 2012



Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, online.

No município de Franca, um projeto foi viabilizado pelo Ministério da Cultura e desenvolvido pelo Instituto PRÁXIS. Criado em 2005, como entidade sem fins lucrativos, em 2009 se tornou um Ponto de Cultura, o “Pedra No Sapato”. Segundo página eletrônica da entidade:

Tito Flávio ressaltou que o Instituto assinou no 15 de novembro último contrato com a Secretaria Estadual de Cultura e tornou-se oficialmente um ponto de cultura, somando-se aos outros dois projetos aprovados em Franca (Cavalcadas e FETANP), sendo que cada unidade receberá por ano R\$ 60 mil para realizar projetos. A proposta do IPRA é de realizar ações culturais em 3 anos (2010 a 2012). (SOUZA, 2009, online).

Ainda o Ministério da Cultura via Edital de Pontos de Mídias Livres patrocinou também o projeto Memórias da Resistência e repassou R\$ 100 mil para o trabalho proposto pelo Instituto, com tiragem inicial de mil exemplares e publicado pela editora Expressão Popular. O custo para aquisição da obra é de R\$ 15,00 (LIVRO..., 2012, online). Ainda assim, a negligência com relação ao significado das políticas públicas culturais pelo poder público do município de Franca também está presente.

4.2.3 Cinema e teatro

As potencialidades instigadas pelas artes cinematográficas e teatrais por sua atividade estar vinculada a um espaço público, significa que se direcionado de forma coerente à realidade vivenciada pelo trabalhador, este pode contribuir para uma reflexão de caráter político, cultural, econômico e artístico comum aos sujeitos. (BERNARDET, 1980, p. 15) Assim, de maneira geral, entende-se que, os códigos inerentes a arte, as percepções instigadas por imagens, musicalidades, entre tantas outras formas de manifestação culturais propiciam, sob este ponto de vista, uma transformação dos indivíduos em sujeitos coletivos.

Portanto, através destes estímulos, a identidade de classe se constitui e/ou é fortalecida e, para além da luta de classes, pode ser vislumbrada uma perspectiva da totalidade e concretização de “saltos qualitativos” em relação à visão de homem e mundo, tal como anunciado por Gramsci (1995).

De todas as formas de lazer talvez o cinema e o teatro possam ser considerados aquelas com um maior potencial para uma formação crítica. Entretanto, aí se colocaria, de maneira muito forte, a necessidade de uma política cultural, uma vez que é necessário intervir tanto na produção como em estratégias que garantam aos trabalhadores o acesso à mesma. Porém, para isso, é preciso superar a lógica do mercado capitalista. Pesquisa realizada pelo Codes, Silva e Araújo (2011, p. 123-146) aponta que, com relação ao conjunto de práticas culturais, 56% dos entrevistados declararam que existem barreiras para o acesso aos equipamentos de lazer: 71% apontam que o obstáculo decorre dos altos preços; 62% apontaram o problema da distância; 42,8% consideraram as atividades enfadonhas e; 51,8% afirmaram que as barreiras decorrem dos horários inadequados.²⁸

Já com relação ao acesso ao cinema, 54% raramente frequentam, 9,4% frequentam todos os dias e 9% ao menos uma vez por mês. A comprovação do cenário acima descrito está na fala dos trabalhadores no que se refere ao acesso a bens culturais e como ocorre a limitação de espaços/tempos de lazer, sendo as indagações feitas em relação ao cinema e teatro. Aos que não conheciam, perguntou-se se tinham

²⁸ Schiavinatto (2011, p. 13) esclarece que: “A pesquisa foi realizada em três ondas, as quais contemplaram cada uma, três temas distintos investigados. A primeira onda foi composta pelos temas justiça, segurança pública e cultura e foi feita entre os dias 17 e 31 de maio de 2010, com total de 2.888 entrevistas, em 151 municípios brasileiros.”

vontade de conhecer e aos que se já foram, o que acharam. As respostas dadas foram as seguintes:

Não, nunca fui [...] tenho vontade de ir sim. *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro)* Também não. [...] Se tivesse jeito eu queria conhecer. *(Roberto, município de Batatais).*

Fui não. Vontade eu tenho, né? *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro)* Não. [...] Tenho sim. *(Renato, município de Batatais).*

Não, ainda não.
(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro) Fui nada. [...] Se desse tenho. *(Milton, município de Batatais).*

Em cinema já, já. Achei bom, gostei. *(foi em Recife?)* Não, eu ia quando eu morava no interior. No Recife nunca fui. Lá em São Benedito tinha, né, agora num tem mais. Num tem que [...] essas coisas, cidade pequena, acabou isso aí. *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro)*. Não, teatro não. Queria ver sim. *(Carlos, município de Patrocínio Paulista).*

A política cultural reflete o nível de compromisso do poder público com o desenvolvimento de uma perspectiva de participação democrática. No caso brasileiro, a forma como se dá (ou não se dá) a intervenção estatal deve ser entendida como uma espécie de termômetro ao examinar o processo político que ocorre.²⁹ Neste sentido, a aspiração pelos bens culturais aparece em alguns sujeitos, de maneira a apontar para a necessidade da análise. Senhor Bengo afirma que:

Então [...] se sabe que quando meus filho era muleque, eu dava jeito de achar uns trocado e levava eles todo final de semana no cinema? Eita, menina, num tinha diversão maior pra eles. O problema que ficavam a semana inteira me enchendo as paciência e perguntando se no sábado ia de novo! Engraçado mesmo era a mais nova [...] A gente ia muito assistir os filme do Mazaropi...que eu também gosto né? Esses filme num tem mais hoje nem pra vender. *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro)*. Tenho vontade de ver sim, nunca fui! *(Senhor Bengo, entrevista de Franca).*

Quanto ao relato acima, considera-se que a vinculação entre os indivíduos em sociedade se dá, inicialmente, a partir de necessidades básicas a serem atendidas, no administrar uma demanda no sentido material imediata, ao passo que se procura

²⁹ A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções ou implicações. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 36).

constituir uma orientação e administração de necessidades também no âmbito subjetivo.³⁰ Não apenas na dimensão econômica (estrutural), mas também na cultural (superestrutural) (PORTELLI, 1977, p. 15). As falas seguintes demonstram a vontade, a curiosidade de entrar num teatro e assistir uma peça:

(quando perguntado se foi alguma vez ao cinema) Hoje num vou, mas antes de casar ia muito.

(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro). Não, nunca fui. [...] Ah, queria pra conhecer, né, vejo às vezes na televisão essas coisas e a gente fica curioso pra conhecer né? *(Rafael, município de Ituverava).*³¹

Nossa, quanto tempo faz que num vou no cinema? Tem tempo, heim? *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro).* Teatro nunca entrei num, parece legal. Queria ir sim. *(Aparecida, município de Ituverava).*

Entendem-se as manifestações artísticas não só como uma forma de entretenimento, mas, sobretudo, como um instrumento importante para a formação de sujeitos coletivos, históricos e críticos. O acesso ao cinema e ao teatro nesta perspectiva de formação política é muito valorizado, numa concepção bastante diferente da usual, não como mera prática lazer (PEIXOTO, 2010, p. 13).

O acesso ao cinema e ao teatro também é privilégio de poucos e conforme Igor observa o valor cobrado por ingressos de teatros são altos e inacessíveis ao trabalhador:

Já fui. Hoje não, eu vou muito, muito pouco mesmo. Antigamente eu ia mais, mas agora eu tô indo muito pouco no cinema, bem pouco. *(e por que?)* Ah, eu acho que perdeu motivação, perdeu a motivação de ir no cinema. [...] Então, o preço tá até razoável, mas mesmo assim num vou. *(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro).*

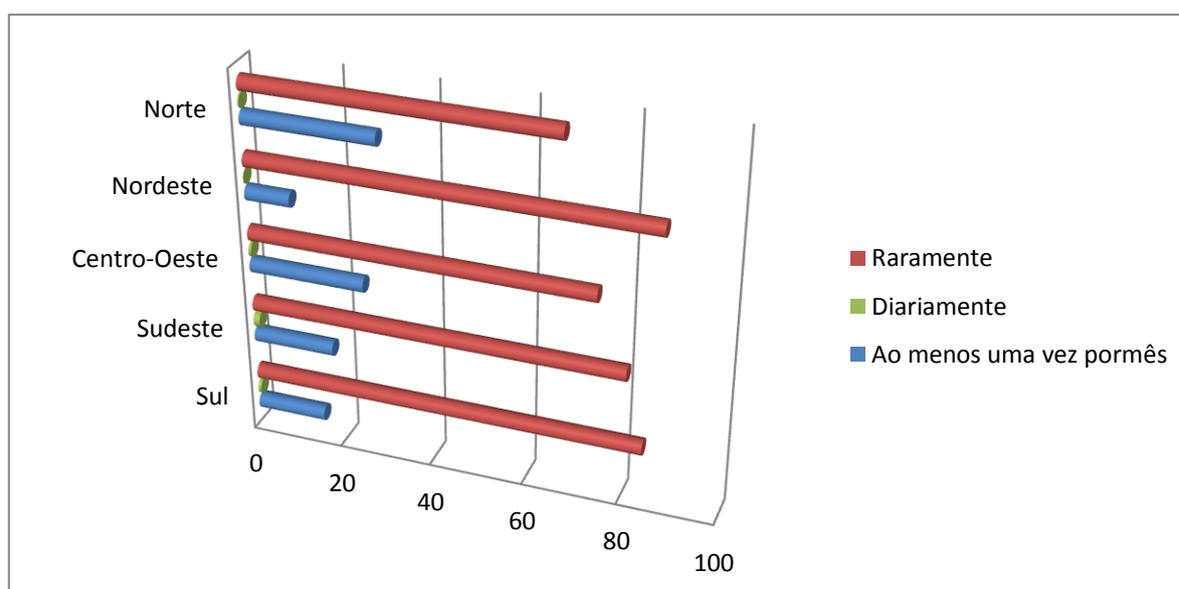
³⁰ Padilha (2006, p. 12) parte da ideia: “[...] da implantação da barbárie sobre as esferas do trabalho e do lazer e a reificação, o estranhamento e o fetichismo são inseparáveis do mundo do capital. Assim, a base material (objetiva) passa a ser negada em decorrência da situação de frustração causando o estranhamento alterando inclusive a esfera subjetiva.”

³¹ Nesta fala e nas seguintes, acredita-se aqui que se encontram vestígios de uma experiência que ocorreu em Ituverava, ao nível da administração municipal, nos anos 1980 (da qual não se tem notícia sobre a continuidade). Trata-se de experiência diferenciada, que cabe ser anotada, como exceção que é ao quadro desanimador que se tem traçado. A prefeitura municipal mantinha, na época, um trabalho cultural, a cargo do Maestro Faleiros, de Franca, que incluía, com destaque, música, teatro e artes plásticas, sobretudo centradas no Teatro Municipal, pelo que se sabe aberta à população de forma gratuita ou muito barateada. Tem-se notícia da experiência através de técnicos do SESC que estiveram em com a mesma. Em 1980 e ao longo da década foi criada e mantida a Banda Marcial Municipal de Ituverava. O prefeito da época José Coimbra trouxe o maestro Ronaldo Falleiros da vizinha cidade de Franca. [...] Dois anos mais tarde, a banda Ituveravense se apresentou na cidade de São Paulo no dia de aniversário da Capital paulista quando a Secretaria Estadual de Cultura promoveu encontro de Bandas no vale do Anhangabaú. Entre dezenas de bandas, Ituverava voltou com título de vice-campeã. O evento foi televisionado pela TV Record. (HISTÓRIA..., 2011, online).

Teatro, acho que eu fui, se eu fui, se eu não me engano, acho que fui umas duas vezes só, no teatro. *(e o que achou?)* Ah... muito legal o teatro, legal! Só que não é tão barato, não, deveria ser mais barato um pouco, mas não é. *(Igor, município de Ituverava)*.³²

No gráfico abaixo, a frequência a salas de cinema segundo as regiões foi a seguinte: na região Sul, 15,1% vai uma vez por mês, 84,1% raramente e 0,7% frequentam diariamente; na região Sudeste 17,7 % uma vez ao mês, 80,4% raramente e 1,4% diariamente; na região Centro-Oeste, 25,1% uma vez ao mês, 74,0% raramente e 0,6% diariamente; na Nordeste, 9,8% uma vez ao mês, raramente 86,7% e diariamente, 0,1%; por último, na região Norte, 28,9% uma vez ao mês, 66,7% raramente e 0,3% diariamente (CODES; SILVA; ARAÚJO, 2011, p. 133).

Gráfico 5 – Frequentadores do Cinema



Fonte: CODES; SILVA; ARAÚJO, 2011, p. 133.

Considerar que as formas de sociabilidades estão ligadas às carências situadas inclusive na esfera superestrutural se mostra essencial à compreensão de como o

³² A questão do desinteresse pelo cinema no município de Ituverava pode ser confirmada pela seguinte notícia: Depois do período sem apresentar filmes devido à falta de público, já que os últimos filmes apresentados não obteve apelo popular, este pelo menos [no caso o filme “Os Vingadores”], tem sido diferente, por onde passa tem arrastado multidões, por isso a expectativa é da volta das pessoas que gostam de cinema. Com ingressos a R\$ 8,00 e a meia-entrada para estudantes e aposentados custando R\$ 4,00 e sessões as 19 e 21 horas, os dirigentes do Cine Teatro Ituverava, espera com este filme, viver os bons tempos das ótimas bilheterias na cidade (VAZ, 2012, online).

“pertencimento de classe” se estabelece. Não por acaso, a potência capitalista hegemônica tem uma forte presença na produção de filmes.³³

Na exposição abaixo, chama atenção o fato de o trabalhador gostar de estar junto da multidão, assistindo uma peça, sobretudo ao se atentar que, tradicionalmente o público de teatro paulistano é o que compõe a classe oposta à do trabalhador.

Ah, quando eu fui em São Paulo lá eu gostei pra caramba. Assim, aqui num tem em Patrocínio. [...] Não, lá na minha terra nós só encontra cinema no Recife, só. Ai fica difícil pra nós ir né?
(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro). Aqui não. Eu fui uma vez sim, quando eu tava em São Paulo. Isso deve fazer uns cinco ou seis anos. [...] Não, eu iria mais sim, que é bom, é bom de vê, é gostoso de tá lá junto, junto daquela multidão de gente assistindo uma peça, é muito bom. (Juliano, município de Patrocínio Paulista).

No discurso de Juliano, nota-se que o impacto da propaganda, através dos meios de comunicação de massa incorpora uma ambivalência na realidade, comum à maioria dos aspectos da cultura de massa. Nesta situação, extremamente diferenciada, encontramos um indicador que pode estar ligado a este fator, uma vez que o trabalhador teve contato com cinema e teatro em São Paulo, um ambiente que, provavelmente, lhe era estranho (e “ameaçador”?). Por outro lado é um indicador do potencial de uma abordagem pedagógica do lazer. É claro que é preciso levar em conta que se estará, neste caso, competindo com a instrumentalização da atividade pela classe dominante. Mas este é um desafio que se coloca para qualquer trabalho cultural que pretenda caminhar no rumo da emancipação humana do trabalhador. Do ponto de vista do trabalho de agitação (quando for o caso), estas situações indicam sujeitos que merecem uma atenção especial.

Outro modo de formação cultural está na perspectiva religiosa, como o relato abaixo:

Não. Como já te falei tenho vontade bastante.
(quando perguntado se foi alguma vez ao teatro). Só lá mesmo. [...] Achei bonito. Vi a Paixão de Cristo e achei bonito demais. (foi dentro do teatro? como foi?) Não, ao vivo assim... de rua mesmo. E sempre me

³³ Por aqui, a hegemonia americana começou há cinquenta anos. Dados da Unesco mostram que o cinema americano já respondia por mais de 75% das importações brasileiras de filmes em 1968, que por sua vez, supriram 90% do mercado. Nos anos 80, dados da Embrafilme indicam que 50% a 60% das exibições em cinema eram provenientes dos Estados Unidos. Na última década a legislação brasileira sofreu diversas alterações. Em 1990, Collor extinguiu a Embrafilme e revogou a Lei Sarney, o que tirou de cena a cinematografia nacional. Posteriormente, surgiram as Leis Rouanet e do Audiovisual, que garantiram a retomada do cinema, lançando uma nova geração de cineastas. (ACKERMANN; SILVA, 2011, online).

respeitaram, assim... ninguém mexe com ninguém....coloca uma corda assim de frente e toda gente fica lá. Ninguém mexe e é lindo demais, eu achei bonito, de frente a igreja, foi lindo. (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

A baixa frequência a salas de cinema ou teatro pode ser verificada também na pesquisa, visto que, dentre os entrevistados, somente 04 foram ao menos uma vez ao cinema, 03 ao teatro, os outros 03 nunca tiveram acesso a nenhum dos dois espaços, declarando que se tivessem oportunidade gostariam de conhecer e todos afirmaram nunca terem estado em um museu ou exposição de artes plásticas.

Na tabela abaixo é possível constatar que no total de R\$ 1.237.560.305,90 dos recursos captados por meio de renúncia fiscal em 2012, o segmento das artes cênicas foi privilegiado com o valor de R\$ 342.811.491,64, seguido da música com R\$ 281.574.445,89 e das artes visuais com R\$ 173.514.561,76. Já os setores menos privilegiados foram o audiovisual com R\$ 98.442.947,84 e por último, das artes integradas R\$ 76.596.080,74.

Quadro 3 – Recursos captados por meio de renúncia fiscal – 2008/2012

	2008	2009	2010	2011	2012
Artes Cênicas	169.977.674,02	188.829.276,55	246.674.905,89	289.337.880,35	342.811.491,64
Artes Integradas	158.518.536,45	205.067.625,07	206.478.365,43	192.310.758,02	76.596.080,74
Artes Visuais	70.881.342,31	90.506.987,44	80.691.071,96	120.701.158,21	173.514.561,76
Audiovisual	113.412.847,63	92.754.747,09	110.561.739,09	117.079.226,93	115.281.487,31
Humanidades	106.843.192,48	76.038.473,57	95.897.864,88	103.548.547,00	98.442.947,84
Música	213.165.093,61	196.541.069,80	245.788.660,62	312.363.730,09	281.574.445,89
Patrimônio Cultural	130.366.696,40	130.274.926,87	179.769.584,13	186.351.797,70	149.339.290,72
Total	963.165.382,90	980.013.106,39	1.165.862.192,00	1.321.693.098,30	1.237.560.305,90

Fonte: MINISTÉRIO DA CULTURA, online.

Neste sentido, os dados a seguir reforçam a crítica em relação à aplicação de recursos em determinados segmentos culturais não acessíveis à classe trabalhadora, como, por exemplo, a área teatral. É através da provocação de sentimentos e reflexões decorrentes dessas manifestações artísticas, que propicia formas de compreensão dos

padrões sociais, da natureza de seus sentimentos, enfim, de si próprio. Vem daí o fato do acesso a bens culturais ser tratada como algo supérfluo e sem importância. Esta atitude mais reflexiva sob o mundo é exatamente o que o sistema dominante não quer que se desenvolva no trabalhador.³⁴ O relato de Carlos sobre o cinema em sua cidade demonstra tal desinteresse na manutenção desses equipamentos.

Também foi perguntado se participam ou já participaram de alguma manifestação artística e todos trabalhadores contam que nunca se envolveram em nenhuma atividade artística, exceto, Juliano que disse o seguinte:

Em 2001... de 2002 eu fiz parte de uma banda marcial, de minha cidade lá. Banda marcial você sabe o que é, né? É fanfarra. Passava lá, a gente saía, a gente fazia participação nas outras cidade de lá de em Recife... Assim...que era do colégio, sabe? [...] Eu tocava pistom (risos). Eu também gosto de escrevê. Até que eu escrevo bastantes coisa, assim, sobre minha vida, sobre meu dia, sobre meus pensamento. É, meus pensamento... de saudade da família, sabe? A distância de mim e minha família, essas coisa. Ah, eu fazia um livro se tivesse oportunidade. Tem muita história minha, muita coisa escrita. Quem sabe um dia, né? (*Juliano, município de Patrocínio Paulista*).

Nesta última descrição, aplica-se o que foi dito quanto à atenção especial em se destacar a importância de novas construções ideológicas e, portanto, a demanda de originais intervenções, sobretudo ao vincular as esferas do lazer e cultura com a educacional. Sobre este enfoque deve-se considerar o princípio da estreita conexão entre “saber” e “poder” (BACON, 2002, p. 62), entre liberdade e emancipação, entre cultura/lazer e criatividade.

A fase criadora (que nunca é demais salientar que é destrutiva em relação à norma preliminarmente vigente) aparece quando a prescrição falha nesta função de adaptação. Enquanto esta prescrição apresenta eficácia para a adequação entre o homem e o ambiente (físico e social), este caráter normativo de cultura (ou de práxis repetitiva) se mantém sólido. É claro que em processo dialético, uma vez que surgido como expressão da liberdade do homem, o fato cultural se cristaliza numa norma, numa negação da liberdade (MASCARENHAS, 2006, p. 98).

³⁴ “[...] a compreensão imprescindível que a arte nos proporciona de nós mesmos, pela via da sensibilidade, nunca é ‘neutra’ ou ‘imparcial’. Nas imagens da arte, reconhecemos nossas contradições, os problemas da nossa existência; somos sacudidos e desafiados a reagir, a tomar posição.” (Lukács apud KONDER, 1996, p. 31).

As relações entre lazer e cultura devem ser estabelecidas a partir da distinção entre práxis repetitiva e práxis inovadora, conforme distingue Sánchez Vásquez (1977) e, a cultura, ocorre conforme distinção análoga, isto é, como um produto da liberdade.

4.2.4 Saudades do meu lugar: a família, as festas e as comidas

As necessidades advindas do âmbito cultural e do lazer não são as mesmas considerando-se tanto as classes sociais, como os costumes regionais e a questão geracional, entre outros elementos que devem ser observados na análise das categorias trabalho-cultura-lazer.

Com relação ao trabalhador migrante essa imposição, particularmente acarreta limitações no plano da coletividade, isto é, no sentido de pertencimento de classe. (ALVES, 1997, p. 76) Considera-se ainda que é na relação entre os hábitos comuns de grupos sociais, que se dá a determinação subjetiva de condição de classe. Esta determinação não se dá, primariamente, pela identificação de classe, mas pela percepção do que é comum entre os sujeitos, das preferências distintas, inclusive no que se refere, por exemplo, à seleção de pratos a serem degustados, entre outros pontos.

De acordo com análise de Nascimento (2007, p. 66): “Comer certos pratos é ligar-se ao local do produto. [...] sinônimos de integração, com larga documentação religiosa e folclórica, denunciando proclamação de solidariedade.” Enfim, as maneiras de vivência comuns, dentro de um mesmo grupo, é que estabelece, num primeiro momento, a percepção da identidade entre os trabalhadores.

Por exemplo, a carne mesmo. A carne daqui é diferente. Que a gente vai comprá uma carne aqui e como é que se diz? É congelada, entendeu? (*Juliano, município de Patrocínio Paulista*).

(*sobre as comidas típicas da região*) Buchada, mocotó... vários tipo de comida... que... que até agora eu num achei aqui, muito bão por demais. [...] Agora a carne daqui num é boa não! Parece carne velha. (*Damião, município de Patrocínio Paulista*).

A carne passa muito tempo. E lá sempre é as coisa mais fresca, aí tem mais gosto. [...] E aqui não, aqui as coisas é mais com tempo, sabe? (*sobre as comidas típicas da região*) Ah, deixa vê... por exemplo, buchada. Buchada aqui é difícil achá. É feito de miúdo de bode, mas é bão... É difícil de achá aqui, por exemplo, o camarão. Aqui é difícil e também é muito bão. É... também o camarão, a gente faz em caldinho, é muito bom e aqui num tem. Por exemplo, caldo de mocotó, de pé de

vaca, já ouviu falá? Aqui também é difícil e se encontrá num é igual o de lá. (*Carlos, município de Patrocínio Paulista*).

O trabalhador e as relações estabelecidas em sociedade, por sua vez, têm materializados em sua cotidianidade significativos desequilíbrios gerados pela depreciação de valores e por ter ignoradas as satisfações de necessidades, além da criação de uma possível imitação de hábitos, costumes e formas de organização da vida cotidiana que não se legitima enquanto autêntica.

A questão central, portanto, deriva da ideia de que o sujeito, sempre em transformação, pode realizar uma autorreflexão sobre quem é de onde vem e de onde pode ou deseja estar. O papel do trabalhador no processo de mudança vincula-se a esta tomada de posição, quer dizer, ou de manutenção do sistema ou de transformação deste. A posição estará clara se não se enquadrarem ou se estruturarem por concepções de neutralidade, já que a realidade não se apresenta de forma estática e sim dinâmica e contraditória.

No momento em que o esquema organizativo da consciência do mundo resultar concretamente em formas de organização e luta, a natureza do coletivo estará mais apta a formular estratégias reivindicatórias e de sobrevivência entre os trabalhadores vinculados ao corte manual da cana, sendo migrantes ou não, fixos ou volantes. A organicidade estará mais adequada à sua condição de percepção e ação considerando as fases e sua real importância (como é concebida neste trabalho) na formação dos sujeitos coletivos.

Este aspecto do cotidiano (a família, as festas e confraternização entre amigos, as comidas, etc.) constitui um espaço para reflexão sobre as diferenças formas de organizar o mundo material, que podem potencializar outra, sobre seus reflexos no plano simbólico/ideológico.³⁵ A diferença, por exemplo, da carne consumida foi ressaltada por todos os trabalhadores migrantes.

³⁵ A vida festiva tem seu valor reconhecido não só como válvula de escape, mas também como manutenção da pressão, da coesão, como estratégia de subversão: os momentos de diversão são evitados tanto por elementos de conservação quanto de contestação da ordem. Enfim, parece-me que as considerações de Thompson podem contribuir para ampliar nossas compreensões sobre a importância do lazer, já que ele propõe outra maneira de buscar e investigar as “experiências” dos trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de vi ver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana, em seu dia a dia, e esta é uma nova maneira de ver a luta de classes em seu processo histórico (FENELON, 1995, p. 86).

Ah, as carne de lá é tudo diferente das daqui. Nós come a daqui porque num tem ôtra mesmo. Os gosto, as carne, os tempero tudo é outro. [...] as carne de lá tudo é caipira, dá saudade de tudo as comida de lá e assim... eu gosto mais do feijão... vem da lavôra direto, ocê cria uns cabrito, é um porco, tudo é de casa é da lavoura. (*Roberto, município de Batatais*).

Então, é a mesma comida quase, mais ou menos igual daqui. Só que de lá é mais melhó. A feijoada, essas coisa, bem melhó que a daqui ... (*Renato, município de Batatais*).

Merece ser destaca também a organização de festas como a de São João e a Folia de Reis próprias de suas cidades, incluindo comidas e bebidas típicas da região de origem dos trabalhadores. Considera-se que as excepcionais ocasiões de confraternização em espaços e tempos de lazer aspectos importantes para o fortalecimento da identidade e resistência cultural. Do ponto de vista cultural dos sujeitos, o folclore é mencionado da seguinte forma:

Pra começá nós quase não vê reizado pra cá. Lá tem todos ano. E o divertimento é melhó, junta numa canturia, todo mundo unido, brincando. (*Roberto, município de Batatais*.)³⁶

As festa de Folia de Reis, lá é andando de casa em casa, tirando reis l, todo mundo acompanhando. É divertido. Tem também as vaquejada. É assim lá. (*Renato, município de Batatais*).

Ah, é melhor que é a terra da gente, né? Vai pra uma festa pode dizer que ta em casa. As festa de lá eu acho melhor, é mais animada. (*Milton, município de Batatais*).

Quando se analise culturalmente a sociedade brasileira em relação à diversidade sociocultural como, por exemplo, a Nordestina, há que se observar que ambas sofrem uma influência da hegemonia cultural norte americana e europeia. Esta cultura massificada não permite a construção de uma sociedade composta por sujeitos políticos. Senhor Bengo diz que no caso das festas tradicionais, a Folia de Reis acontecia todo começo de ano, principalmente quando morava na fazenda e lembra que quando era criança passava as comemorações de final de ano à espera da festa de Reis:

³⁶ Silva (2001, p. 107) entende que: “Por definição, a Folia de Reis é uma festa cristã que lembra a visita dos três reis magos – Gaspar, Melchior e Baltazar – a Jesus, em Belém, quando levaram presentes como ouro, incenso e mirra. No Brasil, a festa foi trazida pelos portugueses na época colonial. Um grupo de pessoas, com homens representando os três magos, vai de porta em porta nas casas, cantando e acompanhado de viola, cavaquinho, pandeiro, caixa, representando pequenas peças teatrais em troca de refeições e esmolos, que são utilizadas na Festa de Reis no dia 6 de janeiro. Geralmente, o grupo anda à noite e canta nas portas das casas, acordando seus moradores.”

Fia, mais era umas festa boa, heim? Acontecia todo ano e lembro, quando era criança, que nós ficava esperando reis no começo de ano. [...] Aí quando tava na roça... que as fazenda era longe uma da ôtra, né? Então a companhia do reizado fazia assim: combinava de tá de manha num lugar e a dona da casa já fazia as aquela panelaiada de comida, o homem ia mata as galinha, as criança varre o terreiro.....ai eles almoçava por lá e o povo da primeira casa já subia com eles pra outra fazenda. E lá a mesma coisa! Só que era melhor a janta, porque já invernava num forró... eh isso num tem mais não. (*Senhor Bengo, entrevistado de Franca*).

Com este afastamento identitário, as reflexões devem abranger um amplo entendimento acerca das alterações, particularmente incididas na perda de hábitos, valores e padrões de comportamentos que constituem a essência destes trabalhadores (FURTADO, 1974, p. 16). Os elementos subjetivos e a questão da resistência cultural são vistos como essenciais à organização do trabalhador enquanto coletividade e, neste sentido, na medida em que predominam as imposições da indústria cultural, a perspectiva de uma formação político-crítica dos indivíduos não se concretiza.

Eita, se sabe que isso aqui é ruim de festa, viu?
(quando perguntada se acontece a festa de Folia de Reis na cidade)
Tem nada, o muleque de hoje num que saber de nada não, nem os jovem. E os veio que sabia toca reis muitos já morreu, então perdeu isso, né? E é triste porque era uma coisa muito legal, tinha a bandeira, a música, os palhaço. E quando eles chegava em casa era uma alegria só, ainda mais pras criança. Umas tinha medo, outras se metiam naquele meio e fazia a maior bangunceira.³⁷
(quando perguntada se participa ou conhece alguém que participa de alguma atividade artística) Conheço nada! Minto, tem um piauí que conheço que toca uma sanfona de primeira. Isso vale? (risos)
(Aparecida, município de Ituverava).

As descrições acima demonstram que os privilegiados modos de formação identitária, sejam os mais tradicionais hábitos comunitários, sejam os proporcionados socialmente apenas em momentos festivos pontuais, não estão imunes às ameaças

³⁷ “A Folia de Reis é composta de três grupos: o bandeireiro, os palhaços e o coro. Todos são dirigidos pelo mestre, que é a pessoa mais importante da Folia, sendo também conhecido como embaixador. É o mestre quem improvisa os versos a serem cantados. [...] O contramestre é o respondedor. Sua função é comandar o coro. Há também o ajudante de respondedor, que equivale ao tenor, o requinta, que é a voz mais característica de uma Folia. Entra em resposta ao último verso de uma Folia. O bandeireiro tem a função de carregar respeitosamente a bandeira, o maior símbolo da Folia. Apresenta-a ao chefe da casa que a leva a todos os cômodos, enquanto a Folia agradece e recebe os donativos. A bandeira é a representação dos três reis. Ela vai sempre à frente, seguida pelos representantes dos pastores que seguiam os Reis Magos. Os palhaços, com suas danças, representam o momento de distrair as tropas de Herodes, enviadas para matar o menino Jesus. O coro é constituído por tocadores de instrumentos e pelos cantores. As roupas dos foliões são chamadas fardas.” (SILVA, 2001, online).

decorrentes da inevitável associação do avanço das formas atuais de organização do mundo capitalista, quer dizer, limitando o aspecto da resistência cultural, afetando necessidades, inclusive situadas na esfera subjetiva dos sujeitos (PADILHA, 2006, p. 122).

Ao agir na realidade concreta e real por meio de uma visão crítica, humanizada e humanizadora, os trabalhadores potencializam mudanças de caráter pedagógico, e a superação da contradição do mundo do trabalho passa a ser incentivada, alterando a conscientização de outros indivíduos com que se está ligada cotidianamente. A observação da realidade apresentada no processo de educação cultural e de lazer conduz o sujeito a levantar hipóteses e procurar soluções que acabam por transformar a visão de mundo que se constrói, da mesma forma, de maneira contraditória.

A inexistência de momentos destinados ao estímulo à criatividade e imaginação estreita cada vez mais a reflexão crítica do mundo real, com prática do lazer não se configurando como um elemento libertador e a capacidade de ação dos indivíduos, enquanto sujeitos coletivos, de transformar sua realidade e a de seu grupo social não se concretizando. As percepções em relação à sociedade de consumo noção e luta de classe reproduzem uma compreensão padronizada de homem e mundo que, reforçada cotidianamente, interfere na formação dos sujeitos e no processo de construção histórico. No relato de Carlos, a coletividade estabelecida em confraternizações é destacada da seguinte forma:

As festa que tem? Lá é diferente eu vou começá por São João: São João aqui... São João aqui num tem praticamente nada. Tem umas quermessezinha, mas lá não, lá quando a gente chega, quando é tempo de São João, onde você chegá, todo canto, tem uma festa, todo canto! E é isso aí que é mais diferente.

(quando perguntado por que a festa de lá é melhor) Ah... não então... Lá, eles faz uma foguerrona assim *(aponta um arbusto)* no terreiro. E aí apea o som... um som pra forrosá. Aí vem canjica, pamonha, essas coisa de comida de milho, entendeu? [...] Um churrascuzinho. Eles mata então um... uma vaca lá, junta todo mundo, faz aquele churrasco, aquela festa legal. É bão demais! Tem também a festa da vaquejada, que aqui tem ôtra que é rodeio³⁸, né? Que é quase a mesma coisa. Só que, o que lá é diferente... porque lá é derrubando o gado, né? E aqui é

³⁸ Silva (2001, online) entende que: “[...] a cultura massificadora veiculada, sobretudo pela mídia, os rodeios praticamente em todas as cidades do interior paulista caracterizam-se, agora, como as festas dominantes, que atraem pessoas de todas as camadas sociais, inclusive trabalhadores rurais. Os rodeios representam a descaracterização da cultura de antes. O modelo, copiado dos Estados Unidos, possui estilo próprio daquele país: roupas, música country, comidas e assim por diante. Contudo, trata-se de uma festa transformada em mercadoria, da qual participam somente aqueles que podem pagar o alto preço dos ingressos. Não é mais a festa definida como valor de uso, decorrente da sociabilidade primária, da fé nos santos e das promessas realizadas. Os rodeios caracterizam-se pelas relações de estranhamento, pois reúnem pessoas de vários locais, e pela mercantilização da festa.”

montando em cima. É assim que é diferente. Então... assim... É de cima dum cavalo e aí solta o gado no meio de duas risca. Mas é pra derrubá ele no meio das risca, tem que derrubá nas risca, entende? E é mais difícil assim. Tem que puxá pelo rabo dele e socá pra ele cair. Isso aí tem muito lá.

(sobre a festa de Folia de Reis na cidade) Tem, tem. É... mas é diferente um pouco, é diferente. [...] A diferença é na Folia de Reis, eles faz aqui é... aqui sai nas casas, né, pela cidade e lá não. Lá tem que tá num canto certo, entendeu? Aí lá que eles começa a festa. Aí tem espada, espada de pau, né, pra ficar brincando e tal. Tem é... aquele palhaço lá, que esqueci o nome, que fica brincando lá... Então é diferente, é diferente. (Carlos, município de Patrocínio Paulista).

A identidade do lugar (que é necessariamente, a identidade do povo) é um elemento de uma construção cultural e de possibilidade de uma autonomia, porque independente dos laços de dominação atuais. Há que se observar, assim, o sentido “simbólico-sensitivo” e a questão da identidade a qual o relato acima se remete. Entende-se assim, que tais momentos festivos, organizados pelo grupo com o qual o trabalhador se identifica deve subsidiar uma postura de negação ao conformismo/alienação.

Vinculadas ao sentimento de “alteridade-identidade”, a questão da resistência cultural estabelecidas nestas relações propiciam aos sujeitos extraordinário conhecimento de si mesmos através dos outros, determinadas pelas diferentes experiências cotidianas, percepções essas que são indispensáveis à vida em comunidade e à formação de uma consciência política/crítica, com vistas a um desenvolvimento socialmente justo. Compreende-se que a criação da identidade deve estar diretamente vinculada à diversidade cultural e artística existente em cada grupo social. O autor Durval Albuquerque Júnior (2006, p. 91) entende que:

O Nordeste, como recorte regional, como uma identidade regional à parte, nem sempre existiu como faz crer quase toda a produção artística, literária e acadêmica contemporâneas, que normalmente se referem ao Nordeste como este tendo existido desde o período colonial; os portugueses já teriam desembarcado no Nordeste e teria sido esta a área, onde primeiro se efetivou a implantação da colonização portuguesa, com o sucesso da produção açucareira. Esta designação Nordeste para nomear uma região específica do país, tendo pretensamente uma história particular, um cultura singular, só vai surgir, no entanto, muito recentemente, na década de 1910 do século XX. [...] O sentimento, as práticas e os discursos regionalistas que irão dar origem à região que conhecemos, hoje, como Nordeste, emergiram entre as elites ligadas às atividades agrícolas e agrárias tradicionais, como à produção do açúcar, do algodão ou ligadas à pecuária, mesmo que muitos vivessem nas cidades, exercessem profissões liberais ou

fossem comerciantes, de parte do então chamado Norte do país, no final do século XX

A satisfação de carências no âmbito do lazer perpassa, igualmente, pela problemática do avanço da padronização cultural, com efeitos que abarcam tanto a esfera da representatividade social quanto das aspirações subjetivas, particularmente no caso de trabalhadores migrantes.

Em tempos de safra é espantoso o número de migrantes que atravessam o país deixando suas famílias nas cidades de origem na esperança de que, ao término do período de contratação, tenham recursos suficientes para retornarem à sua cidade de origem e que estes sejam suficientes para melhorar a condição de vida de sua família, tal como afirmam Roberto e Milton:

Ficô lá o pai, a mãe e os três irmão. [...] O povo vem pra cá causa que, por lá os lugar é mais fraco pro serviço. [...] Que quem tem condição de investí tem medo de num dá certo, depois quebrá... todo mundo com medo de abri as coisa, aí fica pouco o trabalho, né?
(*se tem vontade de trazer o restante da família*) Eu volto por lá. Num tem por onde ficá aqui futuramente. Que aqui num é lugá de ficá não! Nem pensá nisso! Se trazê pra cá é conta de emprego, mas levo de volta. Quero a família lá, aqui as coisa é muito difícil. (Roberto, município de Batatais).

Lá num tem como ganhá dinheiro igual ganha aqui não! Aqui é mais sofrido, mas dá jeito, né? [...] O que sinto mais saudade é da família. Com fé em Deus daqui... um seis mês tô voltando pra lá. Quero vê se dou um tempo por lá. (Milton, município de Batatais).

Outro aspecto fundamental de análise refere-se ao campo psicológico, na medida em que o trabalhador é obrigado a se submeter a uma realidade completamente diversa da que estava acostumado, longe de suas relações familiares, de seu contexto cultural e de lazer que, estranho à sua história, limita a condição de identificar-se como grupo e pertencente a uma classe social.³⁹

Renato afirma a preferência, não apenas dele, mas das irmãs pela sua cidade de origem,

³⁹ Gomes (1994, p. 58), analisa o papel da família na construção dos sujeitos da seguinte maneira: “A família transmite às novas gerações, especialmente à criança, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, usos, costumes, valores, atitudes, um padrão de linguagem. Enfim, maneiras de pensar, de expressar, de sentir, de agir e reagir que lhe são próprios, naturais. Não bastasse tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da subjetividade, da personalidade tendo em vista a vida futura de cada criança: ela, a família, constrói os alicerces do adulto futuro.”

Assim... lá... tem tudo a família lá, né? Pra cá veio só eu, mais meu irmão pra cana. Tem as três irmã que trabalha nas casa, num foram pra cana não, que é pesado, né?

(se tem vontade de trazer o restante da família) Nada! Tenho é vontade de eu ficá por lá! É um lugar mais melhor lá. [...] Elas prefere mais lá também, mas tem que ficá aqui, né, mas nós prefere mais lá. Quando acaba... tem vez que a safra nós vai pra lá. Quando o recurso num dá, fica direto por aqui mesmo e aí é ruim, né? [...] Mas nós fala sempre com eles tudo lá, ajuda com dinheiro pra eles lá. [...] Chega aqui nós fica tudo só, né? Os amigo tudo lá. Ai fica ruim! *(Renato, município de Batatais).*

Foram imprescindíveis as análises acerca de quem são estes trabalhadores, quais suas origens, sobretudo, as expectativas presentes no cotidiano e em relação à sobrevivência e futuro destes. Estas, necessariamente, perpassaram pela construção de identidades e de práticas sociais restritivas ao abranger um leque de possibilidades de alteração em hábitos, valores e padrões de comportamentos, para além da “instituição família” (SARTI, 1995, p. 38).

Tem meus pai e mãe, né? E pela minha mãe dá, né? Agora tem vez em quando, que o pai trata eu mal um pouco... mas... sempre tem coisa assim, né não? Agora ... pela parte da mãe vai bem por demais. Ela dá conselho e tem vez que num aceito *(risos)*, mas é sempre, é sempre bão demais!

(se tem vontade de trazer o restante da família). O pai veio já pra cá *(Patrocínio Paulista)* pro corte também, mas fala que num vem mais não.

(ao ser perguntado por que o pai não trabalha mais no corte da cana) Rapaz... causa de que tudo que ele já tem, acha que pra ele já é bão. Agora tem pessoa que pensa mais alto, né? Eu mesmo penso numa casa pra mim e pra. [...] De tudo que ele teve já... assim...num quero igual não. Quero ser de solteiro, casado igual ele não, que já tem família, né? Quero curtir a coisa é tudo só mesmo, continua ser de solteiro. [...] Que assim, mesma coisa de que, se eu ter família e ... num vinga essa coisa de ter no mundo, com família assim dá não! Coisa qualquer, ficá com minha família lá né, pra mim é assim bão, porque fio... sofre mais é família tudo, né? Cabando esse mês, se Deus quisé... que já tá a safra acabando e, se Deus ajudá vou pra lá vê meu povo. Penso nisso, só! Tenho muita é vontade disso e se com fé em Deus, logo volto. Eu volto! *(Damião, município de Patrocínio Paulista).*

Na formação da identidade destes trabalhadores, sobretudo na fala cima, se demonstra a importância de “voltar para seu lugar de origem”, dizendo “meu povo”. Verificou-se uma presença relevante da família como ponto de referência, se não como presença imediata, como fator importante na determinação do modo como organiza sua vida. Uma vez que ocorre o deslocamento de muitos trabalhadores para regiões distintas, a reorganização de sua condição subjetiva e material centraliza-se na

necessidade do retorno e retomada da vida familiar. Juliano descreve sua relação familiar da seguinte maneira:

Ah, sinto saudade da família, né, é da família. Saudade dos dois fio... Quando tô lá, o que faz mais bem é que tô junto da família, né? Quando tô aqui e fico longe... aí bate aquela saudade, vontade de tá junto deles tudo. Lá não... tem aconchego, né, dos meus pai, dos meus fio, da família tudo, né?

(se tem vontade de trazer o restante da família) Tô pensando em trazê pra cá, tô pensando de até no próximo ano, se Deus quisé, de vim pra cá e trazê minha família pra cá. É como falei, né, num sou casado, mas só que... eu falei pra ocê... tenho dois fio e tenho uma muié, né? Só que eu num... eu num moro junto mais ela, entendeu? Aí, meus pensamento é esse. Daqui no próximo ano, eu num quero viajá só não, porque fica puxado. Nós trabalha, quando chega vai fazê comida, tem que lavá as roupa, essas coisa, entendeu? Quando tivé no próximo ano, se Deus quisé! Eu vou trazê a muié e os fio. *(Juliano, município de Patrocínio Paulista)*.

Diante da produção e reprodução social de preconceitos, intolerâncias socioeconômicas, políticas e culturais, além de abusos cometidos, principalmente na produção canavieira, quanto à exploração da força de trabalho, é que a desigualdade seja objetiva seja subjetiva de desenvolvimento destes trabalhadores deve ser foco de análise profissional.

Isto quer dizer que, mesmo com variações situadas na esfera da sociabilidade, o papel do Assistente Social ao contribuir criticamente com a compreensão do ser humano em sua totalidade (no aspecto econômico e cultural) se efetiva, tanto a partir de uma concepção deste enquanto “ser social” e “sujeito-histórico”, quanto através do sentido político (não na acepção político-partidária) de sua ação ao posicionar-se perante tais conflitos.

Em consequência do paradigma da “questão social” e a ampliação, também das necessidades relacionadas ao âmbito superestrutural serem atendidas secundariamente, parte-se da hipótese de que tal opção governamental ao propor políticas públicas reflete na condição de vida dos trabalhadores, sobretudo, do setor canavieiro na busca de direitos no plano econômico, educacional, político, de acesso à cultura e ao lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o enfoque de análise se remeteu aos espaços e tempos de lazer e cultura, caracterizados como importantes na formação da esfera “simbólica” dos indivíduos. Neste sentido, se observou como este sistema cultural repercute fundamentalmente nas concepções de mundo e “formas de existências” da classe trabalhadora.

Na atual conjuntura capitalista, ao ser divisada a emancipação humana como ideal a ser concretizado, este se vincula diretamente ao tempo do “não-trabalho”, tratando-se de estabelecer a superação da necessidade, rumo ao “tempo livre” e de lazer. Considerando o trabalho e o tempo gasto para com este numa relação oposta ao lazer cultural, de tempo para o desenvolvimento de potencialidade humanas diversas, este não deve estar pautado numa forma fetichista e alienada, mercadológica.

Em todas as esferas reprodutivas da vida, incluindo a do lazer cultural, a estratégia utilizada pelo sistema capitalista, no controle dos sujeitos, volta-se à imperiosa necessidade de alienação tal como acontece nas relações de trabalho, impossibilitando a estes vislumbrar uma emancipação político-econômica e, menos ainda, uma concepção de emancipação humana.

Os limites para tal superação se fortalecem com a chamada “sociedade do espetáculo”, bem como com a geração de necessidades fetichizadas, advindas da “propagação consumista”. Por condicionar a valorização da aquisição de mercadorias, a questão da “aparência” e não da “essência”, a aquisição de bens sempre “novos e variados” se torna obstáculo significativo à formação de “sujeitos coletivos”.

Verificou-se que, notadamente ao segmento de trabalhadores aqui em foco, se formam obstáculos à identificação, considerando certos processos de “desenraizamento” por eles sofridos, ao serem criadas “expectativas” de consumo que estão além de sua posição social.

Neste cenário, ressalta-se ainda uma intrincada relação entre necessidades objetivas e subjetivas geradas no mundo do trabalho, agora globalizado e neoliberal. Ao desencadear uma realidade conflituosa, materializada pela contradição capital-trabalho, construir conhecimentos sobre tais contradições torna-se indispensável ao profissional de Serviço Social.

Ao analisar as expressões da “questão social”, o rigor teórico-prático que contemple, por um lado não o ecletismo, mas a pluralidade teórica e, por outro, a

interdisciplinaridade deve estar presente em sua formação e em sua intervenção (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

No plano superestrutural, diante da produção e reprodução de preconceitos, intolerâncias políticas e culturais, além de abusos cometidos pelo Estado e pela própria sociedade é que se coloca a necessidade de a desigualdade, seja objetiva seja subjetiva, ser também foco de análise profissional.

Portanto, como observação fundamental às análises aqui propostas, é que se fez referência à crise situada no “mundo do trabalho” e suas consequências no desenvolvimento, inclusive do lazer cultural. Esta temática, permanecendo relativamente à margem do âmbito acadêmico, as propostas de políticas públicas mostram-se determinadas por obstáculos à reprodução sociocultural, de forma particular no caso dos trabalhadores rurais, aqui tratado.

Ao se analisar as políticas públicas voltadas para a questão do lazer cultural no Brasil, envolvendo a Lei Rouanet, o emprego de recursos públicos para este setor foi questionado, sobretudo em relação aos critérios na liberação destes e se as várias formas de manifestação cultural que contemplam os aspectos da qualidade (conteúdos divulgados) e universalidade (inclusive na acessibilidade pelos trabalhadores rurais) estão sendo consideradas.

Quanto à política pública, notadamente nas áreas periféricas dos municípios, e de modo generalizado, em todos os setores da administração, percebe-se que os serviços são inadequados por não corresponderem a demanda social, seja no acesso à saúde, à educação, ao lazer ou à cultura. A situação é agravada pelos fluxos de migração para as áreas urbanas, sobretudo a partir da década de 1970, com o início do processo de industrialização brasileira, em detrimento do desenvolvimento rural.

Nas análises, em especial da Lei Rouanet, se verificou que a implantação desta pelos governos brasileiros ainda demonstra a clara intenção de orientar os recursos, quase que totalmente, no incentivo à cultura de massa, a artistas já reconhecidos nacionalmente e aos monopólios midiáticos.

À impossibilidade de tempos/espços de lazer cultural que estejam adequados à formação identitária e cultural soma-se a complexidade e diversidade das formações culturais brasileiras, comprometendo-se uma representação e autorreconhecimento dos sujeitos no mundo do trabalho. A mesma análise deve ser apontada com relação ao espaço radiofônico e de televisão ao trazer à tona

informações que, desconectadas e fragmentadas tendem a produzir certa apatia social e naturalização das desigualdades no sentido de responsabilizar o indivíduo pela situação socioeconômica a ele imposta.

Considerou-se que a criação de vínculos entre os indivíduos depende, inegavelmente, de serem atendidas necessidades básicas que determinam sua sobrevivência física, situada como demanda no sentido material e imediato. Entretanto, ao passo que se procura constituir a administração de tais necessidades, no âmbito subjetivo, quer dizer, simbólico, demandas outras são criadas pelos sujeitos e igualmente importantes ao desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Um dos principais estudiosos sobre as demandas do lazer no Brasil a respeito das disponibilidades da prática deste, Marcellino (1992) demonstra inquietação pelo fato deste tema geralmente ficar em segundo plano, tanto nos debates acadêmicos quanto nas propostas governamentais, priorizados os problemas relacionados ao entendimento da “questão social” como problema estritamente socioeconômico, desconsiderando a importância do lazer neste debate, tratado como “perfumaria”.

Ainda com relação ao tratamento teórico dado à temática do lazer, a crítica relativa à matriz teórica conservadora se dá pelo fato de o tempo de lazer ser fundamental ao trabalhador no sentido de pensar e propor mudanças significativas no cotidiano. Ele é um importante do ponto de vista da resistência, ou da percepção de si enquanto sujeito coletivo e não “apenas” como mais um indivíduo no mundo do trabalho.

Tal abordagem sobre o tema pode ser encontrada nos estudos realizados por Padilha (2000), Mascarenhas (2006), Peixoto (2010), entre outros pesquisadores, ao conceber o “tempo livre” na sociedade capitalista tanto como essencial para o desenvolvimento “espiritual” (psicológico), como por contemplar a dimensão da representação cultural nas relações sociais e de classe.

A distinção do “tempo livre” se dá por contraposição ao trabalho, pelo menos tal como o trabalho é concebido hoje e estabelecido no capitalismo, diferentemente, por exemplo, do trabalhador artesanal que concentra sob seu domínio todo o conhecimento do processo produtivo bem como os instrumentos relativos à produção.

A ruptura desta relação livre se dá quando, o produto passa a ser alienado (retirado) do domínio do trabalhador, também reificado. Percebe-se que isto ilustra a

abordagem crítica, na medida em que será necessário romper com esta alienação para a livre atividade.

Um dos efeitos de representação da situação acima descrita é de quando o sujeito, ao ter contato com um jornal televisivo ou escrito, no qual se informa que a economia global está em crise, de imediato têm-se a reação de que as condições precárias em que esse mesmo sujeito se encontra são gerais, ou melhor, naturais no mundo de hoje. Isso ocorre porque, todo um processo histórico gerou uma educação em que perdura a identificação com o dominante, o “ganhador” da batalha.

A “Educação” aqui é entendida inclusive como a escolar, que apresenta em seus livros didáticos de história, por exemplo, a ótica do explorador e não do explorado.

Essa proposição remete à apatia social, já que os indivíduos não tomam para si também suas responsabilidades e ainda não descobriram seu poder transformador. Diante disto, aparece aí uma naturalização da desigualdade e da sensação de que não há nada o que fazer, sendo apenas possível contar com a possibilidade de que, talvez, para as novas gerações a situação se transforme, instaurando-se como “natural” a dominação também ideológica.

Se for considerado que existem duas classes e que uma se encontra subjugada pela outra, a classe dominante trabalhará para perpetuar sua dominação, procurando trazer a classe dominada a uma significativa identificação com tal situação, limitando, por sua vez, a criação da consciência de classe. Este fenômeno é determinado inclusive através do desenvolvimento tecnológico e cultural que, no Brasil, vinculou-se ao sistema globalizado e aos interesses capitalistas, ocasionando uma ditadura nos “estilos de vida” adotados pela classe trabalhadora.

Com o uso de importantes suportes ideológicos, a análise deste “comando” na esfera cultural deve necessariamente estar presente ao se propor investigar a composição e totalidade das categorias situadas na formação ideológica dos sujeitos, tanto no âmbito individual como social.

Contudo, para uma ideia ser hegemônica, esta deve ser veiculada de forma permanente e a ocupação específica dos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas) e de certas instituições (escola, igreja, clube), é justamente a de reforçá-la cotidianamente, visando justificar e manter as dominações econômicas e culturais.

Verifica-se que as horas de lazer do trabalhador cortador de cana são utilizadas com a televisão e/ou rádio, ou momentos destinados à confraternização com parentes e amigos, frequência a bailes e bares, espaços situados geralmente em bairros periféricos.

Contudo, quando tais lazeres estão focalizados nos meios de comunicação essas informações alteram significativamente a concepção de vida dos sujeitos, que por sua vez, tendem a se comportar de acordo com o sistema de ideias aí divulgado. Entretanto se pode afirmar que de fato não existe apenas um sistema de ideias. Há que se constatar que o forte princípio “hegemônico” permanece, de acordo com a maior ou menor adesão a determinadas opiniões.

Deve-se considerar, na relação entre os indivíduos e os meios de comunicação, como principal fonte de lazer, formação e informação, bem como dos aspectos ideológicos e culturais que os alimentam, o efeito sobre a subjetividade e o imaginário dos sujeitos.

Estes estão condicionados a “valores distintos” daqueles da classe a que pertencem, com criação de novas necessidades, absorção de diferentes dimensões material/objetiva e simbólico/subjetivas, que operam no sentido de conformidade dos indivíduos com a manutenção das contradições desenvolvidas pela sociedade capitalista.

As potencialidades que deveriam ser desenvolvidas no chamado “tempo livre” de lazer são igualmente alienadas, tal como a relação estabelecida na atividade cotidiana do cortador manual de cana. Torna-se necessário debater o “tempo livre” e os espaços públicos voltados ao desenvolvimento cultural, às manifestações artísticas de modo geral, bem como a adequação da política de concessão de canais de televisão e rádios comunitárias.

A própria carência em si de um tempo voltado às atividades de lazer cultural, mostra-se como fator de maior relevância na condição de vida deste trabalhador, que acaba por comprometer sua saúde física e determina, inclusive, sua condição psicológica. O que se coloca como problemática a ser superada se remete ao incentivo e promoção de manifestações de ordem cultural que se traduzam em efetiva identificação com a classe trabalhadora.

A relevância desta análise da esfera cultural e do lazer demonstrou que os sujeitos, cotidianamente, têm experienciado a criação de relações de identidade

social, concentrando extraordinário potencial de resistência às formas de exploração.

Como colocado por Andrade (2006, p. 258), experiências de intervenção social instrumentalizando o lazer como recurso político-pedagógico só obterão “[...] êxito a partir da inserção do pesquisador na comunidade.” Portanto, é uma tarefa preliminar motivar pesquisadores para adotar tal alternativa metodológica. Acredita-se, contudo, que uma primeira etapa consiste em estudos que subsidiem esta discussão. É esta a intenção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABARGRP. **Valorização da imagem:** Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/valorizacaoinstitucional.php>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

ABERT. **PSOL vai questionar no STF outorgas de radiodifusão a políticos.** 14 dez. 2011. Disponível em: <http://www.abert.org.br/site/images/stories/noticias2011_2/1412clipping2ed.pdf> Acesso em: 12 nov. 2012.

ABESS. CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

ACKERMANN, L.; SILVA, R. O império dos sentidos. **Revista Fórum**, São Paulo, 17 out 2011. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/o-imperio-dos-sentidos/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A Invenção do nordeste e outras artes.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2006.

ALVES, L. R. Políticas de cultura e comunicação na urbanidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 293-308, 1997.

AMÉRICO, J. **O blog milionário de Bethânia e as precariedades da Lei Rouanet.** 27 mar. 2011. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=11&id_noticia=149710>. Acesso em: 23 out. 2012.

ANDRADE, J. Implementação de uma política de lazer para cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): relato de pesquisa e ação. In: PADILHA, Valquíria. (Org.). **Dialética do lazer.** São Paulo: Cortez, 2006.

ANTONIK, L. R. **Tudo o que você precisa saber sobre rádio e televisão:** licenças, outorgas, taxa de penetração, receitas e receptores. Brasília, DF: ABERT, 2010. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/site/images/stories/pdf/resultado/Tudooquevoceprecisasabersobreradioetelevisao.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2013

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRUDA, M. A. N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 177-193, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a07v15n2.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2013

ASSIS, W. F. T. Dinâmicas territoriais e conflitos ambientais na produção de agro combustíveis: a colonialidade na apropriação da natureza. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Ed. ANPOCS, 2010.

BACON, Francis. **A sabedoria dos antigos.** Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BADALONI, N. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. In: FERRI, F. et al. (Org.). **Política e história em Gramsci**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BERNARDET, J. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 9).

BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Brasil urgente).

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 13. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. v. 2.

BOSI, A. A esperança em tempos de magra colheita. Entrevistadora: Roseane Pavam. **Carta Capital**, São Paulo, ano 18, n. 734, p. 50-52, fev. 2013.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. R. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros passos, 60).

_____. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Primeiros passos, 20).

BRASIL. Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1962. p. 10.414. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 1963. p. 2857. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jun. 1973. p. 5585. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5889.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 5 out. 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF. 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2010.

_____. Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1991. p. 30.261. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS : CNAS, 2004.

_____. Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008. Acrescenta artigo à Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6.º do art. 1.º da Lei n.º 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis n.ºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 jun. 2008. p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11718.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V. N.A. (Org.). **Infância e violência: fronteiras do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros passos, 172).

_____. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CASTRO, A. M. **Introdução ao pensamento sociológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. **O que a história da sociedade humana**. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.

CFESS. **Código de Ética Profissional**. 1947. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. **Código de Ética Profissional**. 1965. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec : Ed. UNESP, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CODES, A. L. M.; SILVA, F. A. B., ARAÚJO, H. E. SIPS Cultura: percepções e cultura. In: SCHIAVINATTO, F. (Org.). **Sistema de indicadores de percepção social (SIPS)**. Brasília, DF: Ed. IPEA, 2011.

COELHO, T. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros passos, 8).

CORDIOLLI, M. **Apontamentos sobre o método dialético em Marx**. Curitiba: Casa de Astérion, 2009.

CPT. **Cadernos conflitos**. [Downloads]. Goiânia, 2010-2011. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/viewcategory/14-trabalho-escravo?Itemid=23>>. Acesso em: 25 out. 2012.

COUTINHO, C. N. O. A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 43, p. 59-75, 1998.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CULTURA em números: anuário de estatísticas culturais. 2. ed. Brasília, DF: MinC, 2010.

DELGADO, G. C. A expansão e modernização do setor agropecuário no pós guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 156-172, dez. 2001.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural: 2008**. 3. ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2008.

_____. **Estatísticas do meio rural: 2010-2011**. 4. ed. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

FEIRA, J. Canto do povo. Interprete: Luiz Gonzaga. In: LUIZ GONZAGA. **70 anos de sanfona e simpatia**. São Paulo, RCA, 1983. 1 disco sonoro.

FENELON, D. R. E. P. Thompson: história e política. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, p. 77-93, out. 1995.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, L. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Ed.: UNESP, 1994.

FIM de estímulos ameaça empregos, alerta OIT. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 dez. 2009. Economia. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,fim-de-estimulos-ameaca-empregos-alerta-oit,478555,0.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.

FISCHER, E. **O que Marx realmente disse**. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FORNAZARI, F. K. Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 647-677, 2006.

FRANCISCO, E. M. V. **Trabalho, território e cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, R. **Sem tesão, não há solução**. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 1990.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1974.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, E. L. Lei Rouanet concentra 70% dos recursos no eixo Rio-São Paulo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1214333>> Acesso em: 25 abr. 2012.

GARCIA, N. J. **O que é propaganda ideológica**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros passos, 77).

GERMANO J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOHN, M. G. Classes sociais e movimentos Sociais. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e serviço social**. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

GOODE, W.J.; HATT, P. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GOMES, J. V. Socialização primária: terapia familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 54-61, nov. 1994.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética de história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1970.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**: parte 1. Tradução de Paulo Menezes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010.

HISTÓRIA da música: as bandas de Ituverava. 21 abr. 2011. Disponível em: <<http://paineldocomercio.blogspot.com.br/2011/04/historia-da-musica-as-bandas-de.html>>. Acesso em: 3 mar.2013.

HOBBS, T. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano. 2, n. 3, p. 9-31, jan./jul. 2001.

IBGE. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

IBGE. **População: censos demográficos: censo 2010.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática:** Tabela 1613: área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura permanente. Rio de Janeiro, 1990-2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1613&z=t&o=11>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

INTERVOZES. **Concessões de rádio e TV:** onde a democracia ainda não chegou. São Paulo, nov. 2007. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/revistas-cartilhas-e-manuais/revista_concessoes_web.pdf>. Acesso em: 25 out. 2012.

JAKOBSEN, K. **Comércio internacional e desenvolvimento:** do GATT à OMC – discurso e prática. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. (Brasil urgente).

JOSÉ Sarney: de poder concedente a político multimídia. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/mat2008e.htm>>. Acesso em: 4 mar. 2012

JUTEL, L. P. **Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de maratonista.** 6 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/06/06/desgaste-fisico-diario-do-cortador-de-cana-e-igual-ao-demaratonista>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

KEHL, M. R.; BUCCI, E. **Videologias:** ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004. (Estado de sítio).

KONDER, L. **Lukács um Galileu no século XX.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. **O marxismo na batalha das ideias.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Dialética do concreto.** 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAPÍVINE, V. **Que é o materialismo dialético?** Tradução de G. Mélnikov. Moscou: Progresso, 1986. (ABC dos conhecimentos sociais e políticos).

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** Tradução de Beatriz Vianna Boeiro e Nelson Boeiro. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Debates: ciência).

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** Tradução de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1980.

LARANJAS compram rádios e tvs do governo federal. 27 mar. 2011. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/nos-jornais-laranjas-compram-radios-e-tvs-do-governo-federal/>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Primeiros passos, 24)

LEITE, S. P. Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: estatuto da terra, dinâmica agrária e modernização conservadora. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 25, n. 1, p. 137-152, jan./abr. 1995.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, V. A.; LOPES, C. A. **Rádios comunitárias**: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Campinas: Observatório da Imprensa : Projor, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2011.

LIVRO é lançado em Franca. **Comércio da Franca**, Franca, 9 dez. 2012. Local. Disponível em: <http://www.gcn.net.br/jornal/index.php?codigo=194621&codigo_categoria=4>. Acesso em: 3 mar. 2013.

LOPES, G. **Sociologia da periferia**: olhando de baixo e escrevendo da margem. 19 out. 2011. Disponível em: <<http://sociologiadaperiferia.blogspot.com.br/2011/10/os-incomodados-que-mudem-o-mundo.html>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Tradução de Telma Costa; revisão de Manuel A. Resende e Carlos Cruz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto: Escorpião, 1989.

MAGALDI, S; VARGAS, M. T. **Cem Anos de teatro em são Paulo (1875-1974)**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARCELLINO, N. C. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: MOREIRA, W. W. (Org.). **Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1992.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, A. J. S. Politicar. Interprete: Tom Zé. In: TOM ZÉ. **Com defeito de fabricação**. Seattle: Luaka Bop : WEA, 1998. 1 Disco sonoro.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. L. 1. v. 1.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. L. 1. t. 1. v. 1. (Economistas).

_____. **O capital: o processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. L. 1. v. 1.

_____. **O método da economia política**. São Paulo: Abril, 1978. (Pensadores).

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Abril, 2004.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escriba, 1968.

_____.; _____. **Obras escolhidas**. Tradução de Álvaro Pina. Lisboa: Avante, 1982. v. 1.

_____.; _____. **A ideologia alemã: Feuerbach**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____.; _____. _____. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

MATUCK, A. **O potencial dialógico da televisão: comunicação e arte na perspectiva do receptor**. São Paulo: Anablume : Ed. ECA/USP, 1995. (Selo universidade, n. 33).

MELLO, E. F. Violêro. In: ELOMAR. **Das barrancas do rio Gavião**. Salvador: J. S. Gravações Bahia, 1972.

MENDES, B. Substituta da Lei Rouanet, ProCultura quer descentralizar produção do eixo Rio-São Paulo. **Carta Capital**, São Paulo, 7 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/substituta-da-lei-rouanet-procultura-quer-descentralizar-producao-do-eixo-rio-sao-paulo/>>. Acesso em: 18 fev. 2012

MELLO, M. C. D. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1978.

MESENTSEV, V. A.; VELKIN, I.V. **Eletricidade, energia atômica e petróleo**. Rio de Janeiro: GB, 1970.

MÉSZÁROS, I. **Marx: a teoria da alienação**. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=11&id>. Acesso em: 23 de jul. 2012.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. Tradução do Laboratório de tradução do CENEX/FACE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO Público do Trabalho (MPT) da 15a Região, no interior paulista, deve entrar com uma ação civil pública para tentar derrubar o sistema de remuneração de cortadores de cana-de-açúcar, que é baseado em volume de produção. 19 set. 2006. Disponível em: <<http://www.sucere-ethique.org/MP-deve-questionar-remuneracao-de.html>>. Acesso em: 13 maio 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Norma Reguladora 31: NR 31: Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. 1978. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr31.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **O que é o agronegócio**. 17 fev. 2006. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=957&Itemid=25>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Usineiros: lucro de R\$ 39 bilhões é pouco para garantir alimentação de trabalhadores**. 14 out. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8354>>. Acesso em: 14 out. 2010

NASCIMENTO, A. B. **Comida: prazeres, gozos e transgressões**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/35m>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Dossiê das concessões de TV**. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mat2008d.html>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

ODILLA, Fernanda; GUERLENDIA, Nádia. Vale-Cultura é sancionado por Dilma sem vetos: benefício de R\$ 50,00 mensais só deve ser pago a partir do segundo semestre de 2013. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2012. Ilustrada. p. A7.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

_____. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARMEZANI, Eliane. Lei Rouanet padece nas mãos de bancos e grandes estatais. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 16, n. 187, out. p. 10-13, 2012.

PASSOS, C.; CANUDO, A. CPT divulga dados parciais da violência no campo em 2012. **Jornal Pastoral da Terra**, Goiânia, ano 37, n. 210, p. 5, out./dez. 2012.

PATROCÍNIO terá festa sertaneja no final de semana: Belmonte a Amaraí e o Grupo Patropira estão entre as atrações: artistas regionais também se apresentam. **Urbano**, Patrocínio Paulista, 8 out. 2012. Nossa gente nossa cultura. Disponível em: <<http://urbanopp.blogspot.com.br/2012/10/nossa-gente-nossa-cultura.html>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989a.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989b.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: a crise contemporânea, questão social e serviço social**. mod. 1. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PAULO NETTO, J. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Entrevista. Entrevistadora: Cátia Corrêa Guimarães. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 333-340, jul./out. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n2/10.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

PEIXOTO, E. M. M. **Modo de produção, trabalho e tempo livre**. Londrina: Ed. UEL, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. A desigualdade no Brasil é coisa de sociedade feudal. Entrevistadora: Bárbara Mengardo et al. **Caros Amigos**, São Paulo, ano 14, n. 161, p. 12-17, ago. 2010.

_____.; ANTUNES, R. Dimensões do desemprego e da pobreza no Brasil. **Interfacehs**: Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 1-10, abr./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=8&cod>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

PIÉRON, H. **Dicionário de psicologia**. Porto Alegre: Globo, 1969.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília, DF: Ed. IPEA, n. 18, 2010. 322 p.

_____. Brasília, DF: Ed. IPEA, n. 19, 2011. 372 p.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BATATAIS. **Notícias**: Projeto Guri de Batatais promove encontro de corais no dia 16 de outubro. 10 out. 2012a. Disponível em: <<http://www.batatais.sp.gov.br/?p=537>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. **Notícias**: Camerata de Batatais continua com o Projeto Baile na Praça. 23 nov. 2012b. Disponível em: <<http://www.batatais.sp.gov.br/?p=1324>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Notícias FEAC**. Disponível em: <<http://www.franca.sp.gov.br/portal/noticias/feac/>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA. **Praça de exercícios do idoso**. Disponível em: <<http://www.ituverava.sp.gov.br/arquivos/ExibeNoticia.asp?Not=468>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

PYL, B. **Trabalho escravo**: Cosan viola acordos trabalhistas e aceita desembolsar R\$ 3,4 mi. 3 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.afaiterj.org.br/noticias/1764-trabalho-escravo-cosan-viola-acordos-trabalhistas-e-aceita-desembolsar-r-34-mi>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

QUEIROZ, M. I. P. Educação como forma de colonialismo. **Ciência e Cultura**: SBPC, São Paulo, v. 28, n. 12, p. 1466-1471, dez. 1976.

_____. **Variação sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Queiroz, 1991.

REIS, L. **Globo movimentado-se para invadir a praia da rádio comunitária**. 29 jun. 2006. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp0107200395.htm>>. Acesso em: 13 maio 2010.

RODRIGUES, L. **Felicidade**. 1974. Disponível em: <<http://www.cifraclub.com.br/lupcinio-rodrigues/felicidade/>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

ROSÁRIO, M. **Agronegócio**: dois olhares para o mesmo conceito. jul. 2008. Disponível em: <<http://historiaemprojetos.blogspot.com.br/2008/07/agronegocio-dois-olhares-para-o-mesmo.html>>. Acesso em: 13 mar. 2010

ROUSSEAU, J. **O contrato social**: princípios do direito político. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RUSSELL, B. **O elogio do lazer**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1957.

SALES, M. A. (Org.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SÁNCHEZ VÁSQUÉZ, A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Ética**. Rio de Janeiro: 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANT'ANA, R. S. **Trabalhar é preciso, viver não é preciso**: a desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar e o Serviço Social. 2011. Tese (Livre Docência) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

SANTOS, L. **O que é cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros passos, 110).

SANTOS, R. A. **Os sentidos e significados do lazer na formação escolar na região de Xingó**. 2001. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHIAVINATTO, Fábio. Introdução. In: _____. (Org.). **Sistema de indicadores de percepção social (SIPS)**. Brasília, DF: Ed. IPEA, 2011.

SEGUNDO, J. **Globo e Record tem concessões renovadas sem debate público**. 16 set. 2009. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=5564>. Acesso em: 25 mar. 2012.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Fundação UNESP, 1999.

_____. **Quando o trabalho mutila e... mata**. 1 jan. 2000. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=139%3Aquando-o-trabalho-mutila-e-mata-&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content>. Acesso em: 7 fev. 2010.

_____. A cultura na esteira do tempo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 102-112, 2001.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 33, n. 2, p. 111-141, ago./dez. 2006.

SINGER, P.; BRANT, V. C. (Org.). **São Paulo: povo em movimento**. 4. ed. Petrópolis: Vozes : CEBRAP. 1983.

SOUZA, J. A. Instituto Práxis vira ponto de cultura em Franca. **Comércio da Franca**, Franca, 27 dez. 2009. Local. Disponível em: <<http://www.institutopraxis.org.br/noticias.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

STÉDILE, J. P. **O agronegócio x agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília, DF: CONCRAB, 2004.

_____.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____.; GORGEN, S. A. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E.P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 42-68, jun. 1988.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: _____. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1996.

TEDDY Vieira: compositor Itapetiningano da música Menino da Porteira. 27 out. 2009. Disponível em: <<http://pedraenxuta.wordpress.com/2009/10/27/teddy-vieira-compositor-itapetiningano-da-musica-menino-da-porteira/>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

THIESSE, A. M. Organização dos lazeres dos trabalhadores e tempos roubados (1880-1930). In: CORBIN, A. (org.). **História dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. (Teoria e história)

THOMAZ JUNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume : Ed. FAPESP, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.

UNICA. MAPA. **Produção brasileira de etanol**. 1990- 2009. Disponível em:<<http://www.ie.ufrj.br/oldroot/infosucro/estatisticas/producao/producao.xls>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

VAZ, N. **Os Vingadores está em cartaz no Cine Ituverava**. 28 jun. 2012. Disponível em: <http://www.nailsonvaz.com.br/site/arquivos/not_12jun28.asp>. Acesso em: 12 jan. 2013.

VIANA, L. C. R. Movimentos musicais e identidades sociais no contexto da cultura de massa no Brasil: uma reflexão caleidoscópica. In: TRAVANCAS, I.; FARIAS, P. (Org.). **Antropologia e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VILELA, I. O caipira e a viola brasileira. In: PAIS, J. M. (Org.). **Sonoridades luso-afró-brasileiras**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

WEBER, M. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Obra prima de cada autor)

ZAFALON, M. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2009. Caderno dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2904200702.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2013.

ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.